

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Caio Eduardo Cunha Leitão

**Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel, leituras comparadas sobre as histórias de Florença:
os Ordenamentos de Justiça e a revolta dos *ciompi***

São Paulo
2021

Caio Eduardo Cunha Leitão

**Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel, leituras comparadas sobre as histórias de Florença:
os Ordenamentos de Justiça e a revolta dos *ciompi***

Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ética e Filosofia Política, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Cardoso.

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L5331 Leitão, Caio Eduardo Cunha
 Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel, leituras
 comparadas sobre as histórias de Florença: os
 Ordenamentos de Justiça e a revolta dos ciompi / Caio
 Eduardo Cunha Leitão; orientador Sérgio Cardoso - São
 Paulo, 2021.
 136 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
concentração: Filosofia.

1. Filosofia Política. 2. Filosofia do
Renascimento. 3. Republicanismo. I. Cardoso, Sérgio,
orient. II. Título.

Agradecimentos

Às agências de fomento, fundamentais para a pesquisa brasileira. Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa que resultou na realização desse trabalho.

Ao professor Sérgio Cardoso, por sua criteriosa e generosa orientação e pelo exemplo de pesquisador e professor.

Às professoras Maria das Graças de Souza e Patrícia Fontoura Aranovich, pelos valiosos apontamentos, críticas e sugestões no exame de qualificação.

Aos colegas e amigos do grupo *Res Publica* pelas discussões, leituras e risadas ao longo desses anos de pesquisa: Alessandra Tsuji, Ana Letícia Adami, André Nascimento, Christiane Cardoso, Diego de Freitas, Flávia Benevenuto, Giovani Borges, Isadora Prévide, João Pedro Correia, Mariana Rubiano, Natan Morador, Patrícia Aranovich, Patrício Tierno, Priscila Zaninetti, Renato Ambrosio, Rodrigo Souza, Taynam Bueno e Vinicius Gonzaga.

À equipe dos *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, companheiros e companheiras de jornada (e de Jornadas) de muita aprendizagem e exercício democrático: Eugênio Gonçalves, Lourenço Fernandes, Thiago Silva, Thiago Vargas e Victor Fiori, além dos já citados Alessandra, André, Christiane, Giovani, João, Mariana, Natan, Priscila e Taynam.

Às funcionárias e aos funcionários do Departamento de Filosofia, sobretudo à Mariê Pedroso, Geni Ferreira, Luciana Nóbrega e Susan Satake, pela atenção e ajuda em muitas etapas do processo.

Às professoras e aos professores do Ensino Médio, companheiros de ofício, pelo aprendizado nas descobertas e nas dificuldades do ensino.

Aos amigos da equipe de tênis da FFLCH, pelos treinos, pelos jogos e pela amizade dentro e fora da quadra, especialmente nas figuras de Thiago Oliveira, Rafael Figueiredo, Giulio Carvalho e David Mathieson.

Às queridas e aos queridos amigos de primeira hora dessa jornada filosófica, Ieda Garcez, Jaqueline Soares, Eli Ridolfi, Marcelo “Ligeirinho” Ferreira e Vitor Araujo, com quem aprendi o sentido do “bom encontro”.

À minha família, pelo apoio e incentivo. À minha mãe, Leila, pela força e pelo gosto pelos livros; às minhas irmãs, Thalita e Fernanda, pelo incentivo e pelas conversas.

À Paola, primavera na minha vida, pelo amor e pela paciência incansáveis. Para além das incontáveis ajudas e contribuições nesse trabalho, sou grato também pela leitura atenta e pela revisão.

Resumo:

A *História do povo florentino*, de Leonardo Bruni, escrita ao longo das primeiras décadas do século XV, é reconhecida como a obra mais importante do renomado humanista e chanceler de Florença. Em sua *História*, Bruni retoma as origens da cidade e de sua fundação - destacando a influência dos etruscos - e narra com detalhes todos os importantes episódios da cidade até seu próprio tempo (início do século XV). Em dois momentos dessa narrativa, buscamos localizar conceitos centrais da tradição republicana expressos pelo chanceler: os Ordenamentos de Justiça e a revolta dos *ciompi*. Os dois episódios são centrais na *História* de Bruni e são também momentos de destaque em outras histórias da cidade, como a *História de Florença*, de Maquiavel, escrita no século XVI. Para expor esses momentos em sua *História*, Maquiavel não apenas toma o relato de Bruni como base, como também, em certa medida, busca desvelar motivações das personagens sobre as quais Bruni silencia. Buscando ampliar o debate sobre as fontes de Bruni e de Maquiavel, comparamos também suas histórias com algumas das mais importantes crônicas do período [dedicadas aos períodos considerados]. Com base nessas análises, procuramos explicitar os possíveis pontos de apoio de Maquiavel na obra bruniana e nos cronistas para a escrita de sua *História de Florença* e algumas de suas críticas à visão de Bruni sobre os fatos narrados.

Palavras-chave: Republicanismo; História de Florença; Bruni; Maquiavel; cronistas florentinos.

Abstract:

Leonardo Bruni's *History of the Florentine people*, written during the first decades of the 15th century, is recognized as the most important work of the renowned humanist and chancellor of Florence. In his *History*, Bruni revisits the origins of the city and its foundation - highlighting the influence of the Etruscans - and narrates in detail all the important episodes of the city until its own time (early 15th century). In two moments of this narrative, we can locate central concepts of the republican tradition expressed by the chancellor: the Ordinances of Justice and the *ciompi's* revolt. Both episodes are central to Bruni's *History* and are also prominent moments in other stories of the city, such as Machiavelli's *History of Florence*, written in the 16th century. To expose these moments in his history, Machiavelli not only takes Bruni's account as a basis, but also, to some extent, seeks to reveal the motivations of the characters about whom Bruni is silent. Seeking to broaden the debate about the sources of Bruni and Machiavelli, we also compared their stories with some of the most important chronicles of the period. Based on these analyzes, we tried to explain the possible points of support of Machiavelli in the Brunian work and in the chroniclers for the writing of his *History of Florence* and some of his criticisms of Bruni's view of the narrated facts.

Key-words: Republicanism; Florence history; Bruni; Machiavelli; Florentine chroniclers.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: A fortuna crítica de Bruni	13
1.1 Introdução	13
1.2 Interpretações de Bruni: Baron, Skinner e Hankins.....	16
1.3 Apreciações sobre a <i>História do povo florentino</i> , de Bruni.....	30
Capítulo 2: Os Ordenamentos de Justiça (1293)	46
2.1 Introdução	46
2.2 Os fatos apresentados nas narrativas.....	47
2.2.1 Bruni.....	47
2.2.2 Villani.....	56
2.2.3 Dino Compagni.....	58
2.2.4 Maquiavel.....	62
2.3 As questões.....	66
2.3.1 O discurso de Giano della Bella sobre a liberdade em Bruni.....	66
2.3.2 O papel de Giano em Bruni, Villani, Compagni e Maquiavel.....	72
2.3.2.1 Giano della Bella e a criação dos Ordenamentos de Justiça.....	72
2.3.2.2 O desfecho de Giano della Bella.....	77
Capítulo 3: A revolta dos <i>ciompi</i> (1378)	83
3.1 Introdução	83
3.2.1 Os fatos: Bruni.....	84
3.2.2 Alamanno Acciaiuoli.....	92
3.2.3 Marchionne di Coppo Stefani.....	101
3.2.4 Poggio Bracciolini.....	107
3.2.5 Maquiavel.....	108
3.3.1 Sobre a origem da revolta: A origem dos Oito e de Salvestro de Medici.....	117
3.3.2 Igualdade e participação.....	122
Considerações finais	130
Bibliografia	132

Introdução

Em pleno ano de 2021, já muitos séculos depois do humanismo italiano renascentista, com todos os avanços tecnológicos, científicos e humanitários que conhecemos, por que buscar novamente essas referências políticas? O recurso ao passado, não seria necessário dizer, é fundamental para a compreensão de muitas questões do presente. Além disso, para pensarmos na formação da nossa comunidade política, a referência ao republicanismo e seus valores fundamentais não parece descabida. A nossa própria forma republicana pode ser melhor compreendida à luz de suas matrizes clássicas, apontando limitações e novas perspectivas. Por isso, o estudo hoje, no século XXI, das formas que constituem o chamado republicanismo é ainda enriquecedor para nossos debates.

Só nestes últimos anos, assistimos perplexos a uma parcela da população clamar pela volta a um regime ditatorial; testemunhamos tentativas de dominação do debate público por notícias falsas, discursos de ódio e contra as instituições da república, observamos a sobreposição de interesses privados das famílias mandatárias sobre os interesses de todos e, tudo isso agravado ainda por uma pandemia que, em par com a negligência governante, causou milhares de mortes. Nesse contexto, o debate sobre a liberdade, a participação dos cidadãos na vida política e a igualdade perante as leis não parece matéria do passado.

Retomar hoje a tradição do republicanismo é trazer também à tona a discussão sobre a liberdade, mas não a partir da perspectiva liberal de ação sem impedimentos, mas a liberdade como participação ativa na vida política, como capacidade de agir no registro do domínio público, em praça pública¹. Essa liberdade que, reiteradamente, entre nós, é diminuída e atacada não se limita ao direito de ir e vir, de não sofrer restrições; não é a liberdade para a competição liberal², mas é a possibilidade do envolvimento da coletividade nas questões públicas, nas questões relativas à coisa

¹ Bignotto, N. Humanismo cívico hoje. In: Bignotto, N. (org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 65.

² Cardoso, S. *Paradigmas republicanos: figuras greco-romanas do regime misto e a ruptura maquiaveliana*. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 7 e ss.

pública. A abordagem republicana à qual nos alinhamos “se guia pela retomada da associação entre liberdade e ação dos livres cidadãos na cena pública (...)”³.

O republicanismo, em um sentido, reivindica uma esfera pública da ação comum, da ação dos cidadãos como uma força que pode encarnar a universalidade, não a vontade de indivíduos, mas a força da coletividade. Esse campo da participação ativa forma um espaço propriamente político, para além de um espaço jurídico-formal⁴. A garantia das leis, que certamente é importante para a república, não basta e não esgota o horizonte republicano da formação de uma esfera pública na qual os indivíduos possam de fato participar das decisões das questões relativas à cidade.

Sob o domínio das leis, todos os cidadãos são iguais e têm seus direitos reconhecidos, de modo que não há favores ou vontade individual acima do registro jurídico. Essa igualdade de condições legais e a universalidade dos direitos colocam todos os cidadãos em posição de tomar parte na condução da coisa pública.

O respeito às garantias e aos direitos básicos é fundamental em uma república. Seria possível pensarmos que esse debate já está superado no Brasil? Todas essas questões ligadas à tradição republicana parecem ainda pouco enraizadas em nossa república e isso, por si só, já nos parece motivo suficiente para retornar ao debate sobre o republicanismo e suas matrizes. Além disso, a república não é apenas dependente desses direitos e garantias, mas ela é também capaz de promovê-los. Um dos caminhos para a universalização dos direitos, para o alargamento da participação na vida política e para uma liberdade mais ampla do que a não-restrição, acreditamos, é a via republicana.

* * *

O chamado Renascimento italiano, nos séculos XIV e XV, é, até os nossos dias, reconhecido como um período de grande importância para as teorias republicanas. Os grandes autores desse período travaram diversos debates entre si e muitas foram as críticas de parte a parte. Florença, uma das cidades centrais desse período, reuniu muitos desses pensadores e foi palco de muitos debates

³ Bignotto, N. Problemas atuais da teoria republicana. In: Cardoso, S. (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 20.

⁴ Cardoso, S. 2017. p. 12.

políticos e históricos. Nesse contexto, a escrita sobre a história da cidade ganha particular relevância, tendo sido empreendida por diversos autores. A primeira grande história “oficial”⁵ da cidade foi escrita a partir da segunda década do quattroceto, por Leonardo Bruni. Depois dele, outros autores fizeram também suas versões, como Poggio Bracciolini, em 1451, e Nicolau Maquiavel, já no início do século XVI. Este último, em sua obra, critica as histórias de Poggio e Bruni e diz que faltou a elas explicar as discórdias internas da cidade. Essa crítica é parte do motivo que nos levou a essa pesquisa. Seria essa crítica baseada na análise detalhada dos textos ou seria parte do conjunto mais amplo das críticas do secretário florentino aos chamados humanistas cívicos? Para que pudéssemos investigar essa questão, era necessário analisar as obras desses pensadores sobre a cidade.

Por isso, escolhemos centrar a análise na *História do povo florentino*, reconhecido como o mais importante dos escritos de Leonardo Bruni e que inaugurou uma outra forma de historiografia⁶. Essa grande obra, ao narrar a história da cidade, busca documentos oficiais nos arquivos de Florença, como nenhuma outra havia feito até então, e toma muitas crônicas da cidade como base, da mesma forma que também fez Maquiavel. Para que pudéssemos fazer essa análise, escolhemos alguns dos episódios por elas narrados e procuramos comparar suas exposições, buscando também confrontá-las com algumas das crônicas que podem ter servido como bases para os autores.

Para levar esse estudo adiante, escolhemos dois dos principais episódios da narrativa de Bruni: os Ordenamentos de Justiça, de 1293, e a revolta dos *ciompi*, de 1378. Esses dois momentos foram escolhidos por representarem pontos centrais da história da cidade e por serem muito significativos na articulação que nosso autor faz entre eles e alguns dos conceitos fundamentais do republicanismo, como liberdade e participação ativa na vida política. Não defendemos que essa análise se encerre no horizonte desses dois momentos, mas sim que, neles, é possível perceber um trabalho com conceitos caros ao republicanismo. Esses dois episódios são também muito importantes na narrativa de Maquiavel, o que reforçou nossa escolha.

Cumpramos esclarecer, contudo, que não incluímos em nossa pesquisa a discussão sobre a fundação da cidade, embora seja um dos grandes temas desses autores republicanos, porque

⁵ Bruni recebeu uma isenção de impostos vitalícia e hereditária por seus grandes serviços prestados à cidade escrevendo sua história.

⁶ Cf. Cochrane, E. *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1981; Ianziti, G. *Writing History in Renaissance Italy: Leonardo Bruni and the Uses of the Past*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012.

julgamos que esse tema deveria ser tratado como o objeto central de análise e seria demasiado relevante para figurar como mais um dos episódios aqui pesquisados. Portanto, não faremos se não poucas referências a esse tema tão importante para as disputas republicanas acerca das histórias de Florença.

Se as histórias da cidade de Bruni e de Maquiavel dispensam justificativas para aqui figurarem, os demais autores talvez precisem ser justificados. Como já dissemos, Maquiavel faz referência direta a Bruni e a Bracciolini, por isso a história de Poggio deveria estar entre as obras aqui selecionadas. No entanto, como o período narrado por este autor em sua história não é amplo, ele só poderia figurar na análise do episódio dos *ciompi*, de modo que as poucas linhas dedicadas por Poggio a esse episódio acabaram tornando sua participação aqui bastante restrita. Quanto aos cronistas, esses constituem fontes fundamentais para o trabalho com as histórias e, por isso, alguns deles estão aqui presentes. A crônica dos Villani, especialmente a de Giovanni, é uma fonte importante para a história da cidade, sendo uma das fontes analisadas no episódio dos Ordenamentos de Justiça, assim como a crônica de Dino Compagni, muito mais detalhada do que a de Villani e também bastante reconhecida pelos florentinos do trecento. Sobre o episódio dos *ciompi*, as crônicas são muitas e variadíssimas, exigindo ainda outras pesquisas que as mapeiem, consigam acesso aos textos, os organizem e analisem, objetivo que está fora do escopo dessa pesquisa. Dentre tamanha pluralidade, nos baseamos em algumas das indicações de Hankins e Ianziti sobre aquelas que seriam as principais fontes para Bruni e nos restringimos, dentre estas, àquelas as quais conseguimos obter acesso. Por esse caminho, as crônicas que fazem parte da análise das narrativas sobre os *ciompi* são as de Marchionne di Coppo Stefani e Alamanno Acciaiuoli.

Para realizar essa tarefa, no primeiro capítulo, após uma breve discussão sobre o humanismo e sua relação com a história e a retórica, buscamos fazer um panorama dos comentários sobre a *História* de Bruni para compreender parte da fortuna crítica da obra e, assim, entender o horizonte teórico no qual os comentários estão inseridos. Buscamos com isso apontar algumas das diferentes interpretações suscitadas pela obra e o campo teórico no qual ela é debatida.

O segundo capítulo, sobre os Ordenamentos de Justiça, apresenta as narrativas de Bruni, Villani, Compagni e Maquiavel sobre o episódio e faz uma análise comparativa dessas quatro versões. Essa análise tem em vista as diferenças apontadas sobre o papel da figura central, Giano della Bella, e o conceito de liberdade articulado pelos autores, especialmente Bruni e Maquiavel.

Nesse episódio, o discurso que Bruni empresta à personagem de Giano della Bella é fundamental e, nele, o autor apresenta um conceito de liberdade ao qual Maquiavel não se filia, mas, ao qual busca contrapor-se.

No terceiro capítulo, por fim, apresentamos um dos episódios mais emblemáticos da história da cidade, a revolta dos *ciompi*. Após a exposição das narrativas de Bruni, Acciaiuoli, Stefani, Poggio e Maquiavel, analisamos as diferenças das narrativas a partir de dois eixos: a participação ativa e a igualdade.

Capítulo 1 – Bruni e a fortuna crítica

1.1 Introdução

Algumas das mais marcantes obras sobre a história da cidade de Florença foram escritas no Renascimento. Leonardo Bruni, chanceler da cidade entre 1427 e 1444, e Nicolau Maquiavel, secretário da segunda chancelaria entre 1498 e 1512, escreveram duas das mais importantes histórias da cidade. Se há um consenso sobre a importância dessas duas obras, as divergências entre elas são igualmente objeto de debate até os nossos dias.

Encomendada a Maquiavel por [pelo cardeal] Giulio de Medici (posteriormente papa Clemente VII), a *História de Florença* foi entregue em 1525. A intenção inicial de Maquiavel, como ele declara no prólogo da obra, era iniciar a narrativa com os acontecimentos do ano de 1434, ano em que a família Medici “ganha mais autoridade que qualquer outra em Florença”. Isso porque lhe parecia que Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini (chanceler da cidade entre 1453 e 1459) já haviam narrado com detalhes toda história até aquele ano. No entanto, ao ler suas histórias, para que pudesse imitá-los quanto à ordem e modos de proceder, Maquiavel relata perceber que tais autores haviam contado muito detalhadamente as guerras travadas pelos florentinos contra povos e príncipes estrangeiros, mas que, “no que se refere às discórdias civis e às inimizades internas, bem como aos seus efeitos, eles calaram de todo uma parte e descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade nem prazer algum” (Maquiavel, 2007, p. 7). Assim, para o secretário florentino, o mais importante, ao escrever a história da cidade, não seria registrar as guerras externas, mas sim narrar com detalhes as discórdias civis, as inimizades internas e os seus efeitos.

A crítica de Maquiavel aos seus predecessores na historiografia florentina é entendida, por alguns comentadores, como uma crítica ao chamado humanismo cívico, termo cunhado por Hans Baron na década de 1920. Para Claude Lefort, o humanismo cívico era um movimento que defendia ideias republicanas com a intenção de mascarar uma situação de desigualdade em Florença. Nesse sentido, Maquiavel estaria opondo-se a um discurso “ideológico”, a fim de desnudar o ideário construído pelos humanistas em Florença.

Para o filósofo francês, a retomada da linguagem e dos heróis romanos bem como o deslocamento da fundação da cidade para o período republicano de Roma (como fez Bruni em sua

História do povo florentino) teriam sido forjados em um momento de encolhimento da camada dirigente, restrita a uma oligarquia, que buscava aumentar o poder externo de Florença, e não, como sugeria seu vocabulário republicano, no contexto de um alargamento da democracia. Assim, em seu entendimento, os discursos de Coluccio Salutati (chanceler da cidade entre 1375 e 1406) e de Bruni – as principais figuras do humanismo cívico –, coincidem com o retorno de elementos conservadores no plano político, em busca de uma retomada da confiança das camadas médias nas instituições de Florença. “Escudados nessa ascendência, Salutati e Bruni compõem o primeiro relato de uma História de Florença, que nunca deixou de lutar, desde suas origens, por sua liberdade” (Lefort, 1999, p. 192).

Para Lefort, portanto, os humanistas constroem o mito da República florentina destinada a uma missão universal, ao encarnar a luta pela liberdade, alçando-a como a protetora de toda Itália contra a tentativa de dominação da Milão dos Visconti, enquanto Maquiavel contesta valores fundamentais para esses humanistas, como a concórdia e a paz social para a estabilidade das instituições, a idealização da República Romana e a identificação de Florença como sua herdeira. Assim, as questões apontadas por Maquiavel sobre a divisão das classes, a divisão do Estado e a divisão da sociedade civil parecem mostrar, para Lefort, a derrubada de um discurso historicamente determinado, organizado para negar a divisão social e temporal de Florença, sendo o discurso de Maquiavel construído como crítica às ilusões criadas pelos humanistas.

A partir da interpretação de Claude Lefort, a obra de Leonardo Bruni poderia ser compreendida como a criação de uma ilusão, um republicanismo de aparência para criar uma identificação falsa da cidade com os ideais republicanos. Ainda que essa crítica, ancorada em Maquiavel, seja bastante relevante, outras leituras sugerem diferentes interpretações das obras de Bruni.

A leitura de James Hankins afasta Bruni do republicanismo para classificá-lo como um retórico. Segundo o historiador, uma parte significativa dos escritos do florentino seria pura retórica, tomada em sentido depreciativo; alguns de seus textos seriam apenas exercícios vazios de significado.

Hans Baron, por outro lado, apresenta uma leitura republicana da obra. Para o historiador alemão, o republicanismo estava presente na Florença do quattroceto e tinha em Bruni seu principal representante:

Desde bastante tempo, se considerava, quase geralmente, que ao final do Trecento já havia passado a época da liberdade e do republicanismo nas comunas; que na chamada idade das senhorias e dos principados, o humanismo havia sido moldado fundamentalmente nas proximidades das Cortes. Mas em Bruni e em seus seguidores florentinos, o pensamento político e a avaliação da vida estavam sendo moldados pelo espírito público, por um compromisso total com a vida da comunidade e por um firme idealismo republicano. (Baron, 1993, p. 401)

A partir dessa percepção, Baron se dedica aos estudos sobre o quattroceto. Em sua grande obra, *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, publicada pela primeira vez em 1955, Baron defende uma mudança no humanismo do século XIV para o humanismo do XV na Itália, sobretudo em Florença. Petrarca e Boccaccio seriam humanistas ligados à literatura, sem nenhuma identificação com movimentos políticos - quando muito, com a tirania. Essa situação teria começado a mudar nas últimas décadas do trecento, com *Salutati* na chancelaria e com as crônicas de Filippo Villani, mas a atmosfera só seria transformada com os acontecimentos dos primeiros anos do século XV - a disputa entre Milão e Florença. Essa disputa, defende Baron, foi o ensejo para a junção entre o humanismo e a cultura florentina. Dessa nova atmosfera, “surgiu um novo olhar para a história, uma nova atitude ética, que se opunha ao abandono dos assuntos sociais pelos estudiosos, e uma nova literatura, em vulgar bem como em latim, lidando com a família e a vida cívica” (Baron, 1966, p. 6). O principal fator desse novo olhar, o coração da mudança, foi a transição da perspectiva da vida contemplativa para a vida ativa, segundo Baron. A figura do sábio, antes vista como voltada para a contemplação, passa a ser vista como a figura da ação, da vida ativa, do cidadão que participa da política e serve seus concidadãos nos cargos públicos (Baron, 1966, p. 7).

Para Baron, não foram os fatores socioeconômicos do final do século XIV que levaram a essa mudança; nem mesmo o "fracassado levante de 1378 dos *ciompi*" deixou sinal de que pudesse ter levado a tais transformações. O centro nervoso dessa transição foi a crise dos anos de 1400 a 1402 e seu ponto decisivo teria sido a defesa da liberdade e da independência de Florença contra a tirania de Milão. A partir da resistência solitária da cidade ao domínio e tirania dos Visconti, foi forjada a ideia de Florença como uma grande defensora não apenas de sua própria liberdade, mas da liberdade de toda a Itália. Ainda que essa ideia tenha surgido também fora dos círculos humanistas e que algumas dessas ideias já estivessem sendo gestadas há algum tempo, foram os novos humanistas que deram força e expressão a esse novo ideal.

Leonardo Bruni, aos olhos de Baron, teve importante papel nessa transição para o horizonte da vida ativa. Seus escritos, diretamente ligados aos acontecimentos de 1402 - a resistência solitária contra a dominação milanesa de Giangaleazzo -, teriam causado um deslocamento da perspectiva contemplativa em direção à ativa. Ou seja, Bruni teria sido o primeiro a vincular o humanismo à perspectiva política da cidade, inaugurando o que Baron chama de *humanismo cívico*.

Se as teses defendidas pelo historiador alemão não podem ser aceitas sem ressalvas, elas apontam caminhos que nos ajudam a colocar em questão a concepção de um "republicanismo ideológico" de Bruni. Como aponta o historiador, Bruni é um autor republicano, sem dúvida. No entanto, ao examinar conceitos centrais da tradição republicana, como a liberdade e a participação política, como veremos nos próximos capítulos, não poderíamos também colocar em questão o papel de grande campeão do republicanismo atribuído a Bruni por Baron?

A seguir, veremos em mais detalhes as posições críticas de Baron em diálogo com Skinner e Hankins.

1.2. Interpretações de Bruni: Baron, Skinner e Hankins

James Hankins, como mostra Newton Bignotto⁷, é um dos autores mais críticos ao conceito de humanismo cívico de Baron. Em seu texto de 1995⁸, Hankins, retomando Skinner, defende que, um século antes de Bruni, Ptolomeu de Lucca e Brunetto Latini já haviam dado um "peso teórico ao folclore republicano da comuna medieval"⁹. Hankins destaca a contradição entre a tradição oligárquica da cidade de Florença e o discurso de liberdade de Bruni: "Sempre houve um contradição estridente entre a retórica da liberdade e a realidade do governo na Renascença"¹⁰ (Hankins, 1995, p. 317). Para o historiador de Harvard, o discurso de Bruni e de Coluccio Salutati não se adequavam ao governo de Florença, onde uma minoria controlava as instituições e apenas alguns cidadãos tinham acesso aos altos cargos da cidade - o que deixaria Florença mais próxima de uma oligarquia do que de uma república. O autor também se pergunta como Salutati teria

⁷ Bignotto, N. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

⁸ Hankins, J. *The "Baron Thesis" after Forty Years and Some Recent Studies of Leonardo Bruni*. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 56, N. 2 (Apr., 1995), University of Pennsylvania Press. p. 309-338.

⁹ Hankins, 1995, p. 316.

¹⁰ There had always been "a strident contradiction" between the rhetoric of freedom and the reality of Renaissance government".

conseguido se manter no cargo durante a crise dos *ciompi*, entre 1378 e 1382, e como Bruni teria sobrevivido ao exílio e retorno dos Medici nos primeiros anos da década de 1430¹¹.

Nosso objetivo não é buscar respostas a essas perguntas um tanto genéricas do autor; no entanto, elas indicam um questionamento que vale ser destacado acerca da visão que Baron apresenta sobre Bruni: para Hankins, Baron simplesmente errou em sua interpretação. O historiador alemão não teria percebido que o movimento do humanismo cívico não foi em favor da república e da liberdade, mas sim um movimento de retores profissionais que, em seus discursos, buscavam encobrir uma reconfiguração oligárquica da cidade¹². Para sustentar parte de sua argumentação, Hankins recorre os estudos de Paolo Viti¹³, que teriam lançado luzes sobre os textos de Bruni, com novas fontes e dados. No entanto, para Hankins, as conclusões desses novos estudos não foram satisfatórias, pois elas reforçariam a imagem que Baron criou de Bruni, como um autor fortemente ligado ao republicanismo: “Assim, parece evidente que toda a experiência florentina de Bruni, não apenas sua obra sobre as *Histórias*, é um ato constante de adesão à cidade.”¹⁴ (Viti, apud Hankins, 1995, p. 324).

Inconformado com a conclusão, o historiador defende que Viti e Baron, por tomarem Bruni como um republicano, não conseguiram perceber que seus elogios eram apenas peças retóricas e não a expressão de suas reais convicções. Isso os levou a explicar eventuais inconsistências no pensamento bruniano como diferenças de desenvolvimento intelectual ou transgressões. A suposta solução proposta por Hankins seria mais simples: bastaria admitir que os elogios são puramente retóricos para esses problemas desaparecerem¹⁵. Seguindo essa linha pouco razoável, o *Elogio da cidade de Florença* (1403-04) e a *Oração Fúnebre a Nanni Strozzi* (1428) seriam apenas obras

¹¹ Hankins, 1995, p. 318.

¹² “With respect to political history, Baron was simply wrong about the significance of the Milanese wars. They had not made possible the survival of popular regimes into the High Renaissance; they had in fact solidified the grip of the oligarchy on the reggimento of Florence by vastly enlarging its opportunities for patronage. With respect to the history of political thought, Baron was blind to the true significance of Bruni's "civic humanism": that it was in fact a subtle reinterpretation in oligarchic terms of Florence's traditional republican language”. (Hankins, 1995, p. 322-3)

¹³ Paolo Viti, *Leonardo Bruni e Firenze: Studi sulle lettere pubbliche e private* (Florence, 1992).

¹⁴ “It thus appears evident that all the Florentine experience of Bruni, not just his work on the *Histories*, is a constant act of adhesion to the city”.

¹⁵ “The last point reveals the anachronism in Viti's - and Baron's - approach to Bruni. Since they both regard Bruni in some degree as a republican ideologue, they can only explain inconsistencies in his thought and behavior in terms of the chronological development of his thought or in terms of *trasgressioni*. But if we admit that Bruni's *impostazione* is primarily that of a rhetorician, the problem disappears”. (Hankins, 1995, p. 325)

retóricas, exercícios vazios de significado, ao passo que a real visão de Bruni sobre a cidade deveria ser buscada em seu *Tratado sobre a constituição florentina* (1439)¹⁶.

Para o historiador, Bruni (assim como Salutati) estava mais comprometido com a cidade do que com qualquer regime de governo que nela vigorasse. Em sua posição de retor profissional, pago pela cidade, ele apenas buscava acomodar suas funções da melhor maneira possível de acordo com as mudanças políticas. Portanto, para que os estudiosos possam detectar quais são os textos que apresentam as reais convicções do autor e quais são apenas exercícios retóricos, eles devem ser lidos segundo as circunstâncias nas quais foram escritos. Dessa forma, os escritos de Bruni poderiam ser descortinados, deixando claras suas intenções puramente retóricas em seus elogios. Assim, conclui Hankins, o regime dos Medici não foi o primeiro a exercer o poder na cidade mantendo, todavia, a aparência republicana; Salutati e Bruni já o faziam em Florença desde 1382, até a volta da poderosa família em 1434, “fornecendo uma cobertura decente de retórica populista para esconder a crescente concentração de poder nas mãos de alguns *padrini*.” (Hankins, 1995, p. 327). A manipulação dos símbolos republicanos teria sido maior e mais cínica sob o regime dos Medici, mas também teria sido praticada pelos chanceleres humanistas, de forma que não seria nenhuma surpresa a participação de Bruni nesse regime.

Para Hankins, portanto, o conceito de humanismo cívico deve ser repensado, se não inteiramente descartado. Ao menos a sua relação com o republicanismo deve ser desfeita, uma vez que Bruni defende apenas valores da virtude e da eloquência comuns a todos os outros humanistas da Itália de então - como em sua celebração do imperialismo florentino como o ponto central de sua *História do povo florentino*, e não a liberdade.

Se os pontos levantados por Hankins, muitas vezes, carecem de fundamento, eles não são novos e tampouco estão isolados no debate sobre a obra bruniana. Quentin Skinner já havia contestado o caráter republicano dos escritos de Bruni.

Em seu monumental estudo *As fundações do pensamento político moderno*¹⁷, Skinner mostrou como a liberdade era um tema importante nas cidades italianas independentes desde o século XII. Muitos historiadores, defende o autor, esqueceram da defesa da liberdade nos dois

¹⁶ “The treatise *On the Polity of the Florentines*, on the other hand, was a philosophical treatise modelled on parts of Aristotle's *Politics*. [...] By Bruni's own theory of rhetorical genres, we must conclude that it is the philosophical treatise and not the two epideictic orations which represent Bruni's considered view of the nature of Florence's government.” (Hankins, 1995, p. 326)

¹⁷ Skinner, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução de Renato J. Ribeiro e Laura T. Motta. São Paulo: Cia das letras, 1996.

séculos seguintes (XIII e XIV), cujas duas correntes sustentariam já no final do XIII a ideia de liberdade defendida no quattrocento: o estudo da retórica e o estudo da filosofia escolástica¹⁸.

Skinner apontou que a retórica e seu ensino, aproximados dos temas da vida cidadina e dos discursos (*ars arengendi*), começaram a assumir um caráter mais público e político a partir do início do século XIII. A imitação como método e os autores clássicos como modelos de retórica fez o interesse por seus textos aumentar. Eles passaram a ser mais estudados e imitados por si mesmos, não apenas como modelos estilísticos. Essa influência clássica marcou fortemente o pensamento político do Renascimento e ajudou a consolidar sua escrita política. Um exemplo disso, para Skinner, pode ser visto em Brunetto Latini, cuja obra, no contexto de crescente ameaça às repúblicas, fez a defesa da liberdade republicana já no século XIII.

A escolástica, por outro lado, diz Skinner, exerceu forte influência nas universidades italianas a partir de 1240, com as traduções das obras de Aristóteles do árabe. Os humanistas, influenciados pelas obras do estagirita, de Marsílio de Pádua e de Bartolo de Saxoferrato, defenderam a liberdade republicana para a manutenção da paz contra a ideia do governo de um só de Tomás de Aquino. Da crença aristotélica da vinculação direta entre facções e tirania, “todos os teóricos escolásticos tendam [tendem] a tratar o problema da discórdia civil como o principal perigo para a liberdade das cidades-repúblicas” (Skinner, 1996, p. 77). O pior desses facciosismos, para esses autores, é a constituição de partidos rivais entre os cidadãos. Para evitar que isso ocorra, sugerem que o governante seja o “corpo inteiro do povo” (Skinner, 1996, p. 81).¹⁹

Skinner quer mostrar que muitas das ideias dos humanistas do quattrocento já haviam circulado desde o século XII. Por isso, o conceito de humanismo cívico, de Baron, não pode ser aceito: “Baron ignorou em que medida tais ideias não eram novas em absoluto, mas, antes, um legado das cidades-repúblicas da Itália medieval” (Skinner, 1996, p. 93). A semelhança entre o conceito de liberdade dos humanistas do quattrocento e seus predecessores, afirma Skinner, é muito grande: “eles empregam esse termo para indicar ao mesmo tempo a independência e o autogoverno” (Skinner, 1996, p. 98). Esse uso do conceito, com esses significados, já estaria em circulação desde meados do século XIII, em negociações diplomáticas, crônicas locais e outras

¹⁸ Ibidem, p. 49.

¹⁹ Skinner diz que alguns intérpretes do primeiro discurso de Marsílio de Pádua sugerem uma certa fraqueza de ideias, uma teoria genérica do autor. No entanto, o historiador inglês defende que, colocado em seu contexto (quando e para quem escrevia), torna-se possível compreender a originalidade de Marsílio. Ora, curioso notar que, adiante, os escritos de Bruni não recebem o mesmo tratamento, levando em conta seu contexto e seus interlocutores.

formas de propaganda política. Alguns aspectos dessa concepção de liberdade seriam continuações da tradição das cidades italianas medievais: a ideia de conservar a integridade das cidades-repúblicas; a ideia de uma constituição livre, que conferisse a todo cidadão igual possibilidade de participação nos negócios da cidade (Bruni seria o grande defensor dessa ideia, tanto na *Laudatio* quanto na *Oração fúnebre*); e a preferência pela forma de governo republicana²⁰. Todos esses aspectos já teriam aparecido nas obras de Latini, nas crônicas de Mussato, nos comentários de Saxoferrato e no tratado de Ptolomeu de Luca.

Dessa forma, para Skinner, muitas das ideias dos humanistas cívicos seriam apenas reformulações de autores anteriores sem nenhuma novidade. Apenas duas formulações teriam alguma originalidade: seguindo Aristóteles, a grande importância dada pelos humanistas do quattroceto, especialmente Bruni, ao tema do exército de cidadãos; e a formulação da igualdade de possibilidade dos cidadãos alcançarem as honras públicas como esperança que desperta o talento dos homens e faz surgir o melhor deles, como um *ethos* de competição que ajuda a preservar a república forte e eficiente.

Skinner também destaca que Baron teria se equivocado em relação à perspectiva político-histórica dos humanistas, uma vez que os elementos centrais para uma interpretação republicana da história de Roma já estavam em autores como Latini e Ptolomeu. A novidade que Baron enxerga no deslocamento histórico feito pelos humanistas cívicos, para Skinner, não passa de uma retomada de elementos já expostos por seus predecessores. A única contribuição relevante da análise histórica dos humanistas, para o autor, foi a tese defendida por Bruni segundo a qual “um povo necessariamente atinge a grandeza enquanto dispõe de liberdade para participar dos negócios do governo, e também necessariamente se corrompe tão logo se vê privado dessa mesma liberdade.” (Skinner, 1996, p. 105).

Baron ainda teria deixado de considerar a natureza do elo que havia entre os escritores florentinos do início do quattroceto e o movimento do humanismo petrarquiano, que se desenvolveu no século XIV. Com Petrarca, o distanciamento em relação ao passado abriu espaço para uma nova forma de enxergá-lo, como um tempo que precisaria ser visto a partir de suas próprias fontes. A partir da descoberta de um Cícero mais fiel aos escritos originais, a concepção de homem e de suas capacidades²¹ teria sido transformada no trecento.

²⁰ Skinner, 1996, p. 99-100.

²¹ Atingir o mais alto grau de excelência está ao alcance do homem, e a educação pela filosofia e pela retórica é o meio para isso.

Seguindo Petrarca, os humanistas voltam a afirmar que “quando a capacidade humana de ação se mostra limitada, seu freio nada mais é do que o poder caprichoso da fortuna” (Skinner, 1996, p. 117), não a providência divina, como defendia Agostinho. O homem poderia, então, triunfar sobre a fortuna por sua própria capacidade. Essa nova visão da capacidade do homem, expressa pelos humanistas do quattroceto, foi retomada da antiguidade por Petrarca, e, portanto, não seria uma ruptura do humanismo cívico.

Em linhas gerais, o Renascimento seria uma continuação da Idade Média e não uma ruptura, para Skinner; e os humanistas do quattroceto estariam muito mais ligados aos seus predecessores do que reconhece Hans Baron. Skinner contesta, portanto, a tese de Baron, defendendo que a grande maioria dos elementos republicanos do início do quattroceto já estaria presente em autores anteriores. No entanto, o autor pondera que as explicações puramente internas²² tampouco seriam suficientes para explicar o fenômeno humanista do quattroceto. A virada da perspectiva da vida contemplativa para a da vida ativa, no início do XIV, foi um dos principais valores humanistas, reconhece Skinner. A ofensiva dos humanistas contra os escolásticos resultou também em uma renovada visão da história, que colocaria os próprios humanistas como herdeiros da Antiguidade e responsáveis por encerrar a idade da obscuridade.

Por mais pertinentes que sejam as críticas de Skinner a Baron, nos parece que as teses do historiador alemão ainda oferecem interessantes chaves de leitura para os escritos dos humanistas do início do século XIV. Como vimos no início, Baron defende que nos primeiros anos do quattroceto há uma ruptura com a tradição medieval em relação à defesa da liberdade republicana. Isso acontece especificamente em Florença, no contexto da crise da guerra contra Milão; e o principal autor desse movimento é Leonardo Bruni.

Dentre os escritos iniciais de Bruni, Baron apresenta a *Laudatio florentinae urbis* (*Elogio da cidade de Florença*) como a mais completa e vigorosa expressão das novas ideias políticas e históricas que surgiram durante a guerra com a Milão de Giangaleazzo Visconti. Para Baron, a *Laudatio* foi a precursora de todas as ideias político-históricas do quattroceto, desde os escritos do próprio Bruni até os de Maquiavel²³. Para muitos, o panegírico de Bruni seria apenas uma imitação de um modelo de retórica grego de segunda categoria²⁴, ainda que o próprio Bruni tivesse

²² Cf. Kristeller, *Studies in renaissance thought and letters*. Edizioni do Storia e Letteratura, 1956.

²³ Colocar Maquiavel como continuador do humanismo cívico é, ao nosso ver, um dos claros exageros de Baron. Cf. Baron, 1966, p. 191.

²⁴ Baron, 1966, p. 191.

em alta conta seu trabalho de juventude²⁵. A *Laudatio*, segundo Baron, foi o primeiro esforço de Bruni em um gênero muito exigente e a tarefa de apresentar um retrato da cidade com seus aspectos estéticos, históricos, culturais e institucionais não seria possível sem um modelo que pudesse guiar a empreitada. Para isso, Bruni escolheu o panegírico de Atenas de Aristides²⁶, escrito poucos anos antes de 167²⁷. Bruni tomou a retórica do elogio a Atenas como um dos modelos para sua obra; no entanto, esse não foi o mais importante dos aspectos que o guiaram. Baron defende que a estrutura conceitual da análise de Bruni deve muito mais ao modelo de Aristides do que o seu uso como modelo retórico. Havia, nesse sentido, um marcante paralelo entre o retrato de Atenas elogiado por Aristides e o retrato que um humanista gostaria de fazer de Florença. De forma semelhante ao papel de liderança que Atenas passou a ocupar após a guerra contra a expansão da monarquia persa, a luta de Florença, nas primeiras décadas do quattrocento, contra a dominação de Milão abriu uma oportunidade histórica para Florença tornar-se a "Atenas da Itália".

Baron defende que Bruni usa formalmente o modelo de Aristides, mas acrescenta novas e originais observações, independentes dele. Para o historiador, a *Laudatio* supera seu modelo grego e supera também a literatura patriótica pré-humanista das cidades-estado italianas. Antes de Bruni, ninguém havia tentado fazer um retrato completo de uma cidade²⁸, dos seus aspectos geográficos e históricos; explicar suas instituições e políticas através da reinterpretação da história da Itália e analisar o funcionamento da constituição da cidade como a interação de seus ofícios e conselhos. Para Baron, “uma vez que o disfarce retórico é removido, ideias de grande originalidade e promessa vêm à luz”²⁹ (Baron, 1966, p. 199). Ideias novas e originais que surgiram de suas próprias experiências e das tendências de seu próprio tempo, não de fontes medievais e antigas³⁰. A beleza cênica da cidade e a análise das suas instituições são novidades que não foram simples imitações

²⁵ O próprio autor recoloca seu texto em circulação por volta de 1430, no contexto da retomada das batalhas contra as tropas milanesas de Filippo Maria Visconti.

²⁶ Baron sugere que *A oração fúnebre de Pericles*, de Tucídides, era muito superior, mas atendia uma situação muito específica e não poderia servir de modelo para um elogio completo da cidade, enquanto o Panegírico, de Isócrates, literariamente superior, seguia a direção contrária ao que Florença queria, defendia a unificação da Grécia sob Atenas.

²⁷ Cf. Oliver, J. H. *The civilizing power, A Study of the Panathenaic Discourse of Aelius Aristides Against the Background of Literature and Cultural Conflict, with Text, Translation, and Commentary*. The American Philosophical Society, 1968:

"In summary, we conclude that Aelius Aristides received an invitation to compose a Panathenaic Discourse for delivery at the festival of 167, at a time when what seemed to certain others the tyranny of Herodes Atticus was still intact. The Discourse was composed also at the time of the Great King's humiliation in an atmosphere of victory over an ancestral enemy. (...) Having established the date of composition of the Panathenaic Discourse, namely the one, two, or three years before the festival of 167, we know where it was composed. In this period Aristides was professor of the art of rhetoric at Smyrna" [Esmirna, atual Turquia].

(p. 34)

²⁸ Baron, 1966, p. 196.

²⁹ “once the rhetorical guise is removed, ideas of great originality and promise come to light”.

³⁰ Baron, 1966, p. 196.

de um modelo, segundo o historiador alemão, além do importante deslocamento histórico da fundação da cidade para o período republicano de Roma (como havia feito Salutati em sua *Invectiva contra Antonio Loschi*, de 1403) e da valorização da importância histórica da República Romana.

Em termos de localização e aparência da cidade, o esforço da *Laudatio* é para ressaltar a beleza incomparável da posição cênica de Florença. A descrição da cidade, para Baron, é uma tentativa de descobrir as leis da óptica e da perspectiva que a tornam tão bem estruturada como paisagem cênica. A vista da cidade é quase como o centro geométrico de quatro círculos concêntricos, com o edifício do *Palazzo Vecchio* dominando a paisagem. O prédio que caracteriza o centro do poder aparece como uma torre. A cidade, toda murada, de longe parece um grande castelo, circundado por grandes casas e mansões com mármore branco. Ao redor do círculo das casas, um cinturão de propriedades rurais, tudo isso circundado por outras cidades. Brunni cria, assim, uma paisagem simétrica, sem abundância de detalhes insignificantes, buscando - como os mestres da arquitetura e das artes plásticas Brunelleschi e Donatello - o deleite no que é racional e passível de cálculos matemáticos. Para Baron, essa caracterização que Brunni faz de Florença é uma antecipação do que seria chamado de espírito geométrico do Renascimento.

Essa insistência na beleza e no esplendor da cidade, segundo Baron, vem da consciência da grandeza e do vigor que a cidade passa a representar, como a guardiã da liberdade. Florença era até então uma cidade provincial; no entanto, a experiência de resistir ao ataque de Milão em 1402 eleva a cidade à condição de potência na Itália³¹. Sua influência cultural sobre as demais cidades pode ser comparada àquela exercida por Atenas e Roma, tornando-a rival das duas grandes cidades antigas. Na *Laudatio*, “sua imagem da cidade poderosa e da magnificência de sua paisagem é usada para responder ao quebra-cabeça que confronta sua geração: como esta cidade em toda a Itália desafiou o poder superior do Visconti” (Baron, 1966, p. 203). Para Brunni, bastava um olhar na direção de Florença para ver sua beleza e sua magnificência. Na *Laudatio*, uma cidade esplêndida, bela, grande, forte e racional não deixa dúvidas aos leitores de que é capaz de vencer até mesmo um gigante, como Milão. Para Baron, a descrição que Brunni faz da cidade na *Laudatio* é uma mostra da extensão da contribuição que os humanistas da virada do século XIV para o XV poderiam dar quando ligavam seus escritos aos interesses civis e ao sentimento patriótico³². De

³¹ Baron, 1966, p. 202.

³² *Ibidem*, p. 205.

forma semelhante, a *Laudatio* fez uma contribuição decisiva ao gênero que no século seguinte ganharia muita importância: a análise da constituição da cidade.

Já havia em Florença, desde a primeira metade do século XIV, uma descrição de sua constituição ao estilo medieval: uma listagem de seus conselhos e cargos³³. A análise de Bruni rompe com esse padrão e procura analisar a integração, a proporção e as relações entre as instituições³⁴. A análise das instituições da república, após Florença sobreviver ao teste de fogo - a ameaça de Milão -, desperta o interesse não apenas dos humanistas, mas também de cidadãos que não eram ligados ao círculo humanista, como Gregorio Dati (1362-1435), mercador florentino cujos diários e *História de Florença* forneceram vasto material sobre seu tempo. Para Baron, a *Laudatio*, de Bruni, e a *Istoria di Firenze*, de Dati, escrita em 1409³⁵, embora muito diferentes entre si, eram um gênero novo na literatura florentina. Dati, baseado em grande material estatístico, lista os vários cargos administrativos, os conselhos e os oficiais designados a cada ano para a cidade, fazendo o primeiro registro sistemático desses números da cidade. Bruni foi o primeiro a fazer uma seleção cuidadosa desses dados para mostrar uma "interação orgânica e uma intencional unidade das instituições florentinas" (Baron, 1966, p. 206). A tarefa que havia tomado para si era mostrar que a rede de cargos e conselhos da cidade deveria ser entendida como um sistema de equilíbrio que impedia que algum cargo ou conselho chegasse a um poder tirânico.

"Mais uma vez, precisamos insistir no profundo distanciamento de Bruni dos meios medievais. [...] Eles não teriam fornecido a ele um modelo para a tarefa que tinha em mãos." (Baron, 1966, p. 206-207). Nesse aspecto, a *Laudatio* representa uma mudança de perspectiva. Na análise da constituição da cidade, para Baron, há uma ruptura entre Bruni e seus predecessores. Com esse sistema constitucional, Florença cuidava para que houvesse liberdade para os florentinos - o que, para Bruni, era o propósito das instituições da cidade, ao lado da busca pela igualdade dos cidadãos perante a lei. Segundo Baron, esse conceito da vida institucional de Florença, que ainda seria aprofundado por Bruni, atravessaria toda a Renascença e teria antecipado aspectos das grandes análises de Maquiavel, Guicciardini e Giannotti - embora ainda fosse uma análise limitada em comparação com estes autores.

³³ Cf. Baron, 1966, p. 207, nota 24: *Breve memoria*, de 1339.

³⁴ Baron insiste na distância entre a simples listagem dos cargos de uma cidade, nos textos medievais, e essa descrição que Bruni faz das instituições e seu funcionamento. Isso mostra a separação do autor em relação ao espírito medieval.

³⁵ Cf. Baron: "a crucial date in the history of florentine historiography: the composition of Dati's *Istoria di Firenze* in 1409", in *From Petrarch to Bruni: Studies in humanistic and political literature*, 1968, Chicago Press, p. 138-150.

Essas importantes questões abordadas na *Laudatio*, segundo Baron, respondem diretamente ao contexto de sua época; seriam fruto direto da resistência florentina contra Giangaleazzo Visconti. Dessa forma, a data de composição da obra é fundamental para o argumento de Baron. Se Bruni tivesse escrito o texto de fato em 1400, como defendem alguns comentadores (F. P. Luiso³⁶ e R. Sabbadini), o texto estaria muito próximo de um elogio puramente retórico, sem relação direta com o seu contexto político³⁷. Ao invés disso, Baron defende que a *Laudatio* teria sido escrita com a clara intenção de responder ao desafio da luta republicana contra a tirania de Milão. A experiência da crise de 1402, portanto, teria sido a principal motivação de Bruni para escrever seu panegírico.

Defensor de que a *Laudatio* tivesse sido escrita antes do desfecho da crise de 1402, Paolo Luiso, em seu comentário de 1980, toma como base o fato de Bruni não ter escrito em seu panegírico que Giangaleazzo morre em 1402. Para Baron, em primeiro lugar, isso não significa que Bruni desconhecesse o caso, mas que ele teria escolhido enaltecer a vitória florentina sem esclarecer como ela teria ocorrido, uma vez que a morte de Giangaleazzo foi obra do acaso e não da ação direta dos florentinos. Assim, estaria preservado o caráter heroico da vitória. Em segundo lugar, o clima em Florença, em 1400, era de incerteza. O acordo de paz intermediado por Veneza (paz veneziana), na primavera daquele ano, havia sido muito ruim para Florença e uma nova guerra seria inevitável. Para tentar evitar esse novo conflito, Florença havia buscado uma aliança desastrosa com o rei da Alemanha, que fracassou em sua tentativa de combater as tropas milanesas. Como Bruni poderia ter escrito a *Laudatio* em um aberto clima de derrota no ano 1400? Como Bruni poderia enaltecer a vitória florentina contra Milão e a libertação da servidão em um momento em que a derrota de Florença parece muito mais próxima do que a vitória? Baron destaca as linhas finais sobre a guerra contra Milão, na *Laudatio*: "ela [Florença] compeliu ele [Milão], que pouco antes havia ameaçado toda Itália e acreditava que ninguém poderia resistir a ele, a desejar a paz, a tremer dentro das muralhas de Milão, e no final, não apenas a abandonar as cidades da Toscana e da Flaminia, mas até a perder a maior parte do norte da Itália..." (Bruni, apud Baron, 1966, p. 221). Como essas linhas poderiam ter sido escritas antes da vitória de 1402? Não há, literalmente, nenhum fato citado que seja posterior a 1401, no entanto, Baron defende que a leitura do contexto

³⁶ Luiso, F. P. *Studi su l'epistolario di Leonardo Bruni*. Istituto storico italiano per il Medio Evo, 1980. (1871-1955, pesquisador do Instituto Histórico para o Medio Evo em Roma, se encarregou da edição crítica das crônicas de Giovanni Villani além de ser autor de diversos estudos sobre Dante).

³⁷ Como vimos, Hankins e Skinner também parecem seguir essa linha.

e da estrutura da *Laudatio* não deixam dúvida, ela só pode ter sido escrita após a derrota de Giangaleazzo.

A *Laudatio* deve ter sido escrita no verão de 1403 ou no verão 1404, para Baron. Na mesma carta em que faz referência ao texto (*Epistola I 8*), Bruni também faz referência à tradução que começaria a empreender do *Fédon*, de Platão. Se a *Laudatio* tivesse sido escrita antes de 1402, Bruni teria sido um prodígio na tradução grega, uma vez que havia começado seus estudos nessa área em 1398. Com a alteração da data da composição da *Laudatio*, Bruni teria tido tempo razoável para aprofundar seus estudos da língua grega a ponto de traduzir o diálogo de Platão.

Para defender sua tese de que a *Laudatio* foi escrita após 1402, Baron ainda precisa resolver a questão da menção da *Laudatio* nos *Diálogos*³⁸, de Bruni. O diálogo é composto por uma introdução e duas partes e contém, em sua segunda parte, uma menção ao panegírico. Baron argumenta que, ao ler os diálogos, qualquer leitor tem a sensação de que as duas partes foram compostas em tempos diferentes. Para Baron, algumas evidências apontam para a composição tardia da segunda parte do diálogo: o proêmio diz que o encontro aconteceria na casa de Salutati, mas apenas o primeiro diálogo ocorre lá, o segundo se dá na casa de campo de Roberto de Rossi; ao final do primeiro diálogo, o leitor não é informado de que haverá um segundo dia de encontro, nem como e por que o grupo se reúne novamente. Baron defende que o segundo diálogo foi escrito alguns anos após o proêmio e a primeira parte, de forma que a obra recebida por Pier Paolo Vergerio em 1401 não continha ainda o segundo diálogo. A ruptura no estilo do primeiro para o segundo diálogo e a adição de mais um participante criam uma atmosfera menos real na segunda parte, para Baron. Se o primeiro diálogo parece uma situação que de fato poderia ter ocorrido, ainda que não com as mesmas palavras, o segundo parece uma situação inteiramente fictícia.

As primeiras edições dos *Diálogos* com a introdução e os dois dias de conversas surgiram a partir de 1889, até então circulavam apenas a introdução e a primeira parte. Os comentadores se dividiam entre duas posições: os que defendiam que Bruni expunha suas próprias opiniões no primeiro diálogo e os que, ao contrário, julgavam que era na segunda parte que o autor expressava

³⁸ *Diálogo para Pier Paolo Vergerio*. In Bignotto, N. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. O texto é dividido em uma introdução e dois dias de diálogos. No primeiro dia, Leonardo Bruni, Niccolò Niccoli e Roberto Rossi vão à casa de Coluccio Salutati para ouvi-lo. No segundo dia, o debate acontece na casa de Roberto de Rossi e uma personagem é acrescentada: Pietro de Mini. No primeiro dia de conversa, Niccolò faz uma crítica aos três grandes autores florentinos: Dante, Petrarca e Boccaccio. Salutati diz que fará a defesa dos autores em outro momento, pois o tempo seria curto. No segundo dia de diálogos, no entanto, Salutati recua de sua proposta inicial e passa a tarefa da defesa dos autores criticados por Niccolò a Bruni, que a devolve a Niccolò.

seu ponto de vista. Vittorio Rossi³⁹ foi o primeiro a defender a tese de que os divergentes pontos defendidos no *Dialogi* representam a ambivalente herança humanista sobre Dante; por um lado, reconhecendo sua importância literária e sua antecipação de diversos aspectos do Renascimento, por outro, criticando seu medievalismo político e histórico pré-humanista. Os *Diálogos*, assim, representariam o duplo sentimento dos humanistas em relação a Dante. Contudo, a tese de Baron, de que os *Diálogos* foram escritos em momentos diferentes vai de encontro à interpretação de Rossi.

Baron defende que a mudança de posição de Niccolò é o que liga as duas partes. No entanto, a mudança de Salutati não parece fazer parte do plano inicial da obra. Salutati diz, ao final do primeiro diálogo, que irá defender os três grandes autores florentinos dos ataques de Niccolò em outro momento, pois naquele dia não haveria mais tempo. Entretanto, no segundo diálogo, quando é exortado a fazer sua defesa, hesita e passa essa tarefa a Bruni, que, por sua vez, a devolve ao próprio Niccolò. Salutati, dessa forma, não cumpre sua promessa e fica em uma posição contraditória em relação ao primeiro dia de conversação. Se a intenção inicial do autor era fazer o próprio Niccolò se retratar, por que haveria de colocar Salutati nessa posição? Para Baron, isso reforça a tese de que o segundo diálogo não haveria sido concebido junto com o primeiro e, possivelmente, não estaria nem nos planos do autor quando escreveu a primeira parte. Outro participante dos diálogos também teve papel diferente em cada um deles: o próprio Bruni.

No primeiro dia, Salutati diz que Bruni segue Niccolò antes de qualquer outro, mesmo estando errado; o que é confirmado por Bruni. No segundo dia, quando exortado a responder a Niccolò sobre os três grandes autores florentinos, Salutati repassa a tarefa a Bruni. Ora, se Bruni, na véspera, havia deixado claro que seguia Niccolò em todas as opiniões, ele não poderia ser a pessoa mais indicada a refutar o próprio Niccolò. No entanto, Salutati diz que Bruni é o mais habilitado a fazer o elogio dos três grandes autores, pois quem fez o elogio da cidade toda, seria o mais indicado para fazer o elogio dos homens. Baron defende que algo mudou no contexto florentino entre a composição dos dois diálogos. Bruni já não era mais visto como "seguidor" de Niccolò. Para Baron, entre a composição dos dois diálogos, a grande mudança foi a publicação da *Laudatio*⁴⁰.

³⁹ Baron, 1966, p. 234 (Rossi, V. "Dante nel Trecento e nel Quattrocento", 1921).

⁴⁰ Garin defende que, mesmo tendo sido escritos em momentos diferentes, os dois diálogos podem ser apenas um exercício de retórica, como era comum na escola de Santa Maria no campo, de Guidetti, cujos membros incluíam Roberto de Rossi. No entanto, Baron aponta que as posições de Niccolò no segundo diálogo serão retomadas por Bruni em diversas obras posteriores, reforçando a tese de que Niccolò seria o porta-voz da perspectiva de Bruni. Enquanto as posições de Salutati e Niccolò, no primeiro diálogo,

A interpretação de Baron, dessa forma, é oposta à de Hankins. A *Laudatio* estaria respondendo ao momento político de Florença. Como vimos, para Hankins, a *Laudatio* seria apenas um exercício retórico de juventude, que buscava o aplauso. O historiador parece menosprezar o contexto daqueles graves anos para Florença e a guerra que é travada também pelas ideias⁴¹.

Em seu texto *O Elogio da cidade de Florença (Laudatio Florentinae Urbis)*, de Leonardo Bruni⁴², Fabrina Magalhães Pinto ressalta que o texto de Bruni seria a construção de um discurso que responde ao presente, às exigências do presente. Nesse sentido, tanto a guerra das armas quanto a guerra das palavras estavam em disputa naquele contexto e Bruni toma parte, com as armas que possuía, na disputa pelas ideias, usando sua eloquência como uma arma política⁴³. “Assim, quando se diz que se trata de uma obra meramente retórica, como postula James Hankins [1995], emerge simultaneamente um sentido negativo à obra, já dado pela tradição platônica.” (Magalhães Pinto, 2016, p. 246). A autora explica que Hankins se vale da desvalorização platônica da retórica para colocar em dúvida a convicção de Bruni ao escrever a *Laudatio*, usando, ainda, sua famosa carta ao arcebispo de Milão, Francesco Pizolpasso (carta que dataria dos anos 1440⁴⁴, logo muito posterior à *Laudatio*), em que Bruni diz que sua imitação de Aristides no panegírico é um exercício de juventude. A autora lembra que a *Laudatio* é um exemplo de “oratória epidíctica”, que responde ao presente, às preocupações imediatas, e não está em busca de uma verdade teórica. Além disso, a carta ao arcebispo de Milão, inimiga de Florença, também não pediria uma dose de moderação no discurso de Bruni, atenuando a força de seu elogio? “Pode-se afirmar, portanto, que este opúsculo respondia às exigências políticas e de propaganda de Florença em inícios do Quattrocento, sendo este, de fato, o argumento de maior relevância” (Magalhães Pinto, 2016, p. 248). Assim, quando Bruni defendeu a república contra os ataques de Milão com as armas que

são muito próximas das opiniões que são atribuídas aos próprios autores na época (Baron, 1966, p. 512). Cf. Garin, E. “I cancellieri umanisti della repubblica fiorentina da Coluccio Salutati a Bartolomeo Scala”. In: *Rivista storica italiana*, vol. 71, 1959, p. 185-208.

⁴¹ Nancy Struever defende que a retórica, para os humanistas italianos, tinha um foco especial na relação entre discurso e ação, não era apenas uma forma vazia de sentido político. Para Bruni, a retórica teria valor por si mesma, e a prática da eloquência seria a prática da liberdade. Struever, N. *The language of history in the Renaissance: rhetoric and historical consciousness in the florentine humanism*. Princeton University Press, 1970.

⁴² Magalhães Pinto, F. O Elogio da cidade de Florença (*Laudatio Florentinae Urbis*), de Leonardo Bruni. *Revista Morus*, São Paulo, Unicamp, v. 11, n. 2, 2016.

⁴³ *Ibidem*, p. 245.

⁴⁴ Bruni. *Lettres Familières*. Tome II. Édition, traduction et notes de Laurence Pradelle. Presses Universitaires de la Méditerranée, 2014, livro VIII, carta 12, p. 319.

tinha (sua formação retórica), pode-se considerar que ele não estava fazendo outra coisa que defender a república e a liberdade florentinas⁴⁵.

Se algumas das questões apresentadas por Hankins e, principalmente, por Skinner, como vimos acima, fazem sentido, é muito razoável também que, a partir dos argumentos de Baron, algumas dessas questões sejam rejeitadas: 1. levando em consideração o contexto de Florença em 1402, a ameaça representada por Milão e o fato de Bruni não ser retor profissional da cidade quando da escrita da *Laudatio* em 1403-1404, como seria possível considerar um texto do teor da *Laudatio* como pura retórica, como desprovido de qualquer significado?; 2. o tema da liberdade já havia sido tratado por autores anteriores, mas é preciso levar em consideração o contexto no qual o autor estava inserido, sendo a disputa das ideias tão importantes quanto a das armas. A *Laudatio* estaria respondendo ao momento político de Florença, apesar dos exageros de Baron, que parece ver em Bruni o campeão da liberdade republicana⁴⁶.

Apesar das ressalvas levantadas por alguns dos comentadores, como vimos, parece razoável concluir com Baron e Magalhães Pinto (2016) que a *Laudatio* está respondendo a um contexto específico e não deve ter seu caráter político e republicano diminuído por isso. Se há base e estudos que apontam nessa direção, em relação à *Laudatio*, parece menos possível dizer o mesmo sobre a *História do povo florentino*, que conta com menos comentários e análises nesse sentido.

Baron defende que muitas das ideias apresentadas na *Laudatio* e no segundo diálogo são mantidas e aprofundadas na *Historiae Florentini populi*, de Bruni, cujos quatro primeiros livros já estavam escritos em 1421. Segundo Baron, o primeiro livro da *Historiae* mantém o mesmo padrão da *Laudatio* em dois pontos fundamentais: estabelecer o ponto central da história do mundo antigo na ascensão e queda da liberdade e energia cívicas e entender a liberdade de Florença como resultado do trabalho realizado pelas cidades-estado antigas⁴⁷. A *Historiae*, para Baron, é o trabalho mais bem formulado e maduro de Bruni, no entanto, as ideias que inspiram sua grande obra já estavam apresentadas em seus trabalhos de juventude.

Entre 1415 e 1421, Bruni se dedicou a escrever diversos textos políticos e históricos, como os primeiros livros da própria *Historiae*, ainda sob a tensão do fim da guerra contra Nápoles e a morte do rei Ladislau, em 1414. Contudo, entre 1421 e 1427, sua atenção passa a se concentrar em

⁴⁵ Ambrosio, R. *Política e retórica no humanismo florentino entre os séculos XIV e XV: em torno do humanismo cívico*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 62.

⁴⁶ Veremos no próximo capítulo qual a concepção de liberdade de Bruni na *História de Florença* explicitada no episódio dos Ordenamentos de Justiça.

⁴⁷ Baron, 1966, p. 64.

textos sobre filologia, educação e retórica e em suas próprias traduções de textos gregos, sem, no entanto, incluir trabalhos sobre política e história. Com essa mudança de interesses do humanista, Baron acha difícil dizer se ele teria voltado a escrever sua *Historiae* ou sobre política novamente. Entretanto, a mudança da situação de Florença, com a crescente ameaça da renovada Milão de Filippo Maria Visconti, filho de Giangaleazzo, fez Bruni retomar o interesse histórico-político da juventude; para Baron, a quase enterrada tensão cívica do seu trabalho ressurgiu. A partir de 1427, ano em que foi eleito chanceler da República, começa sua terceira fase cívica (a primeira de 1402 a 1406, a segunda de 1415 a 1421). De 1427 a 1444, ano de sua morte, ocupou o cargo de chanceler e teve estreito contato com os próprios acontecimentos políticos, o que teve um impacto direto em seu trabalho, segundo Baron⁴⁸.

A exemplo das diferentes perspectivas das leituras da *Laudatio*, de Bruni, a *História do povo florentino* despertou também interpretações distintas. Mais especificamente, Maquiavel critica abertamente a obra por não ter narrado as discórdias internas da cidade. Antes de passar à análise de dois episódios específicos que destacamos nesse trabalho da *História* de Bruni, vejamos algumas das perspectivas apontadas pelos comentadores.

1.3 Apreciações sobre a *História do povo florentino*, de Bruni

Os estudos sobre a obra mais importante de Leonardo Bruni, a *História do povo florentino*, mostram, ao mesmo tempo, a diversidade de leituras e interpretações a partir dela e o quão pouco explorada a obra ainda é no nosso campo. Apresentamos a seguir algumas dessas interpretações para que tenhamos em nosso horizonte os caminhos apontados por alguns autores. Começaremos

⁴⁸ A primeira obra desse período foi a *Oração Fúnebre a Nanni degli Strozzi* (1428). Nessa obra, Bruni faz a homenagem ao general morto, mas faz também um novo elogio a Florença. Ferido em batalha, Nanni degli Strozzi, um dos principais líderes da coalizão contra os Visconti, morre em 1427. Encarnando o ideal de cidadão que pegava em armas na defesa da cidade, foi um dos mais ativos e combativos generais na luta contra Milão. Após sua morte, amigos do general pediram a Bruni que escrevesse sua oração fúnebre. Inspirado na oração de Péricles, de Tucídides, em sua *Guerra do Peloponeso*, Bruni fez da oração fúnebre a Nanni uma "nova" *Laudatio* a Florença. Para Baron, o texto de Bruni é bastante independente do modelo clássico, segue apenas o esquema literário e o espírito do funeral público de Atenas, em que o elogio dos soldados mortos era escrito em um panegírico da cidade pela qual morreram lutando, enaltecendo sua liberdade, sua origem, sua cultura e a virtude cívica de seus cidadãos. Na *Laudatio*, Bruni ligou a herança republicana de Roma a Florença pela fundação da cidade. Em 1428, na *Oratio*, Bruni usou sua descoberta do passado etrusco de Florença para reforçar essa herança: um povo independente e livre, de quem a própria Roma teria recebido algumas instituições políticas (p. 415). Em 1436, no seu *Vita di Petrarca*, Bruni cria a teoria de que a fortuna das cidades-estado livres determinava o crescimento e a decadência da cultura: quando a liberdade dos romanos foi perdida, os estudos e as letras também pereceram; quando o povo italiano começou a retomar a liberdade, sobretudo em Florença, os estudos também voltaram a crescer, até atingir o nível da antiguidade com Dante e Petrarca. Cf. Baron, 1966, p. 411.

com as que apresentam a *História* como uma defesa da liberdade, como fazem Ullman e Kelley. Em seguida, passaremos por Pires, que reconhece o sentido republicano da obra, e por Cochrane que, embora reconheça elementos inovadores, acentua a proeminência que Bruni dá às classes médias da cidade. Veremos também aspectos da leitura de Najemy, que defende que o verdadeiro adversário a ser deslegitimado pela obra de Bruni é o povo. E, por fim, chegaremos ao estudo de Gary Ianziti, que destaca o quanto a *História* de Bruni atende aos anseios das classes dominantes da cidade.

Berthold Louis Ullman, em seu texto de 1946⁴⁹, defende que o tema central da *História* de Bruni é a liberdade e que muitos comentadores, por não compreenderem isso, negligenciam a obra do chanceler. Isso ocorreria, em parte, porque alguns acreditam que as crônicas são mais factuais e, em parte, porque suspeitam que o acabamento literário das obras de história são um traje chamativo por baixo do qual existiria um coração perverso, pronto para tirar vantagem do pesquisador honesto⁵⁰. Haveria ainda um problema no entendimento dos métodos usados pelo autor. Suas buscas por fontes em arquivos públicos e privados seriam demasiado próximas dos métodos contemporâneos, o que causaria a impressão de se tratar apenas de uma versão mais antiga e menos experiente da historiografia atual. "Em um sentido, os historiadores do renascimento foram precursores de Vico, Niebuhr e Mommsen. Eles eram historiadores modernos, cujas técnicas ainda não tinham sido aperfeiçoadas e cujas formas retóricas confundiam o leitor casual" (Ullman, 1946, p. 322).

Entendendo retórica como estilo literário, Ullman defende que Bruni aprendeu com Cícero a importância do estilo na escrita da história, pois se ela não fosse agradável ao leitor, não seria lida. Bruni aprendeu a tal ponto essa lição (talvez até demais, para Ullman) que é acusado, ainda hoje, de ter escrito apenas exercícios de retórica - o que seria uma acusação sem cabimento, para o comentador. Ao invés de ser pura retórica, a história, para Bruni, era fonte de prazer e treino útil para a vida ativa, servindo também como guia para as questões do presente, defende Ullman.

Além de Cícero, o autor florentino também teria seguido Tito Lívio como modelo. Desses guias antigos, o historiador teria tomado a forma de colocar discursos fictícios na boca das personagens da história, expediente repugnante para os historiadores contemporâneos⁵¹. Essa

⁴⁹ Ullman, B. L. Leonardo Bruni and humanistic historiography. In: *Studies in Italian Renaissance*. (Publicado originalmente em *medievalia et humanistica*, 4, 1946, p. 45-61). As traduções são nossas.

⁵⁰ Ullman, 1946, p. 321.

⁵¹ *Ibidem*, p. 331.

prática, para Ullman, seria responsável por boa parte da suspeita que pesa sobre a *História do povo florentino*. No entanto, os discursos são recursos para transmitir mais vivacidade aos relatos, para que fiquem psicologicamente mais fiéis e menos descritivos. Esse recurso ainda permite que o autor expresse suas próprias ideias com mais força⁵².

Como todo historiador, Bruni teria escrito sobre os temas que julgava mais importantes para seus propósitos, deixando de lado o que lhe parecia menos relevante. Nesse sentido, o trabalho com as fontes foi fundamental, sendo a principal delas, para Ullman, a crônica de Giovanni Villani. Contudo, outras fontes foram usadas para adicionar e corrigir informações, principalmente dos arquivos públicos de Florença, aos quais Bruni tinha acesso privilegiado. Um dos resultados desse método de trabalho com a história, para Ullman, foi sua secularização. Os milagres e as lendas foram rejeitados na *História* e os feitos dos florentinos não foram indiscriminadamente louvados. Um exemplo dessa postura foi a paz forçada a Pisa por Florença em 1256, episódio que foi retratado pelo autor como "muito injusto" por culpa do Papa e do povo florentino.

Pelo modo como Bruni lida com as fontes e com as questões da cidade, Ullman considera surpreendente a declaração de Maquiavel, na introdução de suas *Histórias florentinas*, de que a *História* tratou muito pouco das discórdias civis, das inimizades e de seus efeitos. Para o comentador, as questões internas são uma parte quase tão importante quanto as guerras na obra de Bruni, e mesmo um leitor casual deveria ficar surpreso com o tanto de espaço que é devotado aos conflitos internos e seus desenvolvimentos⁵³. O comentador argumenta que, no livro IV, 25% mais espaço é dedicado aos conflitos internos do que aos casos externos na *História*. Se a história útil para os cidadãos é aquela que mostra os motivos dos conflitos e das divisões internas da cidade, como diz Maquiavel, Ullman defende que a *História* de Bruni está dentro desse campo, como mostra o episódio da tirania do Duque de Atenas, que trata justamente de ensinar aos cidadãos que eles devem permanecer atentos e manter os governantes sob controle.

Ullman vê também no tratamento dispensado por Bruni ao tumulto dos *ciompi* uma convergência com a função da história apontada por Maquiavel: "Ainda mais próximo de Maquiavel é o comentário [de Bruni] sobre os *ciompi*, que é uma lição constante para os líderes da cidade, para não deixarem a multidão decidir pegar em armas, e que os líderes devem evitar brigas, pois isso leva a levantes populares" (Ullman, 1946, p. 339). O tratamento de Bruni ao

⁵² Ibidem, p. 332.

⁵³ Ullman, 1946, p. 338.

episódio teria sido uma lição republicana aos cidadãos e teria fornecido muitas informações e ideias a Maquiavel para suas *Histórias florentinas*⁵⁴.

Isso mostra, para Ullman, como a obra de Bruni não foi bem entendida por muitos comentadores. "Talvez a principal característica da *História* de Bruni tenha passado despercebida pelos críticos: seu tema central da liberdade democrática." (Ullman, 1946, p. 341). O tema teria sido bem explorado no episódio da ditadura do duque de Atenas, no qual a liberdade é perdida e depois reconquistada. Esse episódio deveria servir de lição aos florentinos, junto com a revolta dos *ciompi*: "(...) Os dirigentes não deveriam permitir que o povo tivesse acesso às armas. (...) e mais perigoso era ter dirigentes engajados em agressões à constituição, pois isso levaria a levantes populares" (Ullman, 1946, p. 341). Ullman insiste na centralidade de uma liberdade democrática, mas pouco explora o conceito de democracia e tampouco explica como o conceito mesmo de democracia estaria ligado à *História* de Bruni.

Segundo Ullman, o valor da liberdade e da democracia, na *História* de Bruni, ficaria claro em nove dos discursos das personagens. A fala de Giano della Bella, quando as Ordenações de Justiça estão sendo discutidas em 1292, mostraria o enorme valor da liberdade para Bruni, que dependeria de "leis justas e tribunais justos". Outro discurso mostraria como o governo de Florença era realmente democrático, uma vez que os governantes não teriam o direito legal de fazer promessas a uma facção exilada sem o consentimento do povo. "Assim, muito antes de Hegel, a história era para Bruni a história da liberdade" (Ullman, 1946, p. 342). Próxima da liberdade estaria a virtude, para Bruni, e com o fim da liberdade na antiguidade, a virtude também teria desaparecido. Para Ullman, portanto, *A História* de Bruni seria a história da liberdade democrática. Contudo, como veremos, o próprio discurso de Giano della Bella aponta em uma direção muito distinta de uma liberdade republicana (o chanceler não usa o termo democracia), antes ressaltando a exclusão de parte da cidade na política do que propondo a inclusão de todos nas questões públicas.

Ao ressaltar uma misteriosa liberdade democrática como tema central da *História* de Bruni, Ullman reforça a tese de que a liberdade não é igual para todos na cidade e de que o povo não seria o guardião da liberdade, mas, antes, representaria um grande risco a ela. Caberia à classe dirigente zelar pela ordem pública para manter a liberdade e, incluído nesse zelo, está o controle sobre o

⁵⁴ O que, em alguma medida, como veremos no capítulo 3, faz bastante sentido, dado o quanto Maquiavel se apoia em Bruni para construir sua própria narrativa.

povo, para evitar que ele coloque em risco a ordenação política. A tese parece abertamente contraditória àquilo que chamaríamos hoje de liberdade democrática.

Donald Kelley, em seu texto de 1988⁵⁵, defende que Bruni estabeleceu o modelo de historiografia humanista na sua *História*. Se sua inspiração veio de Tucídides e Lívio, sua visão da história foi forjada pelos eventos florentinos cruciais de seu próprio tempo, especialmente a guerra contra Milão e a crise do início do século XV, "que reforçaram seu compromisso republicano [...] e o levaram a preocupações políticas e sociais associadas ao que se tem chamado de 'humanismo cívico'" (Kelley, 1988, p. 238). A guerra contra Milão teria levado Bruni a fortalecer seu republicanismo, o que teria deixado marcas em sua *História*. A tese de que a cidade havia sido fundada pelos etruscos e depois teria sido colônia militar romana no tempo de Sula (ainda na República) serviria para satisfazer dois propósitos, para Kelley: a crítica histórica e a ideologia republicana.

Além do problema crucial da origem da cidade, Bruni trata também das perdas da liberdade civil e da literatura clássica, segundo Kelley: a primeira por causa do fim da República romana com César e a segunda pelas invasões bárbaras no colapso do Império e pela ascensão papal. Entre suas fontes estariam Orosius, Paulo, o Diácono, e, especialmente, os irmãos Villani e Goro Dati, homogêneos no que Kelley define como uma retórica classicista. Juntando esses elementos a uma visão ciceroniana da história como um repositório de lições a serem imitadas ou evitadas, Bruni escreveu a história da ascensão de Florença à grandeza, "o que é dizer liberdade republicana e cultura humanista - e, claro, o sucesso militar" (Kelley, 1988, p. 239).

Para Kelley, Bruni "valorizava acima de tudo a liberdade republicana de Florença" e "celebrava a superioridade da excelência republicana" (Kelley, 1988, p. 251). A sua *História* seria o retrato dessa liberdade acima de todos os valores. A leitura de Kelley aponta um caminho interessante; contudo, o autor não faz uma análise mais detida de episódios da *História* de Bruni que apoiem tal interpretação.

Essa liberdade republicana celebrada por Kelley e Ullman, seria para Udo Klee, como mostra Francisco Murari Pires, em seu texto de 2006, *Leonardo Bruni e Tucídides: história e retórica*⁵⁶, uma retomada da consciência histórica de Tucídides, cuja obra teria sido resgatada no

⁵⁵ Kelley, D. Humanism and history. In: Rabil, A. (org.). *Renaissance Humanism*. University of Pennsylvania Press, 1988, vol. 3, p. 236-270.

⁵⁶ Pires, F. M. Leonardo Bruni e Tucídides: história e retórica. *Revista Politeia: História e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, 2006. p. 57-84.

ocidente por Bruni⁵⁷. Pires aponta, junto com Ricardo Fubini⁵⁸, que a recusa das lendas e mitos na fundação da cidade e nos primeiros tempos de sua história seria, em Bruni, uma influência metodológica de Tucídides, que já operava com esse tipo de recusa e investigação em sua *História da Guerra do Peloponeso*⁵⁹. Segundo Pires, Hankins vê nessa recusa das lendas e mitos um dos mais importantes feitos da crítica humanista do século XV⁶⁰, juntamente com a noção de que a história é feita pelo homem, sem uma divindade organizadora que ofereça as razões para a ascensão e a queda da liberdade política. No entanto, para conferir esse estatuto para a *História* de Bruni, Hankins faz uma separação entre história e retórica na obra do florentino que, na visão de Pires, não é razoável: "Assim, entende Hankins, há que distinguir em Bruni as figuras de historiador e de retórico, pois, história e panegírico remetem a diferentes gêneros de composição, como, aliás, Bruni mesmo advertira em uma de suas cartas." (Pires, 2006, p. 72). Hankins separa as figuras de historiador e de retórico como se fossem duas competências autônomas e distintas que o autor pudesse ativar uma ou outra sem que elas entrassem em contato. Nas obras de elogio, Bruni operaria apenas com a retórica, ao passo que nas obras de história, a retórica ficaria de fora para que a competência histórica não sofresse nenhuma "interferência". A crítica de Hankins, diz Pires, "tanto estima o que nele seja 'história de retórica controlada' quanto repugna o que seja, ao avesso, 'retórica de história descontrolada'." (Pires, 2006, p. 73). Pires não endossa a tese da separação entre retórica e história de Hankins, ao invés disso, busca distinguir no caldo retórico e histórico da obra um nexo de ações que forme um sentido político.

O sujeito da *História* de Bruni, para Pires, é o povo florentino. Suas ações, com base em um governo popular, levam a um sentido republicano da obra nos seguintes elementos:

a composição política do povo com a facção nobre ("Guelfos") que lhe era favorável, formando frente conjunta contra a facção avessa à orientação popular ("Guibelinos"); estruturação institucional de direção estatal que responde pela vontade popular que elege seus membros constituintes (o colegiado dos Doze, *Anziani*); a ordenação distrital dos magistrados e demais cargos públicos e a integração militar da população urbana, compondo as guarnições vigilantes contra as tramas aristocráticas e definindo a força de guerra da cidade (Pires, 2006, p. 79).

⁵⁷ *Idem*, p. 63. Especialmente seu método teria sido retomado por Bruni, com ênfase para os discursos das personagens no meio da narrativa.

⁵⁸ Fubini, R. Osservazioni sugli *Historiarum Florentini Populi Libri XII* di Leonardo Bruni. In: *Studi di Storia Medievale e Moderna per Ernesto Sestan*. v. 1. Firenze: Leo S Olschki Editore, 1980. p. 403-448.

⁵⁹ Pires. *Idem*, p. 60 e ss.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 70.

Esses elementos mostram o caráter republicano da *História* de Bruni, segundo Pires. A história de um povo que "antes vivia curvado sob sujeição servil a príncipes e seus acólitos", e depois de provar "o mel da liberdade", cresce e acaba por se tornar "senhor de si mesmo" (Pires, 2006, p. 79). O povo é, pois, o agente que instauraria um "reino da liberdade", não para dominar os outros povos, mas para preservar a sua própria liberdade.

Os escritos de Bruni, segundo Pires, historiográficos e retóricos ao mesmo tempo, teriam sido influenciados por Tucídides, especialmente a *História*. Se essa tese de Pires é bem sustentada, não seria fácil dizer o mesmo em relação à sua defesa do povo como agente instaurador da liberdade republicana na *História* de Bruni. Em primeiro lugar, teríamos que perguntar o que o autor entende como povo em Bruni. Fica claro que esse "povo" não é a nobreza guelfa e se opõe aos grandes, contudo, essa categoria envolveria as camadas de trabalhadores sem direitos? Seriam apenas os trabalhadores diretamente ligados às Artes⁶¹? Como, efetivamente, esse "povo" seria o agente da liberdade da cidade? Quais são os atos que lhe atribuem essa posição? Em quais episódios da *História* de Bruni seria possível identificar a ação do povo que preserva a liberdade? Como veremos adiante, pela análise de dois episódios específicos (os Ordenamentos de Justiça e a revolta dos *ciompi*), Bruni parece colocar como agente desses eventos não o "povo", mas indivíduos que pensariam no bem da cidade – aliás, indivíduos cuja origem social está nos extratos mais altos da sociedade, na maioria das vezes⁶².

Eric Cochrane, assim como Pires, analisa como Bruni usou como guias para sua *História* as histórias antigas, principalmente Lívio e Tucídides. Em seu texto de 1981⁶³, Cochrane defende que a *História* de Bruni não tomou os antigos como modelos que impediam qualquer invenção; eles eram, antes, um incentivo à originalidade, não um limite formal. O recurso aos discursos, presente em Lívio e Tucídides, é utilizado com novo sentido em Bruni. Alguns poderiam ser transcrições fiéis de falas verdadeiras, mas outros serviram para destacar os momentos de dramaticidade da narrativa. A maioria, no entanto, "contêm o que para Bruni era o ingrediente

⁶¹ As Artes eram corporações de ofícios que representavam os trabalhadores de diversas áreas em Florença. Elas foram criadas a partir do século XII e ficaram estabelecidas, ao final do século XIII, como sete Artes maiores, as mais poderosas, e quatorze Artes menores. Em geral, os trabalhadores dos extratos mais baixos, como os cardadores de lã, por exemplo, não podiam ser filiados a nenhuma das Artes e, logo, não podiam participar das magistraturas da cidade.

⁶² O movimento dos *ciompi*, como veremos adiante, não é descrito pelo autor como um movimento do povo florentino, mas há na liderança do movimento um indivíduo louvável que pensa no bem da cidade: Michele di Lando.

⁶³ Cochrane, E. *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1981.

mais importante da história como gênero literário distinto: a *razão*, ou as causas, dos eventos narrados.” (Cochrane, 1981, p. 4)⁶⁴, onde os próprios agentes enunciam suas eventuais intenções e ações, explicitando a causalidade das ações.

Mais do que qualquer antigo, para Cochrane, Bruni teria destacado a utilidade como função da escrita da história: a história ensina prudência. Aprender com o exemplo dos outros poderia ajudar os homens do presente a lidarem melhor com seus próprios problemas. Conhecer as causas e consequências dos eventos passados proporcionaria sabedoria política aos homens, os ajudaria a entender melhor seu próprio tempo e as mudanças futuras. Para isso, a verdade seria fundamental e a história precisaria buscá-la. Ao invés de aceitar mitos tradicionais, Bruni os desconstrói, especialmente aqueles sobre a fundação de Florença por Julio Cesar, sua destruição por Totila e sua reconstrução por Carlos Magno.

Para buscar a verdade, diz Cochrane, Bruni usava mais de uma fonte para cada evento narrado e buscava confrontá-las quando eram contraditórias. As fontes secundárias eram usadas para checar as fontes principais. Assim, percebeu que os historiadores antigos só podiam ser confiáveis quando suas fontes também o eram⁶⁵. Além dos historiadores antigos, seu trabalho com as fontes inclui amplo recurso aos arquivos da cidade e das famílias tradicionais e às crônicas.

Para Cochrane, as crônicas representam uma das mais importantes contribuições para a história renascentista. Essa espécie pré-humanista de história, que começou em forma de listas de oficiais da cidade, rapidamente virou uma forma de expressar o orgulho pela cidade e seus feitos. Ao final do século XIII, as possibilidades desse tipo de escrita aumentaram ainda mais com o contato com as crônicas da Alta Idade Média⁶⁶. O antigo costume das famílias florentinas de escreverem diários (que serviam tanto para registrar as transações comerciais, o patrimônio e as datas importantes, quanto para deixar para as futuras gerações a sabedoria moral e política acumulada pela família e algumas reflexões⁶⁷), parece explicar, para Cochrane, a profusão de cronistas na Florença dos séculos XIII e XIV. Organizadas de forma cronológica, nelas os eventos não guardavam relações causais entre si, distinção fundamental em relação à história: “[...] nenhum dos cronistas nunca sugeriu que o estudo do passado talvez permitisse que seus leitores criassem

⁶⁴ “Contain what for Bruni was the most important ingredient of history as a distinct literary genre: the *ratio*, or the causes, of the events recounted.” (Cochrane, 1981, p. 4)

⁶⁵ Essa postura teria marcado o que Momigliano chama de real início do criticismo histórico. Cf. Arnaldo Momigliano in *Polybe*. Geneva: Vandoeuvres, 1974, p. 357.

⁶⁶ Cochrane, 1981, p. 9.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 10.

algo melhor no futuro.” (Cochrane, 1981, p. 11). As crônicas, ao contrário da história, não ajudavam a fazer previsões razoáveis para o futuro, mas forneceram

um registro facilmente disponível, abundante e frequentemente preciso do que havia acontecido, pelo menos para os anos em que foram realmente escritos. [...] Tudo que Bruni teve que fazer, pois muito disso ele incluiu após seu primeiro livro, foi reformular de acordo com seus novos padrões linguísticos e críticos o que ele encontrou escrito nos Villani, em Stefani e em Pitti, que foram de fato suas principais fontes para o século XIV. (Cochrane, 1981, p. 14)⁶⁸

Se a história humanista nasceu pronta, como defende Cochrane, é porque as crônicas que a precederam abriram muitos dos seus caminhos e deixaram abundante material para ser trabalhado, consultado e contestado. A *História* de Bruni avança em muitos aspectos porque pôde apoiar-se nesse vasto material dos cronistas.

Outro fator chave, para Bruni, é a organização da história a partir de um tema central. O tema que organiza sua *História* é a trajetória de uma cidade insignificante se tornando uma grande potência na Itália: Florença. Por isso, só entram em sua narrativa os eventos diretamente relacionados a essa ascensão. Segundo Cochrane, isso explica por que nem mesmo os desastres naturais entram em cena, já que, como as intervenções divinas, seriam independentes da vontade dos homens e não ensinariam nada sobre seu comportamento. Cochrane defende que a ideia mais próxima de algo místico, na *História* de Bruni, seria a crença em uma marca indelével que os fundadores de uma cidade poderiam deixar sobre os futuros cidadãos da cidade, ideia bastante difundida entre os homens de seu tempo.

A história também deveria ser didática. Quando os fatos e os discursos não deixavam clara qual é a lição a ser aprendida em determinada questão, o próprio autor a aponta. Para cumprir essa função, a eloquência é fundamental: “(...) para ser didática, a história também precisava ser eloquente. Ou seja, ela tinha que ser escrita de tal maneira que seu público-alvo a lesse de bom grado e ainda mais de bom grado aplicasse suas lições implícitas e explícitas na forma de atos legislativos concretos.”⁶⁹ (Cochrane, 1981, p. 6). A linguagem e a construção do discurso deveriam

⁶⁸ “an easily available, abundant, and often accurate record of what had happened, at least for the years in which they had actually been written. [...] All Bruni had to do, for much of what he included after his first book, was to recast in accordance with his new linguistic and critical standards what he found written in the Villanis, Stefani, and Pitti, who were in fact his principal sources for the fourteenth century.” (Cochrane, 1981, p. 14)

⁶⁹ “in order to be didactic, history had also to be eloquent. That is, it had to be written in such a manner that its intended audience would willingly read it and even more willingly apply its implied and explicit lessons in the form of concrete legislative acts.” (Cochrane, 1981, p. 6)

ser atraentes, para que os leitores quisessem prosseguir na leitura e, mais do que isso, seguir seus ensinamentos.

Embora Bruni tenha seguido esses preceitos, Cochrane ressalta que ele não foi capaz de perceber o quanto as ações e motivações dos homens estavam relacionadas aos grupos sociais aos quais eles estavam ligados:

A família, ou *casata*, que os historiadores modernos identificaram como o grupo mais coeso na sociedade florentina do século XIV, ele ignorou em grande parte. Sobre os interesses econômicos que muitas vezes colocam uma família contra a outra, ele não disse uma palavra. Ele negligenciou até mesmo as guildas, e com elas a própria natureza corporativa da constituição florentina, que sozinha teria dado significado ao programa de reforma de seu herói principal, Giano Della Bella; e quando, em seu relato da revolta dos Ciompi, ele não pôde mais ignorá-los, ele os dispensou, de forma totalmente incorreta, como meros meios [*vehicles*] do governo da multidão⁷⁰. (Cochrane, 1981, p. 6)

Além de ignorar categorias fundamentais da sociedade florentina, Bruni criou uma divisão artificial da população em três classes: a nobreza de origem feudal, a ínfima multidão de artesãos, pequenos comerciantes e trabalhadores e, entre essas duas, uma classe média de grandes mercadores e banqueiros⁷¹. A classe dos trabalhadores, muitas vezes, é retratada de forma negativa. E, embora o governo da cidade seja definido por Bruni como um governo do povo, não há nenhum interesse por ele, que era alijado de todas as atividades políticas, exceto o pagamento de impostos. As ações, frequentemente, são atribuídas a um corpo coletivo de cidadãos ("os florentinos"), como se não houvesse divergências e disputas internas entre eles. Esse corpo genérico representaria, majoritariamente, para Cochrane, aqueles que possuíam cargos e magistraturas na cidade.

A percepção da mudança que estava ocorrendo em Florença, deixando de ser um governo de corporações e se transformando em um governo de elite, segundo Cochrane, só foi percebida por Bruni tardiamente. O autor parece ter percebido a própria falha depois do livro VIII, escrito após o retorno de Cosimo de Medici em 1434, quando a expressão "decisões erradas do governo florentino" aparece muito mais frequentemente, ainda que esses erros sejam atribuídos aos

⁷⁰ "The family, or *casata*, which modern historians have identified as the most cohesive group in Florentine society of the fourteenth century, he largely ignored. Of the economic interests that often pitted one family against the other, he said not a word. He overlooked even the guilds, and with them the very corporate nature of the Florentine constitution, which alone would have given meaning to the reform program of his chief hero, Gian Della Bella; and when, in his account of the revolt of the Ciompi, he could no longer overlook them, he dismissed them, wholly incorrectly, as mere vehicles of mob rule." (Cochrane, 1981, p. 6)

⁷¹ Cochrane, 1981, p. 6.

"florentinos" como um todo⁷². Ao mesmo tempo, Bruni conseguiu ver uma relação diferente entre os eventos do passado, do presente e do futuro. Ele foi o primeiro a fazer uma avaliação positiva dos Etruscos e negativa do Império Romano, invertendo a visão sobre a República romana.

A partir dos elementos apresentados, Cochrane faz uma leitura da *História* que compreende suas complexidades. O autor aponta de forma muito precisa a base de Bruni nas crônicas, como veremos nos dois episódios que serão analisados, e destaca também que Bruni não mostrou a relação dos indivíduos com os grupos sociais e as famílias a que pertenciam, muitas vezes explicando eventos e situações como se fossem fruto da ação individual de alguns homens - como é o caso de Giano della Bella e Salestro de Medici, como veremos nos capítulos seguintes. Ao não explicitar os grupos sociais e alguns dos interesses envolvidos em sua *História*, Bruni faz parecer que esses movimentos têm menos importância do que a ação dos indivíduos. Além disso, mais uma vez, seria possível perguntar quem seria o 'povo' (os florentinos) que muitas vezes são personagens das ações na *História*, como aponta Cochrane.

John Najemy parece seguir direção semelhante à perspectiva de Cochrane. Em seu texto de 2000, "Civic humanism and florentine politics"⁷³, o autor defende que os humanistas cívicos não estavam inventando uma realidade, mas estavam criando uma narrativa mais ou menos coerente que organizava e dava sentido para sua realidade ao mesmo tempo em que moldava uma certa visão dessa realidade, uma espécie de mito. "Na verdade, uma das coisas mais importantes que os mitos desse tipo fazem é ajudar as pessoas a não verem aspectos de seu mundo que são incompatíveis com crenças ou ideais valorizados. Esses mitos também podem ser chamados de ideologias"⁷⁴ (Najemy, 2000, p. 80). Essa ideologia visava a adaptar a visão dos florentinos sobre sua realidade e conformar seus cidadãos a certos valores e condutas.

Segundo Najemy, de 1292 até a crise de 1378-82 com os *ciompi*, a República havia sido governada com base nas guildas (maiores e menores), com uma base popular. A partir daí, as grandes guildas passaram a apoiar o governo da cidade pelas famílias da elite em troca de pequenos cargos na administração, afastando do poder as guildas menores e a ameaça do povo. Com essa mudança, era preciso justificção para a nova ordem, o que teria sido feito pelo humanismo cívico e sua ideologia: "Afirmo que o verdadeiro antagonista do humanismo cívico - o inimigo que ele

⁷² Cochrane, 1981, p. 7 e 8.

⁷³ Najemy, J. Civic humanism and florentine politics. In: Hankins, J. (org.). *Renaissance Civic Humanism: Reappraisals and Reflections*. Cambridge University Press, 2000.

⁷⁴ "In fact, one of the most important things that myths of this kind do is to help people not to see aspects of their world that are incompatible with prized beliefs or ideals. Such myths can also be called ideologies." (Najemy, 2000, p. 80)

buscava derrotar - era menos o duque de Milão do que o republicanismo popular e das guildas que periodicamente emergia para desafiar a hegemonia da elite nos séculos XIII e XIV”⁷⁵ (Najemy, 2000, p. 81). O principal objetivo do humanismo cívico seria, para Najemy, derrotar o republicanismo popular, e não defender a liberdade do povo florentino, e a *História* de Bruni desempenharia exatamente esse papel.

A representação da revolta dos *ciompi* na *História* de Bruni seria uma clara demonstração dessa ideologia, para Najemy. Suas passagens sobre o episódio mostram o medo que os trabalhadores ainda despertavam na classe dominante e nega o caráter político de suas reivindicações:

o único contexto em que Bruni reconhece seu papel de liderança [dos *ciompi*] é a revolução de 1378, que ele apresenta como o momento mais perigoso da turbulenta história da cidade. Caso contrário, ele os ignora, mesmo ao discutir os eventos das décadas de 1290 e 1340 nos quais eles tiveram uma participação decisiva. Seu propósito com esta estratégia era, claramente, dissociar as guildas e sua propensão para desafiar a autoridade da elite daquilo que ele desejava representar como a tradição dominante de política respeitável dominada pelas famílias da classe alta: uma “tradição” - ainda muito precariamente em processo de consolidação por volta de 1400 - de unidade cívica e consenso social, de deferência para com os líderes “naturais” da república dessas mesmas famílias de classe alta, e de uma moralidade política em que o valor do cidadão era em função de aceitação zelosa desta liderança, e não de promoção dos interesses ou direitos de qualquer grupo⁷⁶. (Najemy, 2000, p. 86)

O interesse de Bruni, para Najemy, era consolidar uma tradição de unidade interna e consenso político capitaneada pelos altos estratos sociais, deslegitimando a ordem política baseada nas guildas, com suas divergências e contrastes econômicos e sociais. Uma tal concepção política, com espaço para as disputas e conflitos, precisava ser afastada da história da cidade⁷⁷. Esse

⁷⁵ “I contend that civic humanism’s real antagonist – the enemy it sought to defeat – was less the duke of Milan than the popular, guild republicanism that had periodically surfaced to challenge the hegemony of the elite in the thirteenth and fourteenth centuries.” (Najemy, 2000, p. 81)

⁷⁶ “the only context in which Bruni acknowledges their [*ciompi*] leading role is the revolution of 1378 that he presents as the most dangerous moment of the city’s turbulent history. Otherwise he ignores them, even in discussing the events of the 1290s and 1340s in which they had a decisive part. His purpose in this strategy was, clearly, to dissociate the guilds and their propensity to challenge the authority of the elite from what he wished to represent as the mainstream tradition of respectable politics dominated by the upper-class families: a “tradition” – still quite precariously in the process of consolidation around 1400 – of civic unity and social consensus, of deference toward the republic’s “natural” leaders from those same upper-class families, and of a political morality in which a citizen’s worthiness was a function of dutiful acceptance of this leadership, and not of the promotion of the interests or rights of any group.” (Najemy, 2000, p. 86)

⁷⁷ Najemy, 2000, p. 86.

empenho de Bruni refletiria a atitude das elites florentinas, servindo também para as altas classes que não faziam parte da elite, mas temiam um regime republicano.

Najemy insiste no caráter de obediência passiva que está por trás da ideia de vida ativa de Bruni. Com essa ideia, o autor não estaria encorajando a participação política nos negócios da cidade, mas sim a deferência às leis ou aos que exercem o governo. Gregorio Dati e Giovanni Morelli seriam dois exemplos de cidadãos de fora da elite que participavam dos cargos públicos de forma passiva e se contentavam com alguma pequena influência que pudessem ter com os grandes e poderosos⁷⁸. Para Najemy, Bruni seria mais um exemplo dessa atitude em Florença, que, para o comentador, deixa evidente o horror que o humanismo cívico sente pelos conflitos políticos.

Portanto, para Najemy, o humanismo cívico seria uma espécie de consenso político baseado na obediência aos poderosos (as famílias da elite, como diz o autor). A *História* de Bruni seria então mais um passo na direção da negação de uma república com participação popular, como o regime das guildas. O comentador ressalta, assim como Cochrane, que Bruni retira da cena política, o mais que pode, o povo e suas reivindicações. Quando não há como omitir mais, como na revolta dos *ciompi*, o papel atribuído a ele é de perigo e possível destruição do regime político. A leitura de Najemy, nesse sentido, parece aproximar-se da leitura de Maquiavel da *História* de Bruni. Os conflitos internos não teriam espaço algum na obra do chanceler e, quando aparecem, seriam vazios de sentido político.

Najemy destaca, como faz Cochrane, o caráter pouco participativo das camadas populares na *História* de Bruni, como fica patente na análise de alguns episódios. Os conflitos internos, como aponta o comentador, são silenciados por Bruni e só aparecem quando não há meios de disfarçá-los. Nesse sentido, os próximos capítulos procuram apontar essas ausências de movimentos internos que levam aos conflitos - o que fica claro na comparação com Maquiavel. No entanto, é preciso reconhecer que o chanceler florentino dá espaço em sua *História* para os acontecimentos internos da cidade, apesar dos movimentos que os engendram ficarem pouco explícitos.

Gary Ianziti, em seu recente estudo⁷⁹, aborda parte significativa do *corpus* bruniano para analisar as inovações historiográficas de Bruni e seus propósitos, com ampla contextualização. O professor da Universidade de Queensland analisa a *História* de Bruni em comparação com outros

⁷⁸ Najemy, 2000, p. 89.

⁷⁹ Ianziti, G. *Writing history in Renaissance Italy: Leonardo Bruni and the uses of the past*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012 (I Tatti studies in Italian Renaissance history).

de seus escritos historiográficos⁸⁰ e defende que seu pioneirismo (atribuído em grande medida pela *História*) deve ser “revisto”, pois suas outras obras mostram que ele não era tão ‘moderno’ assim em suas histórias, embora tenha trazido significativas inovações na escrita da *História*. Ianziti argumenta que a linguagem e a contraposição aos cronistas anteriores, especialmente a Villani, que muitas vezes se valia de mitos e vontades divinas para explicar certos acontecimentos, foi inspirada nas classes dominantes de Florença e dirigida a elas. A própria forma de analisar os fatos estaria baseada nas *pratiche* que Bruni tantas vezes acompanhou, e a escrita da *História* seria não “para o deleite de outros estudiosos e humanistas, mas como um guia para estadistas letrados em busca de receitas infalíveis para o sucesso. Os métodos e práticas que eles adotaram foram, em conformidade, moldados pelas forças sociais e políticas dominantes de sua época”⁸¹ (Ianziti, 2012, p. 6). Bruni teria, assim, adotado certos métodos e inovações para atender ao desejo das classes dominantes de Florença de ter um repositório “mais seguro” de histórias que pudessem guiar suas ações e que trouxessem mais prestígio para a cidade através de seus grandes feitos do passado⁸².

Ianziti dedica parte de seu estudo às origens e motivações para a escrita da *História* de Bruni. Segundo o comentador, em 1428, após muitas derrotas nas batalhas contra Milão, Florença estaria precisando desesperadamente de algo que ajudasse a melhorar a sua imagem, algo que levantasse o espírito da cidade, e a publicação da *História* de Bruni teria servido exatamente a esse propósito⁸³ – embora o comentador advirta que não se pode reduzir a *História* à simples propaganda. Buscando atender aos propósitos da classe dominante, Bruni não estaria satisfeito com o caráter fatalista, muitas vezes adotado pelos cronistas da cidade. O chanceler, segundo Ianziti, desenvolveu em sua *História* um modelo que tentava explicar os eventos passados

⁸⁰ O *Vita Ciceronis*, de 1413, e os escritos sobre a história antiga: *Commentarii de primo bello punico*, 1418–1422; e *De bello italico adversus Gothos*, 1441.

⁸¹ “A close reading shows that in writing history Bruni and his contemporaries continued by and large to respect a number of ancient codes and practices. They quite obviously worked in an environment that was not academic but rather highly charged with political tensions. They wrote history not so much for the delectation of other scholars and humanists but as a guide for literate statesmen in search of surefire recipes for success. The methods and practices they adopted were accordingly shaped by the dominant social and political forces of their times, and their results were consequently geared to immediate needs. My contention in the following study is nevertheless that in the field of history writing, broadly construed to include also biography, Bruni in particular was a significant innovator. Even if he did not quite revolutionize history by establishing it as a modern discipline, he set in motion a process of renewal that would lead more or less directly to the achievements of Machiavelli and Guicciardini in the following century.” (Ianziti, 2012, p. 5 e 6)

⁸² “In composing the *History*, Bruni reworked the sources in such a way as to procure the greater glory of Florence, and this underlying purpose was explicitly recognized by contemporaries, as well as by the Signoria in its diploma of 1439, confirming Bruni and his descendants in their possession of significant tax exemptions in return for his services as historian.” (Ianziti, 2012, p. 17)

⁸³ “By 1428 Florence was as a matter of fact in desperate need of a public relations boost, having performed rather badly in her most recent war with Milan. The publication of Bruni’s *History* was no doubt intended to provide this. It publicized the earlier accomplishments of the city, chronicled its territorial expansion, and celebrated its triumphant growth into a major Italian power.” (Ianziti, 2012, p. 92)

principalmente por causas humanas, o que o levou a reinterpretar acontecimentos do passado e a buscar novas fontes de informação, incluindo a busca nos arquivos da cidade. Contudo, o humanista não deveria ser visto como o grande “historiador independente”, como quer Baron, pois ele teria agido “segundo um acordo, embora informal, para produzir um trabalho que expressasse as aspirações e o *ethos* daqueles que estavam no poder. Seu compromisso de escrever a história florentina era no sentido de uma extensão do trabalho que ele havia começado na *Laudatio*”⁸⁴ (Ianziti, 2012, p. 101). A *História* de Bruni seria, portanto, parte de uma negociação com as elites de Florença, mantida desde a publicação da *Laudatio*, em 1404, para que o areentino se tornasse o porta-voz oficial das classes dominantes e o chanceler da cidade⁸⁵, sendo a sua obra sobre a história de Florença uma extensão da *Laudatio*, ou seja, do elogio da cidade. Como vimos acima, o tom da *Laudatio* é muito diferente daquele adotado na *História* e responde, segundo Baron, a um momento muito específico da cidade. Contudo, como veremos nos próximos capítulos, há um esforço de Bruni, nos episódios analisados, de mostrar como alguns cidadãos florentinos têm atitudes virtuosas que levam a grandes transformações na cidade, em uma espécie de elogio do “povo” florentino, o que poderia ser aproximado da intenção elogiosa da *Laudatio*.

Com essa motivação, Bruni estaria disposto a contar uma história que mostrasse uma cidade com uma política moderna, cujo ponto central, segundo Ianziti, seria o início do livro II, quando o poder teria passado para o povo. Para levar esse projeto adiante, não bastava ao chanceler atualizar as crônicas sobre Florença, seria necessário escrever uma nova narrativa sobre o passado da cidade⁸⁶. Esse projeto de uma nova história, afirma Ianziti, estava tão estreitamente ligado às aspirações das classes dominantes de Florença que seria legítimo sugerir que “a oligarquia não apenas comissionou a *História* de Bruni, mas também constituía sua audiência primária, ao menos inicialmente”⁸⁷, e a escrita da *História* estaria dirigida à satisfação dessas aspirações. A *História*

⁸⁴ “Bruni therefore should not be construed as the independent historian conjured up by Hans Baron and other early twentieth-century scholars. He labored under an agreement, however informal, to produce work that would express the aspirations and ethos of those in power. His commitment to write Florentine history was in this sense an extension of the work he had begun in the *Laudatio*.” (Ianziti, 2012, p. 101)

⁸⁵ Entre 1404 e 1414, ano em que Bruni volta de Roma e pede oficialmente cidadania florentina (e recebe também a isenção de impostos), as classes dominantes teriam mantido com ele, através da figura de Niccolò Niccoli, correspondência tratando das possibilidades da escrita da história da cidade e da sucessão de Salutati na chancelaria. (Ianziti, 2012, p. 104-108)

⁸⁶ “An important question concerns the need for a new narrative of the Florentine past. Bruni’s point of departure was to dismiss all previous accounts as inadequate. His aim was not to add an update to existing chronicles; it was to rewrite them.” (Ianziti, 2012, p. 109)

⁸⁷ “These ties were so strong that it is legitimate to suggest that the oligarchy not only commissioned Bruni’s *History* but also constituted its primary target audience, at least initially. (...) In the *History*, Bruni was striving to produce a vision of the Florentine past that would express the aspirations, values, and *ethos* of his patrons, the oligarchs.” (Ianziti, 2012, p. 110)

seria, assim, um repositório de materiais coletados nas crônicas e arquivos da cidade reconfigurados para oferecer lições políticas aos que a governavam⁸⁸.

Dessa forma, Ianziti defende que a preocupação de Bruni ao escrever sua *História*, especialmente os seis primeiros livros, era política e a obra estaria voltada aos interesses das classes dominantes de Florença. Mesmo assim, a obra do chanceler trouxe significativas mudanças em relação às obras historiográficas de então: “1 - forte propensão a um revisionismo do passado; 2 - uma busca mais sistemática por explicações racionais; e 3 - uma expansão das fontes de pesquisa muito além dos padrões da época” (Ianziti, 2012, p. 118). Apesar da obra estar direcionada aos interesses da oligarquia dominante, a *História* de Bruni teria sido um passo significativo na direção da história moderna por buscar explicações racionais para os eventos e, em certa medida, explorar outras fontes, como os arquivos da cidade.

Como vimos, as interpretações dos comentadores da *História* de Bruni são bastante diversas. Ullman e Kelley defendem que a obra do florentino tinha como objetivo central a defesa da liberdade e, de modo geral, dos valores republicanos. Pires também reconhece o sentido republicano da *História* de Bruni. Cochrane admite diversas inovações na escrita da história e no cuidado com as fontes, contudo, sua interpretação da *História* a coloca como ideologia, afastada da realidade da cidade e pouco preocupada com o povo. Para Najemy, a obra de Bruni busca reforçar a visão de que o melhor governo para a cidade não é aquele que admite a participação popular. O regime republicano seria justamente o adversário do humanismo cívico de Bruni. Em linha similar, Ianziti tenta demonstrar que o chanceler escreve sua *História* atendendo aos anseios e necessidades das altas classes florentinas que controlam a política. A imagem da cidade que interessa a essas classes, e a que a *História* se empenha em construir, é a de uma grande cidade, com instituições fortes, um passado de glórias e com cidadãos virtuosos empenhados na melhoria da cidade.

Apresentamos até aqui um panorama de alguns dos principais comentários sobre a obra de Bruni e, especificamente, sobre a *História do povo florentino*⁸⁹. Nos próximos capítulos, analisaremos de perto momentos específicos da *História* de Bruni, comparando-os, quando possível, com suas possíveis fontes e com como sua obra foi assimilada por Maquiavel no século seguinte.

⁸⁸ Ianziti, 2012, p. 116.

⁸⁹ Esse breve panorama geral não tem nenhuma pretensão de abarcar todos os importantes comentários da obra de Bruni, infelizmente muitos trabalhos importantes ficaram de fora desse primeiro esforço.

Capítulo 2 – Os Ordenamentos de Justiça (1293)

2.1 Introdução

Na *História do povo florentino*, Bruni narra os acontecimentos que fizeram Florença deixar de ser uma pequena cidade e tornar-se uma grande força política na Itália de então e em toda Europa. Ao longo de sua narrativa, que começa com a fundação da cidade por veteranos de Sula em 80 a.C. e vai até o início do século XV, com a morte de Giangaleazzo Visconti⁹⁰, alguns momentos são particularmente marcantes para compreender sua visão republicana. Entre esses momentos, destacamos aqui os Ordenamentos de Justiça de 1293. Esse conjunto de leis que impediu os nobres de participarem das magistraturas da cidade e endureceu as penas a eles aplicadas em caso de injúria contra os populares foi um marco na história política de Florença por transformar a relação dos nobres com as camadas populares. Desde quando Florença se tornou uma cidade autônoma até a última década do século XIII, a nobreza, composta pelas famílias tradicionais da cidade, teve controle das magistraturas e da vida política da cidade. A partir de 1289, o movimento dos Ordenamentos de Justiça marcou uma ruptura política que impôs aos nobres da cidade uma derrota importante, ainda que breve. Os Ordenamentos afastaram qualquer membro das famílias mais tradicionais das magistraturas e, logo, da vida institucional de Florença, o que não foi pouco. Essa experiência marcou de tal forma a história da cidade que foi largamente retratada por diversos autores. Esses relatos mostram como tais autores interpretaram esse momento e também as disputas de narrativa em torno de elementos da história da cidade.

Neste capítulo, veremos a apresentação que quatro autores fazem desse momento específico da história de Florença: o grande historiador humanista Leonardo Bruni, dois destacados cronistas, Giovanni Villani e Dino Compagni, e o mais importante autor do Renascimento italiano, Maquiavel. Começaremos expondo as narrativas de cada um dos autores sobre os Ordenamentos e os fatos que são apresentados por eles em seus escritos. Após essa exposição, analisaremos duas questões centrais e suas divergências em cada um dos relatos: o papel de Giano della Bella e a concepção de liberdade.

⁹⁰ A narrativa começa com a fundação da cidade em 80 a.C., mas depois recua até o século VIII antes da era cristã para contar as causas das batalhas entre os etruscos e os romanos e a grande influência que os primeiros tiveram sobre os segundos.

Giano della Bella é uma figura destacada pelos quatro autores em relação ao movimento que levou aos Ordenamentos de Justiça em 1293. Giano tem origens distintas, nas palavras de Bruni, mas simpatias pelo povo, e sua atuação é retratada de forma diferente em cada autor, embora existam semelhanças em todas as narrativas. O papel reservado a essa personagem em cada um dos relatos nos mostra, em maior ou menor medida, a articulação política da cidade e a importância de seus conflitos internos para as transformações institucionais que ocorrem em Florença. Como veremos, em Bruni, Giano tem um papel muito destacado, concentrando individualmente boa parte das motivações para as transformações políticas. Por outro lado, Maquiavel destaca mais os conflitos e as disputas internas na criação das leis florentinas. Tudo isso mostra a importância que os autores atribuem aos conflitos internos e ao jogo político disputado entre os diferentes grupos ou partes que compõem a cidade.

A outra questão analisada a partir dessas narrativas - especialmente através do discurso de Giano della Bella - é a concepção de liberdade. A partir do discurso de Giano, Bruni expõe um conceito de liberdade que será depois debatido por Maquiavel. A liberdade que Bruni apresenta por meio de Giano é uma liberdade excludente, ou seja, uma liberdade que afasta uma parte da cidade da vida política. Para Maquiavel, essa liberdade que exclui parte da cidade da participação política não será a causa de boas leis, mas, pelo contrário, será a causa da ruína da cidade.

2.2 Os fatos apresentados nas narrativas

2.2.1. Bruni

Na *História* de Bruni, para compreender o contexto em que foram propostos os Ordenamentos de Justiça, em 1293, é importante retomar um pouco o percurso da narrativa sobre as guerras de Florença contra Pizza e Arezzo. No livro III de sua *História*, após narrar a morte do rei Charles de Anjou em 1284, Bruni começa a contar as origens da guerra contra Arezzo, em 1287.

Bruni nos relata que, seguindo o exemplo florentino, Arezzo havia colocado como Prior das guildas um homem de origem guelfa, muito hostil à nobreza. Armando a multidão, o Prior havia retomado alguns dos castelos da cidade, por vezes usando a força, contra a usurpação dos nobres. Ele era particularmente hostil ao poder dos Ubertini e dos Pazzi. Enquanto o exército do Prior esteve mobilizado e a nobreza dividida, o povo ficou mais forte e exigiu de volta tudo aquilo que havia sido usurpado. Pelo crescente medo que sentiam do povo, a nobreza se uniu, pediu ajuda

aos amigos e aliados e deu início a uma rebelião no exército, e, com a junção dessas forças, conseguiu atacar e capturar o Prior, que teve seus olhos arrancados. O governo da cidade foi dividido entre eles e foram expulsos os bons e respeitados cidadãos de origem popular. Contudo, pela arrogância característica da nobreza, como diz Bruni⁹¹, começaram as discórdias entre aqueles que tomaram o poder. Nesse cenário de conflitos, o bispo Guglielmino, junto com os Ubertini e os Pazzi, expulsou o restante da nobreza da cidade e fez de si mesmo o seu tirano. Guglielmino conquistou o poder da cidade com a ajuda de tiranos gibelinos e expulsou os guelfos por força ou por traição. Os expulsos da cidade, tanto de origem popular quanto nobre, se uniram para resistir ao poder de Guglielmino – especialmente na disputa pelo castelo de Rondine –, mas logo perceberam que suas forças não seriam suficientes e enviaram uma delegação pedindo ajuda a Florença.

Assim começa a história desse conflito entre Florença e Arezzo, que eram aliados de longa data. Os arentinos haviam apoiado Florença em muitas batalhas no passado, por isso, após consultar o restante dos aliados, os florentinos não hesitaram em enviar ajuda aos expulsos de Arezzo. Com um reforço de 800 cavaleiros, os exilados de Arezzo começaram a fazer incursões diárias aos muros da cidade, o que levou os gibelinos arentinos a também buscarem auxílio com seus aliados. Com isso, a maioria dos exilados florentinos (gibelinos forçados a deixar Florença) foi lutar ao lado dos gibelinos de Arezzo.

Com o reforço externo, as tropas de Arezzo começaram a contra-atacar Florença e passaram a fazer incursões cada vez mais frequentes aos seus territórios, deixando a cidade progressivamente mais desconfortável. Com essa situação, Florença decidiu, em 1288, entrar com todas as forças na guerra. Assim, contando também com Siena na aliança, uma enorme quantidade de tropas foi levantada e a expedição partiu em maio daquele ano. Após conquistar algumas pequenas cidades⁹² no caminho, o acampamento foi montado próximo dos portões de Arezzo. Como o inimigo não saía a campo para o combate, após os fortes temporais de julho, as tropas de Siena e Florença começaram a retirada. Os florentinos voltaram pelo mesmo caminho da ida e os sienenses tomaram um caminho diferente. Vendo nesse momento uma oportunidade, os arentinos atacaram a tropa sienense em retirada e, apesar da relutância desta, a obrigaram a lutar. A batalha foi equilibrada, mas os sienenses foram superados e, sem esperança de reverter o resultado,

⁹¹ "the characteristic vices of the nobility, arrogance and ambition, began to create conflicts among the rulers." (Bruni, 2001, p. 315.

⁹² Leona e outros castelos na região do rio Ambra e a cidade de Laterina. (Bruni, 2001, p. 321)

começaram a fugir. Nesse movimento descoordenado, muitos foram mortos e a maior parte dos sobreviventes foi feita prisioneira. Os florentinos não souberam do ataque aos sienenses até chegarem a Laterina, pequena cidade a meio do caminho. Apesar da revolta com a notícia e da vontade de uma parte da tropa de retornar imediatamente a Arezzo para combater os inimigos, acabaram voltando todos para a segurança de Florença.

No mesmo ano de 1288, Florença refez a aliança com Luca para combater Pisa, cujos exilados estavam ao lado dos florentinos e dos lucanos. Enquanto isso, tropas arentinas atacavam as pequenas cidades que haviam sido conquistadas por Florença e Siena na expedição anterior e que haviam ficado sob a guarda dos exilados de Arezzo. Às pressas, sem esperar pelos reforços aliados, Florença enviou uma tropa, menos numerosa⁹³ que a expedição anterior, em socorro dos exilados. Ao ver a superioridade do exército de Arezzo, as tropas florentinas buscaram proteção em Laterina e de lá partiram sem combater o inimigo. Para completar o clima de guerra na Toscana, diz Bruni, Luca e Pisa estavam em vias de entrar em combate.

Em 1289, Florença e Siena se preparavam com afinco para a guerra contra Arezzo, os últimos buscando vingança pela dura derrota sofrida e os primeiros para livrarem-se das ameaças em seus territórios. Luca, Pistoia, Volterra e Prato também se juntaram à aliança, todas empenhadas nos preparativos de guerra. Quase todas as cidades da Toscana estavam mobilizadas para a guerra, relata Bruni, que só foi um pouco adiada pela visita, em maio, do filho do rei Charles.⁹⁴ Após sua partida, as forças florentinas e seus aliados saíram para a guerra contra Arezzo. A batalha decisiva se deu na planície de Campaldino em junho e a participação de Corso Donati, cavaleiro florentino⁹⁵, embora não autorizada⁹⁶ pelo comando do exército, foi decisiva para a vitória⁹⁷. Três mil arentinos foram mortos e ao menos dois mil foram capturados.

⁹³ 800 cavaleiros florentinos, 200 cavaleiros mercenários e 4000 pedestres ou peões.

⁹⁴ Bruni, 2001, p. 333.

⁹⁵ Segundo Villani, Corso Donati era podestà em Pistoia. Livro VII §131.

⁹⁶ Donati tinha ordens de esperar pelo sinal dos comandantes, mas vendo que a situação não estava boa para os florentinos, decidiu entrar no combate com suas tropas mesmo sem a autorização: "Let us attack the enemy knights, fellow soldiers, before their infantry joins the battle. For my part I shall let neither the orders of my commander nor fear of punishment deter me when my fellow citizens are in danger. If we in this force are conquered, then as dying men we shall have no punishment to fear. If, as I hope, we shall win, then let the man who wants to inflict punishment on us come to Pistoia." (Bruni, 2001, p. 339)

⁹⁷ Bruni conta que na mesma hora que a vitória foi alcançada na batalha, em Florença alguém anunciou aos priores que a cidade havia sido vitoriosa. Os priores anunciaram a notícia e uma grande alegria tomou conta da cidade. No entanto, ao buscar o mensageiro da novidade, ninguém se apresentou e a notícia foi tomada como falso rumor, deixando a cidade novamente em apreensão. As notícias das tropas só chegaram na noite seguinte e, com os relatos, percebeu-se que o anúncio da vitória foi feito em Florença na mesma hora da vitória no campo de batalha. Bruni diz que isso pode parecer estranho, mas há outros relatos que dizem a mesma coisa. A explicação é a causa divina: "And it is by no means inappropriate to believe that the divine power by whose generosity victory was won, with an equal generosity announced his propitious favor instantaneously to the very persons he had favored." (Bruni, 2001, p. 343)

Após a vitória no campo de batalha, as tropas florentinas tomaram diversas pequenas cidades e fortificações próximas da cidade de Arezzo, no entanto, por não terem ido diretamente à cidade, não conseguiram tomá-la desguarnecida.⁹⁸ Cercaram a cidade e tentaram superar suas defesas, mas, após alguns dias de ataque, desistiram da invasão e retornaram a Florença, onde foram recebidas com todas as honras. A vitória de Campaldino, segundo Bruni, ficou conhecida como a vitória dos guelfos sobre os gibelinos, uma vez que muitos arentinos exilados haviam participado da aliança contra Arezzo e, do outro lado, muitos gibelinos exilados de Florença lutaram pelos arentinos.⁹⁹

O ano de 1289 também foi importante para Florença, segundo Bruni, por uma significativa mudança interna, a criação do cargo de Gonfaloneiro de Justiça¹⁰⁰. A data de criação desse cargo, como veremos, diverge entre os autores, mas é uma importante marca em sua narrativa. Para compreender a história, diz o autor, "é preciso compreender as duas partes importantes, interna e externa, pois a história interna é tão importante quanto as guerras externas"¹⁰¹. Assim, a transição das guerras externas para a criação do cargo de Gonfaloneiro pede uma mudança do foco da narrativa, que passa a concentrar-se nas disputas políticas internas da cidade.

Para chegar à criação do cargo de Gonfaloneiro, Bruni faz uma retomada do conflito entre nobres e populares em Florença. Como em outras cidades, esta disputa era antiga e, para proteção do povo [*populo*], os nobres [*nobilitatis*] precisavam de freios, especialmente em Florença, onde havia um terreno fértil aos poderosos e eles tinham muito mais poder do que os populares. Esse poder dos nobres levou o povo [*populo*] a se unir em torno do medo comum e da vontade¹⁰² de comandar a cidade, que, para Bruni, era fruto da crença de que estariam mais seguros se eles próprios comandassem Florença e, assim, impedissem os nobres de usarem, além de seu poder particular, o poder público contra o povo [*populo*]¹⁰³.

⁹⁸ Bruni, 2001, p. 343.

⁹⁹ Pouco depois do retorno das tropas, os exilados de Luca e Pisa pediram ajuda aos florentinos, que enviaram forças para ajudar essas cidades. E ainda uma vez, nesse mesmo ano, os cavaleiros florentinos partiram em uma tentativa de tomar Arezzo com a ajuda de alguns traidores arentinos, mas o plano não deu certo e os cavaleiros retornaram a Florença após alguns dias.

¹⁰⁰ "In the same year there were innovations domestically as well. It was then that the first Standard-Bearer of Justice was chosen." (Bruni, 2001, p. 347)

¹⁰¹ "For history has two parts or limbs, as it were - foreign and domestic affairs - and it should be understood that domestic conditions are as important to comprehend as foreign wars." (Bruni, 2001, p. 349)

¹⁰² Na tradução de Hankins a palavra utilizada é *desejo*, contudo, no original, em latim, não há essa palavra; que poderia levar a outras interpretações. (Bruni, 2001, p. 349)

¹⁰³ Nesse trecho do original em latim, Bruni alterna os termos *plebs* e *populo* de forma a distinguir uma parte mais exposta aos desmandos dos nobres, a plebe (traduzida por Hankins como *common people*), e outra parte não tão poderosa quanto os nobres, mas não tão fraca como a plebe, o povo (que Hankins traduz como *People*, com letra maiúscula). (Bruni, 2001, p. 348)

Essa retomada de Bruni é importante para mostrar qual é o fundamento da criação dos Ordenamentos. Se o contexto é favorável naquele momento para essas leis, o conflito que lhe serve de base é muito antigo: "parece haver em Florença uma disputa antiga, primeva, entre nobres e povo comum"¹⁰⁴, sendo, para Bruni, particularmente mais desigual em Florença, devido à pujança dos poderosos (ainda que não entre nos detalhes dessa particularidade).

No livro III, Bruni narra a criação do Priorado após a derrocada do regime dos quatorze representantes dos dois partidos¹⁰⁵. Essas magistraturas, nesse momento, poderiam ser ocupadas por nobres e populares, desde que os nobres estivessem filiados a uma Arte. Já no livro IV, Bruni relata que a expectativa de que assim os populares fossem protegidos dos abusos dos nobres pelos priores não se cumpriu. Segundo Bruni, muitas vezes os poderosos não eram punidos por seus malfeitos, pois os juízes temiam a vingança deles caso os condenassem. Para tentar corrigir essa situação, foi criado o cargo de Gonfaloneiro de Justiça em 1289, sete anos depois do priorado ser estabelecido (Bruni, 2001, p. 351).¹⁰⁶

A eleição do Gonfaloneiro foi então confiada aos Priores e o tempo de permanência no cargo foi fixado em dois meses, com direito a quatro conselheiros, dois lugares-tenentes e mil homens armados. Os Priores deveriam escolher o Gonfaloneiro apenas entre populares¹⁰⁷, de forma que os nobres não poderiam ocupar esse cargo e não poderiam servir entre os mil homens armados, além disso, estavam impedidos por lei de ameaçar um desses homens. Apenas sob comando dos magistrados, o Gonfaloneiro poderia erguer o estandarte e mobilizar seus homens. Sua função era, exclusivamente, forçar que a justiça fosse feita contra os poderosos, caso eles se recusassem a obedecer aos magistrados.

Entre esses eventos internos e a criação dos Ordenamentos de Justiça, Bruni intercala em sua *História* a derradeira tentativa florentina de vencer Arezzo. Em 1290, suas tropas marcharam contra a cidade inimiga e tentaram tomá-la, sem sucesso. Voltando a Florença, a liga com Lucca e Gênova é renovada contra Pisa, que, em 1291, liderada por Guido de Montefeltro, captura

¹⁰⁴ Na tradução de Hankins, a *nobility* no inglês é a *nobilitatem*, no latim, e o *common people* é a *plebemque*, no original. Mais adiante, quando no latim aparece *populus*, a tradução é *People*, com maiúscula. (Bruni, 2001, p. 348-9)

¹⁰⁵ Bruni, 2001, p. 295. Como explica Najemy, em 1280, com a paz entre guelfos e gibelinos, as então oito guildas fizeram um compromisso de acatar o acordo entre elas. Em 1282, a transferência do poder para as guildas levou à criação do priorado das guildas. A princípio com três membros, depois, com a expansão do número de guildas para doze, com seis. No entanto, a expectativa de que o priorado protegesse o povo dos poderosos, não foi cumprida. "(...) the expectations that the priorate would produce a non-partisan government protective of the "small and the weak" were disappointed, and the popolo had to wait until the 1290s to try again". (Najemy, 2006. p. 77 – 80)

¹⁰⁶ Como veremos adiante, tanto Villani quanto Compagni escrevem em suas versões da história que o cargo de Gonfaloneiro foi criado junto com os Ordenamentos, em 1292/93. Por que Bruni antecipa essa data em alguns anos?

¹⁰⁷ *Plebe* no latim e *common people* na tradução de Hankins, p. 350-1.

Pontedera. Esta pequena cidade fora ocupada por Florença em antigas guerras e guarnecida com fortes defesas, no entanto, foi tomada pela negligência dos guardas e pela astúcia dos pisanos. Esse episódio, diz Bruni, foi decisivo para que os florentinos tomassem para si a missão de derrotar os pisanos e marchassem com uma grande tropa para enfrentá-los. Contudo, os pisanos não saíram para o campo de batalha e o exército florentino, depois de destruir todos os campos do inimigo, retornou para a cidade como vencedor.

Para Bruni, as vitórias sobre Pisa e Arezzo são decisivas para os assuntos internos de Florença. Em 1292, após esses triunfos, o povo começou a ter mais consciência de seu próprio poder e passou a se concentrar menos nas guerras externas e mais na liberdade interna (doméstica)¹⁰⁸. Ao mesmo tempo, a arrogância dos poderosos cresceu devido aos mesmos triunfos nas recentes batalhas e apenas com grande dificuldade era possível agora contê-los de cometer atos injustos contra o povo.

“Os nobres [*nobilitas*], que eram até então a principal força da cidade, nunca haviam tratado o povo [*populo*] como um parceiro em igualdade de condições. Superiores em riquezas e arrogantes nos modos, sua insolência não era compatível com uma cidade livre e, apenas com grande dificuldade, era possível contê-los de cometer atos injustos. Apoiados por sua vasta clientela e assistidos por suas numerosas conexões familiares, eles reduziam os fracos a um estado semelhante à servidão honrosa.” (Bruni, 2001, p. 359)¹⁰⁹

Muitos homens de modesta condição material foram expulsos de suas terras e tiveram seus bens tomados pelos nobres. Apesar das tentativas da cidade de punir essas ofensas, diz Bruni, os grandes eram favorecidos pelas suas relações e suas conexões; por medo das grandes famílias, seus atos, muitas vezes, não eram denunciados. A única coisa que impedia a completa servidão do povo era a divisão interna da nobreza.¹¹⁰

No entanto, como já foi dito, as vitórias sobre Arezzo e Pisa também animaram e deram confiança ao povo, que passou a pensar menos nas guerras externas e mais na liberdade interna. Nesse momento que o povo começa a tomar consciência de sua força, os nobres causam enormes

¹⁰⁸ "The People began to grow conscious of its own power, and to turn its attention from foreign wars to domestic liberty" ["*ac ab externis bellis ad internam libertatem respicere*"]. (Bruni, 2001, p. 359)

¹⁰⁹ "The nobility, which up to that time had been the leading force in the city, had never acted as an equal partner with respect to the People. Superior in wealth and arrogant in manner, its haughtiness was unsuited to a free city, and it could be restrained from committing unjust acts only with the greatest difficulty. Supported by their vast clienteles and assisted by their numerous family connections, they reduced the weak to a state resembling honorable servitude". (Bruni, 2001, p. 359)

¹¹⁰ "Indeed, it seemed that the only obstacle to the complete servitude of the common people was the nobility's own internal divisions, riven as it was by envy and competitive rivalries." (Bruni, 2001, p. 361)

tormentos, ainda mais do que antes das guerras. Surge então, nesse ponto de tensão da narrativa, a figura de Giano della Bella: "Um homem tentou parar a corrupção e o declínio da república: Giano della Bella, que mostrou grandeza e sabedoria durante aquele tempo conturbado. Ele descendia de ancestrais distintos, mas era um homem de moderação e fortes simpatias populares."¹¹¹

Essa importante figura na *História* de Bruni começa reclamando da passividade do povo com seus concidadãos de forma individual: os nobres estariam ameaçando a todos de servidão, mas o povo¹¹² [*populi*] não teria entendido que todos fazem parte do mesmo grupo. Para Giano della Bella, acreditar que a violência não afetaria cada um pessoalmente seria o ponto mais alto da estupidez, pois uma vez que as primeiras pessoas fossem afetadas, a violência chegaria a outros também, espalhando-se como fogo.¹¹³ Bruni apresenta essa figura como um cidadão preocupado com o povo e com a república. Giano aparece como um defensor da resistência contra o mal, uma doença que se espalhou, mas ainda não criou raízes e pode ser curada. Contudo, para Giano, se o povo negligenciar essa situação, deixando ao seu próximo a ação contra o atual estado em que se encontram todos, ao final esperariam em vão alguma cura para uma praga endêmica. Assim falando continuamente na cidade, Giano teria acendido nos homens a vontade de governar eles mesmos a república. A partir dessa vontade incitada no povo, uma reunião foi convocada para levar o tema aos magistrados da cidade. Nessa ocasião em que o povo¹¹⁴ [*multitudines plebis*] estava reunido e diversas posições eram debatidas, Giano della Bella fez seu discurso.

O discurso de Giano, na *História* de Bruni, tem como objetivo aconselhar o povo sobre como retomar a liberdade na cidade. O orador defende que o povo perdeu a liberdade em Florença graças à arrogância das famílias poderosas e à sua própria tolerância com elas. Essa situação corrompeu as leis e causou a morte da liberdade. Para restaurá-la, seria necessário reerguer as leis e criar ainda novas que pusessem freio ao atrevimento dos poderosos. Veremos o discurso em maior detalhe mais adiante.

Bruni, em sua *História*, destaca o papel de Giano como o grande formulador dos Ordenamentos, como o líder de todo movimento que impõe limites aos nobres. Após a criação dessas leis, Giano della Bella, segundo Bruni, "atraiu tanta má vontade dos poderosos e inveja de

¹¹¹ "One man tried to stop the corruption and decline of the commonwealth: Giano della Bella, who showed greatness and wisdom during that stormy time. He was descended from distinguished ancestors, but was himself a man of moderation and strongly populist in his sympathies." (Bruni, 2001, p. 361)

¹¹² Traduzido por Hankins como *People*.

¹¹³ "He said it was the height of stupidity to believe that violence would not affect one personally, as once the first people were brought to heel, violence would then strike others too, spreading like fire." (Bruni, 2001, p. 361)

¹¹⁴ A *multitudines plebis*, no latim, foi traduzida por Hankins para *people*, com minúscula, p. 361.

seus pares que acabou sendo exilado."¹¹⁵ A história de Giano, segundo o chanceler florentino, não foi diferente da história de outros homens que ajudaram pessoas ingratas e depois foram abandonados.¹¹⁶ No caso de Giano, tudo começou com uma briga entre famílias nobres¹¹⁷ que resultou na morte de alguns populares. Embora não estivesse claro quem entre os dois suspeitos havia sido o responsável pelas mortes, o clamor público atribuía a responsabilidade a um deles. No julgamento, contudo, o *podestà* o inocentou e condenou o outro, aquele que era tido como inocente pelo povo. Ao saber dessa sentença, a multidão [*multitudo*], com ódio do juiz, armou-se e foi à casa de Giano, aclamado como patrono da liberdade do povo, pedir que ele interviesse contra o poder dos nobres e contra aquilo que chamaram de corrupção dos magistrados.¹¹⁸ Tido como líder do povo até então, Giano, relata Bruni, não queria assumir mais uma vez a liderança desse movimento da plebe [*plebs*], mas tampouco queria reprimi-lo. Por isso, mandou que buscassem os Priores e o Gonfaloneiro de Justiça, apelando ao cumprimento legal. Nesse momento da narrativa, Bruni mostra como o papel de líder do povo, em Florença, pode ser perigoso. Ignorando o apelo de Giano, a multidão [*multitudo*] seguiu para a casa do *podestà*, queimou suas portas e a invadiu, causando grande destruição. Essa mesma ira poderia ter sido direcionada para a casa de Giano, uma vez que muitos populares "já tinham inveja porque a multidão havia corrido para ele e o haviam aclamado como patrono da liberdade"¹¹⁹. A partir desse episódio, Giano passou a ser "criticado não somente pelos nobres, mas por muitos populares também e, embora discordassem nos motivos [os nobres por raiva dos Ordenamentos e o povo por inveja], na conspiração [contra Giano] eles estavam de acordo"¹²⁰.

Com esse quadro desfavorável a della Bella, Bruni diz que a assembleia seguinte elegeu um priorado feroz, que acusou Giano de incitar a multidão contra o *podestà* e deliberadamente comandar o ataque a sua casa. Essas acusações dividiram a cidade. Por um lado, o povo não as aceitou, "pegou em armas e reuniu-se na casa de Giano, chamando-o de patrono da liberdade (...) para ajudá-lo contra os nobres e gananciosos"¹²¹; os nobres, por outro lado, estavam com um "ódio implacável [de Giano] e acreditavam que havia chegado a hora da sua vingança"¹²². Eles se

¹¹⁵ Bruni, 2001, p. 379.

¹¹⁶ Bruni não cita nenhum outro caso.

¹¹⁷ Bruni não cita seus nomes, mas sabemos por Compagni que foram os Galastrone e Donati.

¹¹⁸ Bruni, 2001, p. 381.

¹¹⁹ Ibidem, p. 381.

¹²⁰ Ibidem, p. 381.

¹²¹ Ibidem, p. 381-3.

¹²² Ibidem, p. 383.

consideravam imbatíveis, pois, além de seu próprio poder, haviam somado muitos populares e a autoridade dos Piores a seus propósitos. Dividida dessa forma, a cidade poderia ter entrado em uma violenta disputa interna, caso Giano não tivesse resolvido agir de outra forma:

"Eu prefiro ceder às calúnias e invejas dos meus inimigos. De minha parte, sou um advogado e defensor dos tribunais, e ninguém poderá dizer que tive intenção de agir contra eles com violência; tampouco servirei de exemplo para que qualquer cidadão pegue em armas contra as autoridades públicas. Minha inocência e os benefícios que conferi ao povo me oferecem boa esperança de que eu retorne" (Bruni, 2001, p. 383)

Giano então deixa a cidade, confiando, segundo relata Bruni, que sua inocência será provada e que ele retornará.

Durante seu autoexílio, Giano foi condenado à morte. Junto com ele, seu irmão Taldo e seu sobrinho Ranieri também foram condenados à morte e suas casas e propriedades foram destruídas. Com a ausência de Giano, o líder do movimento popular e o patrono da liberdade, para Bruni, o povo ficou mais fraco. Sem líder e dividido pelas estratégias dos nobres contra Giano, a força de contenção do povo contra os poderosos diminui e, na proporção inversa, aumentam as esperanças da nobreza de reverter a sua exclusão da política, estabelecida pelos Ordenamentos de Justiça, o que começa a ser feito em 1295, segundo Bruni, com a percepção dos nobres de que precisavam se unir para reverter o quadro imposto pelo povo.

Os chefes das grandes famílias passam então a deixar de lado as disputas entre si e começam a buscar a paz para combater o inimigo comum a eles: os Ordenamentos de Justiça. Organizados entre si, pressionam os Piores a revogarem as leis contra eles. O povo, opondo-se a esse movimento, aumenta a vigilância sobre os nobres e os conflitos logo começam a surgir. Nobreza e povo preparam-se para a batalha e a cidade novamente se divide em clima de guerra. Pouco depois de Giano exilar-se para evitar o conflito na cidade, o clima de guerra é mais uma vez instaurado. Contudo, segundo Bruni, homens sensatos intervêm e o conflito armado entre nobres e povo não acontece. Para acalmar a situação, os priores abrandam algumas das leis contra a nobreza, mas, ao final de seu mandato, as leis são restabelecidas. O povo ainda tenta chamar Giano de volta à cidade, contudo, os nobres, para evitar que ele voltasse e renovasse o ânimo dos populares, pedem ajuda ao papa Bonifácio VIII. O pontífice, atendendo ao pedido, escreve uma carta ao povo e aos magistrados de Florença, instruindo-os a não permitir que Giano e seus parentes retornem, pois eram motivo de discórdia entre os cidadãos. A carta ainda continha uma ameaça à

cidade em caso de descumprimento desta instrução. Giano não retorna a Florença e morre em seu exílio, e, assim, acrescenta Bruni: "um cidadão que merecia o bem de seu povo e que protegeu a autoridade deste contra os poderosos morreu no exílio, abandonado por seus concidadãos" (Bruni, 2001, p. 387). Assim acaba, na *História* de Bruni, a saga de Giano della Bella, chamado de patrono da liberdade do povo.¹²³

2.2.2 Villani

Giovanni Villani foi mercador, banqueiro e diplomata da cidade de Florença. Entre 1316 e 1341 envolveu-se em diversas atividades da república, tendo sido Prior em três ocasiões e participado das negociações de paz com Pisa e Luca, além de suas atividades bancárias com a Companhia de Buonaccorsi e militares na luta contra Castruccio Castracani, de Luca¹²⁴. Sua *Nova Crônica*, "está inserida no que se poderia chamar de crônica universal, pois entremeados aos fatos de Florença, trata, também, de eventos importantes ocorridos em outros países, entretanto o faz apenas para enriquecer o relato de sua cidade e não para oferecer uma versão transversal da história" (Luiz, 2014, p. 11). Sua crônica é intitulada *Nova* porque testemunha um tempo de muitas transformações na cidade de Florença, tempo de progresso que o cronista se dispõe a registrar.

Escrita por Giovanni Villani dos primeiros anos do século XIV até 1348, ano de sua morte, a crônica foi continuada por seu irmão Matteo até 1363 e, depois de sua morte, por seu filho Fillippo, sobrinho de Giovanni. A crônica, que poderia ser considerada uma empreitada familiar, conta de maneira detalhada alguns dos mais importantes acontecimentos da cidade de Florença. Em seu oitavo livro, Giovanni Villani conta que, após as guerras contra Pisa e Arezzo, em 1292, muitos assassinatos e violências estavam sendo cometidos na cidade, acima de tudo pelos nobres e potentes contra o povo, que não conseguia defender nem seus corpos nem suas posses¹²⁵.

Nesse momento de grave doença na cidade, conta Villani, alguns bons homens, artesãos e mercadores [*artefici e mercatanti*], buscando uma vida boa e tranquila, pensaram em um remédio

¹²³ Os Ordenamentos de Justiça, em Bruni, são citados ainda na morte de Corso Donati, em 1309, na página 453 (no vol I); no livro VII, no volume dois, entre 1343 e 1344, quando são retirados e em seguida restabelecidos (p. 287-295, vol II) e, por fim, são retomados na revolta dos *ciompi*, como veremos no próximo capítulo.

¹²⁴ Luiz, Vânia V. *Fórum de verdade e ficção: a Crônica de Giovanni Villani na Florença medieval*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGH, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.

¹²⁵ "Massimamente i nobili detti grandi e possenti contro a' popolani e impotenti". Villani, G. *Istorie Fiorentine*. In: *Biblioteca Enciclopedica Italiana*, vol. VIII. Milano, per Nicolò Bettoni e comp., 1834. p. 173.

contra essa praga [*pestilenza*] que afligia Florença. "Um dos líderes desse movimento, entre outros, era um homem popular de origem nobre, rico e valente que se chamava Giano della Bella, do povoado de San Martin, seguido e aconselhado por outros sábios e poderosos populares" (Villani, 1834, p. 173). Villani descreve uma situação de conflitos e abusos por parte dos nobres, caminho que é seguido por Bruni, como vimos. No entanto, o papel que Villani atribui a Giano della Bella não é o de um líder isolado do movimento pela liberdade do povo. Embora ele seja um dos líderes do movimento, ele não está sozinho e tampouco é uma encarnação da luta contra a nobreza. Giano faria parte de um conselho de sábios que guiam o movimento.

Depois dessa breve apresentação de Giano em sua crônica, Villani descreve a nova ordem que foi instituída na cidade para corrigir o comportamento dos nobres. "Fazendo-se em Florença ordem e arbítrio para corrigir os estatutos e as leis, como era costume antigo, ordenaram certas leis e estatutos muito fortes e sérios contra os grandes e os potentes que fizessem mal ou violência contra os populares [*popolani*]"¹²⁶ (Villani, 1834, p. 173). Além disso, essa nova ordenação aumentou as penas aos grandes e estendeu a punição aos familiares, permitiu que os testemunhos de fama pública fossem suficientes como provas e proibiu as grandes casas da nobreza de participarem do priorado. Essa nova ordem, descrita por Villani, são os chamados Ordenamentos de Justiça. O cronista ressalta que esses Ordenamentos foram feitos por um conjunto de bons cidadãos e não pelo engenho de um único homem. Em Bruni, como vimos, os Ordenamentos são criados a partir do discurso de Giano della Bella, como se fossem sua obra individual. Por que Bruni coloca essa mudança tão importante na cidade como obra do discurso de um único homem?

Ainda uma outra divergência intrigante é a data apontada para a criação do Gonfaloneiro de Justiça. Em Bruni, como vimos, sua criação teria acontecido em 1289. Villani, contudo, aponta a mesma data dos Ordenamentos de Justiça: "para manter os ordenamentos e colocá-los em execução, foi decretado que além dos seis priores, deveria haver um Gonfaloneiro de Justiça" (Villani, 1834, p. 173-4). Em Villani, portanto, o Gonfaloneiro foi criado em 1292, junto com os novos ordenamentos.

Após a criação dessa nova ordem na cidade, Villani relata que, em 1294, os magnatas, em conluio com os Priores, instalam um processo contra Giano acusando-o de liderar a massa de insurgentes contra o *podestà* e o Palácio e de liderar os distúrbios na cidade. Essas acusações causaram grande tumulto e levaram o povo a oferecer apoio e proteção a Giano contra elas. Vendo

¹²⁶ "(...) ordine e arbitrio a correggere li statuti e le nostre leggi (...) contro a' grandi e possenti."

as forças que haviam se juntado contra ele, Giano, que era um homem sábio, embora um tanto presunçoso, segundo Villani, não quis correr o risco de uma guerra civil e deixou a cidade. Giano esperava que o povo o levasse de volta à cidade, mas acabou morrendo no exílio sem retornar a Florença. Sua perda "foi um grande dano à cidade e, especialmente, ao povo, pois ele era o mais leal e reto dos populares; amante do bem comum (...)" (Villani, 1834, p. 177) e dedicou-se à cidade sem pedir nada em troca. O caso de Giano, para Villani, serve aos novos cidadãos como exemplo, "que tenham cuidado para que não queiram ser senhores de seus concidadãos nem sejam muito ambiciosos" (Villani, 1834, p. 177), mas que se contentem com a cidadania, pois os próprios homens que o haviam ajudado o traíram por inveja, "e essa tem sido a experiência em Florença, nos tempos antigos e novos, quem quer que tenha se tornado líder do povo e do universal [*d'università*], foi abatido [*abbattuto*]" (Villani, 1834, p. 178). Para o cronista, o povo ingrato de Florença nunca deu o devido valor a esses homens. Segundo Villani, muita coisa mudou em Florença após esse acontecimento, o poder do povo miúdo [*popolani minuti*¹²⁷] e dos artesãos diminuiu e ficou nas mãos dos "popolani grassi" e dos poderosos [*possenti*].

Villani não coloca Giano como o único a defender as mudanças na cidade e não faz referência alguma a qualquer discurso que tivesse mobilizado a população para isso. O seu papel, para o cronista, parece ter sido de conselheiro, ainda que um dos principais deles. No entanto, o destaque que lhe é dado por Bruni é muito diferente, sendo o principal articulador da nova ordem da cidade. Para que possamos seguir com essa breve comparação, vejamos como Dino Compagni o apresenta em sua crônica.

2.2.3 Dino Compagni

Nascido em 1257, Dino Compagni foi um comerciante e poeta florentino de uma família rica, embora de origem popular, que não estava entre as famílias poderosas da cidade. Foi membro da Senhoria por três vezes, em duas delas sendo Prior, e foi também Gonfaloneiro de Justiça. Em 1302, após ser ameaçado de exílio por disputas internas no partido guelfo, conseguiu escapar da punição, mas nunca mais pode participar da vida política da cidade. Afastado dos negócios

¹²⁷ O *popolo minuto* se enfurece pela condenação de Simone Galastrone ao invés do Corso Donati e sai gritando na rua "às armas, às armas, viva o povo! Onde grande parte do povo foi às armas, especialmente o *popolo minuto*", e queimam a casa do magistrado que condenou Simone. (Villani, 1834, p.178)

públicos, escreveu sua crônica entre 1311 e 1312 e a colocou em circulação entre seus próximos, sendo publicada apenas no século seguinte.¹²⁸

Dino escreve sua crônica para contar a história da divisão de Florença entre guelfos e gibelinos e a posterior divisão dos guelfos em brancos e negros. Para isso, retoma a história da cidade desde 1215 e narra diversos fatos internos e externos, com maiores detalhes a partir da criação do Priorado em 1280-82, "para assegurar o povo contra a prepotência dos grandes".¹²⁹

A partir do capítulo seis do livro I, Compagni começa a narrar os preparativos e os sucessivos desenlaces das guerras contra Pisa e, principalmente, contra Arezzo. Segundo nos conta, com a vitória florentina e o retorno dos exércitos, a cidade viveu anos de prosperidade. Essa situação começa a mudar e, do capítulo 11 em diante, o autor conta que os nobres e grandes [*nobili e grandi*] se tornaram arrogantes e passaram a cometer "muitas injúrias aos populares, agredindo-os e insultando-os" (Compagni, 1968, p. 14). Enquanto os poderosos agiam assim, muitos cidadãos de valor, populares e mercadores, procuravam fortalecer o governo popular. Entre eles, Dino destaca Giano della Bella: "homem corajoso, de boa estirpe, que não gostava dessas injúrias [cometidas pelos nobres e grandes], se fez líder e guia e, com a ajuda do povo (sendo novamente eleito para a Senhoria em fevereiro de 1292) e de seus companheiros, fortaleceu o povo" (Compagni, 1968, p. 14).

Liderado por Giano, esse movimento de fortalecimento do governo popular criou, entre o final do ano de 1292 e o início de 1293, um conjunto de leis chamado de Ordenamentos de Justiça e o cargo de Gonfaloneiro de Justiça. Essa nova ordem é descrita por Compagni da mesma forma como é descrita por Bruni: sua função era punir os poderosos que cometessem ultrajes contra os populares – sendo seus parentes também imputáveis e aceitos testemunhos de fama pública –, e impedir que eles ocupassem cargos de Prior, de Gonfaloneiro e dos demais conselhos¹³⁰. No entanto, a criação dessa nova ordem é apresentada como uma obra de todo o movimento, mais especificamente, como uma obra do Priorado, do qual Giano era membro. O caráter não individual fica claro quando Compagni diz: "E *eles* [prios] fizeram leis que foram chamadas de

¹²⁸ Howell, F. A. In: *The chronicle of Dino Compagni*. Tradução: Else C. M. Benecke e A.G. Ferrers Howell. Apêndice I. Nabu Press, 2010.

¹²⁹ "Per assicurare il Popolo dalla prepotenza dei Grandi". Compagni, D. *Cronica delle cose occorrenti ne' tempi suoi*. A cura di G. Luzzatto. Turim: Giulio Einaudi editore, 1968. p. 6

¹³⁰ Compagni, 1968, p. 15.

Ordenamentos de Justiça (...)" e "os *priores* adicionaram mais um ao seu ofício que chamaram de Gonfaloneiro de Justiça"¹³¹ (Compagni, 1968, p. 14).

Compagni aponta, no capítulo 12 de sua crônica, que os Ordenamentos de Justiça foram escritos por três importantes cidadãos florentinos e não por Giano della Bella¹³², ainda que o líder do povo tenha tido participação importante no processo, como vimos¹³³. Descreve também como essas leis foram levadas ao extremo pelos populares e, a princípio, mal interpretadas pelos "maledetti" juízes de forma que, para os crimes que deveriam ser efetivamente punidos, a punição era dada aos adversários dos juízes. Se o juiz e o acusado eram gibelinos, a causa era decidida em seu favor e o mesmo acontecia se juiz e acusado eram guelfos¹³⁴. Contudo, mesmo que os poderosos não acusassem seus parentes, por medo de receberem também penas, haviam poucos crimes escondidos por eles que não fossem descobertos pelos seus adversários e punidos de acordo com a lei. O primeiro exemplo dessas punições foi o da família Galligai.

Compagni relata o caso de um homem da família Galligai que, na França, cometeu um mal-feito contra dois filhos de um renomado mercador de Florença, Ugolino Benivieni, e levou um deles à morte. Na época dessa morte, em 1293, o Gonfaloneiro de Justiça era o próprio Dino Compagni, segundo seu relato. Ao receber essa denúncia, foi à casa da família acusada e a mandou derrubar, conforme previsto pelos Ordenamentos¹³⁵. Esse princípio, seguido pelos Gonfaloneiros posteriores, diz Compagni, levou a um mau hábito, pois o povo passou a cobrar medidas severas dos Gonfaloneiros, e muitos perverteram a justiça por medo do povo. Isso aumentou a arrogância dos maus entre os populares e a punição efetiva foi levada a tal ponto que nenhum magistrado poderia deixar sem pena algum acusado. Os poderosos, por sua vez, reclamavam muito dessas leis e dizia-se que "se um cavalo estiver correndo e seu rabo esbarrar no rosto de um popular (...), uma acusação será feita, mas deveria ser destruída a casa e propriedades de um homem por essas pequenas coisas?" (Compagni, 1968, p. 16)

Com o caso da família Galligai, o cronista mostra o rigor da punição que era imposta aos grandes a partir dos Ordenamentos de Justiça. O primeiro Gonfaloneiro, ao aplicar de forma dura

¹³¹ Grifos nossos.

¹³² "Messer Donato di messer Alberto Ristori, messer Ubertino dello Strozza e messer Baldo Aguglioni" (Compagni, 1968, p. 15)

¹³³ Najemy relata a mesma versão: "The six priors elected in December 1292 (from six different guilds) sat down with three jurists and wrote the most important political document in Florentine history, the Ordinances of Justice, first promulgated on January 18, 1293". (Najemy, 2006, p. 82-83)

¹³⁴ Compagni, 1968, p. 15.

¹³⁵ "E io Dino Compagni, ritrovandomi Gonfalonieri di Giustizia nel 1293, andai alle loro case e de'loro consorti, e quelle feci disfare secondo le leggi". (Compagni, 1968, p. 16). Segundo Bruni, como vimos, o Gonfaloneiro nesse momento era Baldo Ruffoli.

a lei, estabeleceu um hábito que levou seus sucessores a agirem na mesma direção, pressionados também pelo povo por medidas fortes. Giano é retratado por Compagni como um homem que é temido pelos magistrados e que não media esforços para punir culpados, mesmo que isso entrasse em conflito com os limites das leis. Aproveitando-se dessa fama, nos mostra Dino, os grandes, que queriam vingança, conseguiram dividir o apoio do povo e acabar com o prestígio de della Bella.

Como consequência dos Ordenamentos, Compagni mostra como os poderosos criaram o rumor de que Giano agia em proveito próprio, para atacar seus inimigos, e não em nome da justiça, e, procurando livrar-se dele, começaram uma conspiração usando os açougueiros, que eram homens mal-intencionados. Em conluio com os conspiradores, a guilda dos açougueiros ameaçou Pecora, um dos mal-intencionados, para que ele se colocasse armado contra os magistrados. Tendo armado essa situação, os conspiradores pediram a Giano que interferisse e fizesse a lei ser aplicada ao açougueiro. Enquanto isso, enviaram mensagens secretas à guilda dizendo que Giano estava fazendo leis contra eles. A conspiração foi descoberta e revelada a Giano, segundo Compagni, por ele próprio¹³⁶, que aconselhou Giano a deixar a lei de lado e falar em defesa da cidade, o que foi feito. No entanto, quando os membros do conselho, alheios ao conluio, quiseram examinar a lei cuidadosamente, Giano, "mais ousado do que sábio", impediu a todos. Assim, com grande escândalo, a produção da lei foi interrompida e o conselho separado. Os conspiradores, porém, seguiram com a produção da lei para comprometer Giano.

Após esses acontecimentos, os poderosos se reuniram e decidiram que Giano deveria morrer. Para dividir o povo e enfraquecer seu poder, criam o rumor de uma ameaça gibelina e culpam Giano della Bella por isso. A ocasião para levar o plano dos grandes adiante é a disputa entre Galastrone e Donati, que leva à morte de um popular, como também narra Bruni. Dino narra esse episódio com mais detalhes do que Bruni e conta como o *podestà* foi enganado por um de seus juízes para que a sentença fosse invertida, culpando Galastrone e inocentando Donati. Indignado com a sentença, o povo, liderado por Taldo della Bella, irmão de Giano, começou grande tumulto na cidade; segundo Compagni, Taldo agia mais por interesse em fazer mal a Donati do que por justiça. Tanto cresceu o furor, que o povo foi diretamente à casa do *podestà*, e não à casa de Giano, como relata Bruni¹³⁷. Giano, percebendo o tumulto, correu em socorro do *podestà*:

¹³⁶ "Scoprissi la congiura fatta contro Giano uno giorno che io Dino ero con alquanti di loro per raunarci in Ognissanti, e Giano se ne andava a spasso per l'orto. (...) Io conobbi la congiura, e dubitai per che faceano la legge sanza gli altri compagni. Palesai a Giano la congiura fatta contro a lui, e mostra'li come lo faceano nimico del popolo e degli artefici (...)." (Compagni, 1968, p. 18-9)

¹³⁷ Bruni, 2001, p. 381.

"Eu vou salvar o *podestà* das mãos do povo'; e montou seu cavalo, acreditando que o povo o seguiria e se retiraria por suas palavras. Mas, ao contrário, eles viraram suas lanças contra ele e o obrigaram a descer do cavalo e retornar" (Compagni, 1968, p. 21). O povo então queimou as portas, saqueou o palácio do *podestà*, que conseguiu se esconder da multidão, e destruiu muitos dos processos que ali estavam¹³⁸. Após o tumulto, a cidade continuou em grande discórdia e, enquanto os bons cidadãos culpavam o que havia acontecido, outros culpavam Giano. Ainda outros queriam ir até o fim com os tumultos e a cidade permaneceu em tamanha turbulência que, ao fim, todos culpavam Giano¹³⁹. Aconselhado por Magalotti a deixar a cidade por um tempo, até que o clima melhorasse, Giano sai de Florença e, assim que deixa a cidade, é julgado culpado, sua pessoa e sua propriedade.

Após a saída de Giano da cidade, Compagni relata que o povo perdeu energia e iniciativa política por falta de liderança, admitindo a relevância do papel que Giano exercia. Contudo, assim como Bruni, Compagni pouco esclarece em sua narrativa sobre o futuro dos Ordenamentos de Justiça após a saída de Giano da cidade, em 1295. Nas notas de sua tradução¹⁴⁰, Howell relata que até o ano de 1299, os poderosos conseguiram flexibilizar muitos dos pontos importantes dos Ordenamentos, principalmente a exigência de ser um trabalhador para poder filiar-se a uma guilda. Isso permitiu, na prática, que os poderosos pudessem voltar a participar da política, salvo nas magistraturas de Priores e Gonfaloneiro. Os desdobramentos dos Ordenamentos serão também discutidos por Maquiavel no século XVI, seguindo mais a interpretação de Compagni, embora largamente ancorado na narrativa de Bruni.

2.2.4 Maquiavel

Encomendada a Maquiavel por Giulio de Medici (papa Clemente VII), sua *História de Florença* foi entregue em 1525. A intenção inicial de Maquiavel, como ele declara no próêmio da obra, era iniciar a narrativa com os acontecimentos do ano de 1434, ano em que a família Medici “ganha mais autoridade que qualquer outra em Florença”. Isso porque lhe parecia que Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini já haviam narrado com detalhes toda história até aquele ano. No entanto, ao ler suas histórias, para que pudesse imitá-los em ordem e modos de proceder, Maquiavel diz que

¹³⁸ Todos maliciosos que tinham contra si processos nessa casa foram para lá destruí-los. (Compagni, 1968, p. 21)

¹³⁹ Compagni, 1968, p. 22.

¹⁴⁰ Howell, 2010, Nota 1, Livro I, cap. 18.

percebeu que eles contaram muito detalhadamente as guerras travadas pelos florentinos contra povos e príncipes estrangeiros, mas que, “no que se refere às discórdias civis e às inimizades internas, bem como aos seus efeitos, eles calaram de todo uma parte e descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade nem prazer algum”. Vemos, assim, que, para o autor, o mais importante, ao narrar a história da cidade, não eram as guerras externas travadas pelos florentinos, mas as discórdias civis e as inimizades internas.

Em suas *Istorie Fiorentine*, Maquiavel narra a história de Florença, principalmente, da perspectiva dos acontecimentos internos. Os Ordenamentos de Justiça aparecem no livro dois de sua história e seguem de perto a formulação de Bruni.

O segundo livro de sua *História* narra desde as origens de Florença até a metade do século XIV e é composto, em sua maior parte, pelos assuntos internos da cidade e suas divisões. A partir dos capítulos oito, nove e dez, Maquiavel trata da divisão da cidade em Artes após a vitória dos guelfos sobre os gibelinos, esses ajudados por Carlos de Anjou, e da criação de algumas magistraturas. A dominação guelfa, no entanto, levou Florença a uma difícil condição: "porque a nobreza guelfa se tornara insolente e não temia os magistrados; de modo que todos os dias se cometiam muitos homicídios e outras violências sem que fossem punidos aqueles que os cometiam (...)" (Maquiavel, 2007, p. 92-93). Para refrear essa violência, foram chamados de volta os gibelinos exilados e o governo passaria a ser exercido por cada partido por um ano. No entanto, isso logo mudou e foi instaurado o regime das Artes, em 1282. Seriam eleitos três Piores que ficariam dois meses no governo, podendo ser grandes ou populares, desde que fossem filiados às guildas. Depois, seu número foi aumentado para seis e oito, chegando a ter até doze em algumas ocasiões.

A criação do priorado, para Maquiavel, acabou sendo a "razão da ruína dos nobres, pois o povo os excluiu por vários acontecimentos até que, sem nenhum temor, os derrubou; de início os nobres o permitiriam por não serem unidos, pois tendo cada um deles grandíssimo desejo de tirar os outros do estado, acabaram todos por perdê-lo" (Maquiavel, 2007, p. 93-4). Para chegar a esse ponto, Maquiavel narra, no capítulo 12, como a paz interna em Florença, após a vitória sobre Arezzo, levou a um arrefecimento na divisão entre guelfos e gibelinos dando lugar a "humores que naturalmente costumam existir em todas as cidades entre os poderosos e o povo"¹⁴¹ (Maquiavel,

¹⁴¹ "restavano solamente accesi quelli umori i quali naturalmente sogliono essere in tutte le città intra i potenti e il popolo". In: *Opere di Niccolò Machiavelli*. Torino: UTET, 1996. vol. 2.]

2007, p. 94). O povo, segundo o secretário florentino, quer viver sob leis e os grandes querem dominar o povo, teoria largamente discutida em diversos comentários¹⁴². Esses humores ficaram encobertos durante a disputa entre guelfos e gibelinos na cidade, contudo, uma vez estabelecida uma paz interna, esse conflito ganhou força. As leis e as magistraturas da cidade tentavam controlar e impedir essa violência, segundo Maquiavel, mas, mesmo assim, todos os dias algum popular sofria injúria dos grandes. Para reforçar o freio sobre os poderosos, os magistrados criaram o cargo de Gonfaloneiro de Justiça. Seguindo, dessa forma, a narrativa de Bruni, Maquiavel coloca a criação do cargo de Gonfaloneiro antes dos Ordenamentos de Justiça, ao contrário do que fazem Compagni e Villani em suas crônicas. O primeiro a ocupar esse cargo teria sido Baldo Ruffoli, mais uma vez concordando com a versão de Bruni, e ele teria sido o responsável pela derrubada da casa da família Galligai [Galletti].

Para Maquiavel, os populares teriam conseguido instituir essa magistratura pela desunião dos poderosos, que só pensaram em tomar providências contra ela depois de perceberem o rigor de sua execução. Contudo, como estes ocupavam também cargos no priorado, conseguiram controlar as ações do Gonfaloneiro¹⁴³. Contavam ainda com a dificuldade que era conseguir testemunhas contra os grandes nas acusações e, por isso, voltaram a fazer suas injúrias contra os populares.

Após descrever esse quadro da situação em Florença, Maquiavel apresenta uma personagem que "de alta estirpe, mas amante da liberdade da cidade, estimulou os chefes das Artes a reformar a cidade" (Maquiavel, 2007, p. 96); por seu conselho, aumentou-se o número de homens sob comando do Gonfaloneiro (de mil para quatro mil), tornou-se a fama pública suficiente para julgar um nobre e todos os grandes ficaram impedidos de participar do priorado. Essa personagem aparece na narrativa no capítulo treze da *História* e tem um papel bastante destacado: Giano della Bella. O conjunto de leis criado a partir do conselho de Giano é chamado de Ordenamentos de Justiça e com elas "o povo granjeou muita reputação, e Giano della Bella, muito ódio" (Maquiavel, 2007, p. 96). Os grandes o odiavam por julgarem que ele era o responsável pela perda de seu poder e, uma parte do povo, o invejava por parecer-lhe que sua autoridade era excessiva. Apresentando Giano dessa forma, Maquiavel se coloca, em parte, na linha sucessória de Bruni. Diferentemente de Compagni e de Villani, Giano, embora apareça apenas nos capítulos 13 e 24, é apresentado por

¹⁴² Não entraremos nesta questão, mas a bibliografia sobre os humores é farta. Cf. Discorsi, I, 5 e 6.

¹⁴³ Maquiavel. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 95.

Maquiavel como a principal liderança para a criação dos Ordenamentos e para o afastamento dos poderosos do priorado.

A oportunidade de os nobres acabarem com Giano della Bella e, por conseguinte, enfraquecerem os Ordenamentos surgiu da briga em que estava envolvido Corso Donati e na qual um popular morreu. Segundo o secretário, não se sabe bem ao certo se Donati foi absolvido por não ser o culpado ou por medo do magistrado de condená-lo. Essa absolvição fez o povo [*popolo*] empunhar armas e ir à casa de Giano pedindo sua intervenção. Querendo a condenação de Donati, Giano não pediu ao povo que baixasse as armas, mas que procurassem os Priores para exigir que tomassem providências. O povo sentiu-se abandonado por Giano e foi diretamente atacar e saquear a casa do magistrado. Isso desagradou a todos os cidadãos [*cittadini*], e seus inimigos atribuíram a ele a culpa por esses atos e o acusaram de sublevar o povo. Enquanto a causa de Giano era julgada, o povo armado foi à sua casa oferecendo-lhe defesa contra os Priores e seus inimigos. Giano "não quis experimentar tais favores populares, nem pôr sua vida na mão dos magistrados, porque temia a maldade destes e a instabilidade daqueles" e, segundo Maquiavel, exilou-se da cidade que "com trabalho e perigo, libertara da servidão aos poderosos" (Maquiavel, 2007, p. 97).

Após sua partida, os nobres [*nobili*] pressionaram os Priores para abrandar as leis contra eles, o que acirrou o ânimo do povo e instaurou – como havia descrito Bruni – um estado de tensão armada entre povo e nobres. Alguns homens de espírito apaziguador lembraram aos nobres que o povo lhes superava em número, riquezas e ódio, e que a nobreza, que julgavam superior, não entrava em combate. Lembraram também ao povo que "não era prudente querer sempre a última vitória, e que nunca foi sábio privar os homens de esperança, porque quem não espera o bem não teme o mal" (Maquiavel, 2007, p. 98). Assim, o conflito não chegou às vias de fato e a ordem foi restabelecida, o que proporcionou um período de relativa tranquilidade e prosperidade na cidade. "Nunca o estado de nossa cidade foi melhor e mais feliz do que naqueles tempos" (Maquiavel, 2007, p. 100), nobres e povo viviam em estado de indignação e suspeita, mas isso não gerou efeitos malignos para a cidade; pelo contrário, o estado de prosperidade que a cidade atingiu não poderia ser perturbado por qualquer ameaça externa e "com suas forças poderia responder a todos os estados da Itália. No entanto, o mal que as forças externas não lhe podiam fazer foi-lhe feito pelas internas." (Maquiavel, 2007, p. 100). O mal interno a que se refere Maquiavel foi o conflito entre Donati e Cerchi, que levou a desentendimentos gravíssimos e perturbou mais uma vez a república.

Maquiavel encerra assim a participação da Giano della Bella em sua *História* e, como analisaremos, se o seu papel na formulação dos Ordenamentos foi central, essa forma de exclusão dos nobres não trouxe boas consequências para a cidade.

2.3 As questões

Após essa breve exposição das narrativas, analisaremos a seguir duas questões centrais no episódio dos Ordenamentos. A primeira questão abordada é a concepção de liberdade expressa pelo discurso de Giano em Bruni. Em seguida, veremos o papel de Giano della Bella nas diferentes narrativas, por meio da análise da participação de Giano na criação dos Ordenamentos de Justiça e do desfecho dessa personagem.

2.3.1 - O discurso de Giano della Bella sobre a liberdade em Bruni

O objetivo do discurso de Giano, na *História* de Bruni, é aconselhar o povo sobre como recuperar a liberdade perdida na cidade. Composto por seis parágrafos, o discurso de gênero deliberativo¹⁴⁴ começa expondo a visão do orador sobre o necessário controle da arrogância dos grandes em prol da liberdade do povo. A arrogância dos grandes, somada à tolerância do povo, estaria acabando com a liberdade, e ambas não poderiam mais coexistir na cidade. O remédio para isso, segundo Giano, seria o endurecimento das leis contra os poderosos e o fortalecimento dos meios para cumpri-las. Esse conjunto de leis é chamado de Ordenamentos de Justiça e é considerado "a construção e consolidação da liberdade comunal" em Florença, e a "base teórica de sua constituição até o século XV" (Aranovich, 2014, p. 67). Contudo, na base dessas leis está a exclusão política de uma parte da sociedade. Giano della Bella deixa claro que os poderosos não podem participar do Priorado, mesmo que estejam inscritos em alguma Arte. Como critica Maquiavel, como veremos adiante, afastar uma parte da sociedade das magistraturas não cria vias institucionais para lidar com o conflito, mas tenta acabar com o conflito, estabelecendo uma harmonia a partir da exclusão.

Vejamos como Bruni começa o discurso de Giano e qual sua concepção de liberdade:

¹⁴⁴ "O discurso deliberativo é utilizado para aconselhar ou desaconselhar e sua finalidade, para Aristóteles, é a utilidade, para Cícero, a utilidade e a honestidade." Aranovich, P. Maquiavel, retórica e política. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 2014, v. 1, n. 24, p. 64.

"Sempre tive o mesmo pensamento, cidadãos, e quanto mais penso sobre os fatos da república, mais me convenço de que precisamos ou restringir a soberba das famílias poderosas, ou perder inteiramente a nossa liberdade. As coisas chegaram a um ponto, acredito, em que a tolerância e a liberdade não são mais compatíveis. Penso também que ninguém de intelecto não pode ter dúvida sobre qual das duas seja preferível. Não me escapa que seja perigoso para mim falar sobre essas coisas. Mas um bom cidadão, acredito, deve deixar de lado seus próprios interesses quando a pátria precisa de seu conselho e não deve medir suas declarações públicas pela sua comodidade privada. Por isso, direi livremente o que penso. Me parece que a liberdade do povo consiste em duas coisas: nas leis e nos juizes. Quando o poder dessas duas coisas prevalece na cidade sobre o poder de qualquer indivíduo, então a liberdade é preservada. Mas quando algumas pessoas podem desprezar as leis e os juizes sem qualquer punição, então se deve concluir que a liberdade está perdida. Pois, em qual sentido vocês são livres quando há pessoas que, a seu bel-prazer e sem medo de qualquer julgamento, podem cometer violência com as próprias mãos contra vocês e contra suas propriedades?" (Bruni, 2001, p. 363)

Giano começa expondo a oposição entre a soberba dos poderosos e a liberdade do povo. A tolerância em relação à presunção de superioridade dos poderosos está levando o povo a perder inteiramente a sua liberdade. Nesse momento de tensão entre grandes e povo na história da cidade, Giano aponta que não é mais possível conciliar a liberdade com a tolerância e, se preciso fosse, qualquer cidadão seria capaz de escolher qual das duas é a preferível. Pelo teor de sua fala, Giano sabe que corre perigo, uma vez que os poderosos não hesitam em usar da violência para atingir seus objetivos. Contudo, para engrandecer sua tarefa, diz que o cidadão preocupado com a cidade deve aconselhá-la honestamente, e não segundo a conveniência particular. Assim, Giano expõe livremente seu conceito de liberdade.

A liberdade, tal como formulada por Giano della Bella, consiste em duas coisas: nas leis e nos juizes. Quando ambos prevalecem na cidade e nada se sobrepõe a eles, a liberdade é conservada. Se, no entanto, alguém estiver acima deles ou puder infringir a lei ou desprezar um juiz sem qualquer sanção, então não há liberdade. Definindo assim seu conceito de liberdade, Giano pode concluir que, em Florença, não há liberdade. Os poderosos tomam o que lhes aprouver sem nenhuma consideração; batem, perseguem e matam populares sem que nada os impeça. Muitos nem mesmo se dão ao trabalho de negar seus malfeitos, outros, pegos em flagrante, nem podem fazê-lo, mas nenhum deles se importa. Esses poderosos continuam andando pela cidade e pelos campos com seus bandos armados amedrontando o povo e os juizes. "Qual a diferença dessa

situação para uma tirania?”, pergunta Giano. A cidade vive, portanto, em um estado de opressão, da liberdade mantém apenas o nome.¹⁴⁵

Bruni expõe, pelo discurso de Giano, sua concepção de liberdade, uma concepção republicana. Entendida como a prevalência da lei, a liberdade reivindicada por Giano é a liberdade de todo e qualquer cidadão de não ser oprimido por quem tem mais poder e armas. Contrariamente à dominação de uns por outros ao sabor das vontades particulares, em uma república, regulada pelas leis, todo cidadão deve obediência não a um poderoso, mas às leis. Como explica Aranovich, a liberdade é não depender da vontade arbitrária de algum particular:

"Uma das formas de compreender a liberdade é como a supremacia das ordenações públicas e das autoridades eleitas sobre os interesses e poderes particulares, a ideia de liberdade legada pelo pensamento republicano italiano identifica a verdadeira liberdade como a ausência de dependência da vontade arbitrária de um homem ou de alguns homens. Frente a essa definição, Giano della Bella expõe o quadro da situação atual de Florença e pergunta se se pode a isso chamar de liberdade e afirma a necessidade de livrar-se da servidão." (Aranovich, 2014, p. 68)

A liberdade é tomada por Giano como essa supremacia das ordenações públicas sobre todos que vivem na cidade, independentemente das vontades dos poderosos. A partir desse conceito de liberdade, ao final de seu discurso, o autor vai propor uma nova ordenação para Florença.

No segundo parágrafo do discurso, della Bella antecipa a objeção de seus ouvintes de que a situação em Florença está muito ruim e não bastam lamentos, mas é preciso remédio. O remédio oferecido em seu discurso é a restauração das leis, que foram mortas pela corrupção. Restabelecendo-se as leis, restaura-se também a liberdade. Em Florença, diz Giano, existem já muitas leis que restringem a violência, os assassinatos e as injúrias, essas leis precisam ser reforçadas contra os poderosos e algumas outras precisam ser criadas, pois a perversidade deles cresce a cada dia.

Para reforçar essas leis, é necessário aumentar a pena aos poderosos que cometerem crimes, afirma Giano no terceiro parágrafo do discurso, pois não se pode atar um anão e um gigante com a mesma corda, uma deve ser mais forte do que a outra. "As penas são como as cordas da lei, e, da mesma forma, devem ser mais fortes para os poderosos e grandes. As penas que temos agora não os seguram" (Bruni, 2001, p. 365). Além disso, Giano defende que as penas devem ser aplicadas

¹⁴⁵ Bruni, 2001, p. 365.

também às famílias, pois "devemos considerar os parentes cúmplices no crime, porque é a confiança neles que encoraja os grandes a cometerem malfeitos" (Bruni, 2001, p. 366). Aumentar a pena dos grandes e implicar também suas famílias na punição, no entanto, não soluciona as duas grandes dificuldades que costumam impedir os juízes de condenar os poderosos: a dificuldade de conseguir provas e de executar as sentenças. Giano ressalta que as testemunhas têm medo dos poderosos e, se há provas, os juízes temem sentenciá-los. "Se não mudarem essa situação, não poderão chamar Florença de república. Para que servem essas melhores leis se os procedimentos legais caem no vazio?" (Bruni, 2001, p. 367). É preciso tomar providências, em primeiro lugar, para reduzir o problema com as testemunhas. Para os poderosos, sugere Giano, que a fama sirva de evidência. Assim, quando for cometido um malfeito e houver um clamor público da vizinhança e dos lugares próximos de que o responsável é um dos poderosos, o juiz não precisa esperar outras provas (que ele sabe que não virão), basta apenas a fama. Fica, dessa forma, estabelecido pela nova ordenação proposta por Giano que, para punir os crimes cometidos pelos poderosos, as testemunhas não são necessárias, se houver um clamor público apontando para o responsável.¹⁴⁶

A outra dificuldade, a execução da pena pelos juízes, é abordada por Giano no quarto parágrafo de seu discurso. Essa questão, aponta o autor, é mais importante do que os homens geralmente consideram e depende menos do magistrado do que da força do povo. Este, se quiser manter sua dignidade, deve fazer as sentenças serem aplicadas aos poderosos, pois, se sua atitude for de deferência aos grandes, as atitudes dos juízes e magistrados serão menos incisivas. Giano sustenta que tudo isso já havia sido pensado quando o cargo de Gonfaloneiro de Justiça foi criado, em 1289¹⁴⁷, embora tenha perdido todo seu poder em poucos anos. A criação desse cargo teria sido um remédio incompleto, pois foi negligenciado. A solução apontada por Giano é o fortalecimento da autoridade do Gonfaloneiro, que deveria contar com quatro mil homens armados e não com mil homens, como antes, sendo que esses homens recrutados deveriam vir de todo povo por turnos. O gonfaloneiro deveria residir no palácio público, junto com os Priores, para que pudesse ouvir as queixas do povo e tomar providências para a república. Se ele permanecesse em sua residência particular, não conheceria toda a situação e demoraria mais para agir, pela influência de particulares, como a república já viu muitas vezes.

¹⁴⁶ Vemos também como algumas condenações nesses últimos anos no Brasil valeram-se desse método, por clamor público e não por provas, e os resultados políticos dessas ações.

¹⁴⁷ Como já apontamos, Bruni coloca a criação do cargo de Gonfaloneiro em 1289, diferentemente do que fazem tanto Villani quanto Compagni, que apontam a mesma data para os Ordenamentos e para a criação do cargo: 1293.

Uma terceira providência ainda deve ser acrescentada, diz Giano. No quinto parágrafo o autor apresenta a proposição que impede os poderosos de tomarem parte no priorado: "que nenhum dos poderosos, ainda que matriculado em alguma arte, possa se tornar prior, e assim colocado em uma posição em que possa ajudar os malfeitores e impedir a justiça. O poder que eles possuem já é suficientemente oneroso para todos, não precisamos adicionar a ele a autoridade pública." (Bruni, 2001, p. 369). Assim, ressuscitando as leis e estabelecendo penas rigorosas aos poderosos, eles seriam forçados a parar seu comportamento tirânico. Se eles continuassem a agir assim, aconselha Giano: "vocês teriam de eliminá-los com ferro e fogo, como vocês fariam a um membro incuravelmente doente, deixando de lado essa excessiva paciência que os está levando evidentemente à servidão." (Bruni, 2001, p. 369). Essa terceira parte do conselho de Giano ao povo de Florença, que será aceita no novo Ordenamento da cidade, deixa clara a intenção de excluir uma parte da cidade, os poderosos, da vida política. Mais do que isso, se as leis mais severas não os impedirem de agir de forma tirânica, eles devem ser eliminados. Não se trata apenas de uma exclusão política, mas de uma eliminação do opositor. Dessa forma, a liberdade do povo estaria fundada na exclusão política dos poderosos. Esse comportamento será identificado por Maquiavel como uma ação de facção. Como aponta Aranovich:

"No entanto, apesar de ser proferido em nome da pátria e da cidade, o discurso de Giano della Bella também poderia ser tomado como sedicioso, na medida em que instaura a liberdade pela exclusão dos nobres da política. Na leitura de Maquiavel, a construção da liberdade florentina trouxe consigo as razões de sua finitude; a exclusão dos nobres guerreiros e os instrumentos do facciosismo foram necessários para o estabelecimento da autoridade popular, mas criaram as condições da senhoria dos Medici." (Aranovich, 2014, p. 70-1)

O discurso que começou em nome da liberdade do povo mostra-se um discurso em favor de uma parte da cidade, excluindo outra. Portanto, não pode ser em nome de um universal, de uma liberdade para todos. Que tipo de liberdade republicana seria essa?

Giano termina seu discurso, em seu sexto parágrafo, ressaltando que disse o que lhe parecia salutar para a república e necessário para a liberdade. Reforça que suas sugestões estão ao alcance dos homens e são fáceis de aplicar, e não o fazer mostraria apenas que eles prefeririam a servidão à liberdade. Ao final, Giano evoca os ancestrais florentinos, que teriam enfrentado a morte pela dignidade, e as vitórias recentes contra poderosos inimigos externos, mostrando a força do povo e a vergonha de serem dominados por umas ou outras famílias em casa. Giano encerra seu discurso

pedindo ao povo que pense em sua liberdade: "não posso permanecer em silêncio vendo essa passividade, peço a vocês que pensem em sua liberdade!" (Bruni, 2001, p. 371).

O discurso de Giano tem como base o conceito de liberdade, a liberdade do povo, que é vitorioso em suas guerras externas, mas quase servo dentro de sua própria cidade. Giano é levado a fazer seu discurso por conta da grave situação a que o povo está submetido em Florença. Os poderosos não têm limites nem escrúpulos em suas ações e o povo vive sob constante ameaça e medo. No entanto, antes do seu discurso, como escreve Bruni, Giano começou a falar em particular com os florentinos sobre sua insatisfação política e a passividade do povo. Incitando, muitas vezes, os homens a resistirem contra as violências praticadas pelos poderosos, Giano reforçou a vontade desses homens de tomarem o governo em suas próprias mãos. Assim, antes mesmo de pronunciar seu discurso pela liberdade, Giano já incentivava os homens a tomarem para si o controle político da cidade. Se essa circunstância anterior ao próprio discurso não pode ser tomada como o início de uma tentativa de exclusão de uma parte da cidade, tampouco pode ser tomada como um acaso que não tem relação com o desfecho do discurso.

Giano della Bella começa seu discurso, como vimos, opondo a soberba dos poderosos à liberdade do povo. A tolerância deste já não seria mais compatível com sua liberdade. Logo no primeiro parágrafo, o autor também chama a atenção para a opressão sofrida pelos populares e sua quase servidão nesse regime. Em seguida, no discurso, a corrupção das leis é apresentada como a causa da derrocada da liberdade. O conceito de liberdade republicana aparece nesse momento de modo inequívoco. A partir do terceiro parágrafo, o caráter contrário aos poderosos começa a tomar corpo no discurso. As penas contra eles devem ser maiores do que as penas para os outros cidadãos e, em caso de malfeitos, não são necessárias testemunhas contra eles, bastando a fama ou a notoriedade pública para sua condenação. De opressores do povo, no início do discurso, Giano della Bella quer convertê-los em cidadãos com meios direitos ou em cidadãos desamparados pelas leis que a todos protegem. A passagem é completada no quinto parágrafo do discurso, quando a terceira sugestão para a cidade é de que os poderosos não possam ocupar o priorado, ficando excluídos, assim, dessa esfera da vida política¹⁴⁸. Os poderosos passam de opressores a excluídos.

¹⁴⁸ Ianziti defende que o discurso de Giano della Bella é uma defesa da liberdade como supremacia da lei sobre os cidadãos privados. Essa leitura parece não levar em conta o caráter excludente do discurso, sugerindo uma lei que impede uma parte da população de ter acesso às magistraturas. Esse tipo de exclusão será caracterizado por Maquiavel como comportamento faccioso.

“This time the speaker is Giano della Bella. The crux of his speech lies in its defense of the concept of *libertas populi*, defined as the supremacy of law over private interests. (...) What is notable about Bruni’s presentation of these well-known measures is his insistence—through the familiar device of the formal speech—on the public character of law and authority. Villani’s treatment of the Ordinances focuses, by way of contrast, on the more negative scenario of the people’s vengeance. While that aspect is not

O discurso que começa com a defesa da liberdade e contra a opressão, muda de direção e segue o sentido que buscava combater, a exclusão de uma parte da cidade¹⁴⁹.

Ao término do discurso, o povo aprovou as leis sugeridas por Giano contra as famílias poderosas. Esse novo conjunto de leis foi chamado de Ordenamentos de Justiça. Segundo Bruni, as famílias submetidas às novas leis eram 38 dentro da cidade e muitas outras nos campos do lado de fora da cidade. Com essa mudança, liderada por Giano della Bella, segundo Bruni, os grandes sofreram um forte golpe e "o poder e a autoridade na república voltaram para as mãos do povo" (Bruni, 2001, p. 371). Em seguida, Giano assumiu uma vaga de Prior e Baldo Ruffoli foi eleito Gonfaloneiro de Justiça. Homem ativo e vigilante na restrição dos poderosos, Baldo Ruffoli, quando informado sobre o crime da família Galligai contra um popular, ergueu o estandarte da Justiça e conclamou o povo para a casa dos acusados. Com a propriedade cercada por seus homens, perseguiu os membros da família e os enviou para o exílio, destruiu sua casa e arrasou suas terras.¹⁵⁰ A partir dessa demonstração de força, os grandes ficaram com tanto medo do povo quanto o povo havia ficado deles antes das mudanças na cidade. Sobre essas consequências das novas leis, discutiremos adiante.

Nessa narrativa sobre a criação dos Ordenamentos de Justiça, Bruni mostra como o povo tomou o poder na cidade. Excluindo os poderosos, o povo agora tomava as decisões e começou a buscar a paz externa, encerrando o longo período de guerra com Pisa. Além da prolongada guerra comprometer a economia da cidade, os grandes, por constituírem a classe guerreira, destacavam-se em tempos de guerra e poderiam tentar algo contra as novas leis. Por isso, o povo se apressou nas negociações e a paz foi firmada em 1293.

2.3.2 O papel de Giano em Bruni, Villani, Compagni e Maquiavel

2.3.2.1 Giano della Bella e a criação dos Ordenamentos de Justiça

Como vimos, Giano della Bella é apresentado por Bruni como o homem que "tentou parar a corrupção e o declínio da república", um homem grande, sábio e simpático ao povo.¹⁵¹ Essa

entirely absent in Bruni's account, there is a subtle shift of emphasis to the higher and more positive value of *libertas*, defined as a desirable state of affairs where law reigns supreme over all parties. (Ianziti, 2012, p. 138 e 139).

¹⁴⁹ Posição que será combatida por Maquiavel, como veremos.

¹⁵⁰ Dino Compagni afirma, como veremos, que ele era o Gonfaloneiro nesse momento.

¹⁵¹ Bruni, 2001, p. 361.

apresentação já distingue Giano dos demais cidadãos florentinos e dá à sua tentativa de parar a corrupção um caráter bastante singular, quase heroico. Bruni já mostra ao leitor, dessa forma, a importância dessa personagem, que é confirmada na sequência da narrativa.

Giano, em Bruni, é a voz que conclama seus concidadãos à ação, a princípio individualmente e, depois, em praça pública. É ele quem alerta o povo sobre os perigos da violência se alastrar pela cidade como fogo e, ao longo do tempo, criar raízes, tornando-se mais difícil de ser extirpada. Através de suas contínuas falas, Giano teria, segundo Bruni, acendido no povo a vontade de governar a cidade por si mesmo. Toda essa movimentação de Giano culmina em seu discurso sobre a liberdade e leva à criação dos Ordenamentos de Justiça, na reunião do Conselho.

Esse processo de criação dos Ordenamentos, que envolve a figura de Giano della Bella, em Bruni, chama a atenção pelo caráter individual, ou seja, todo esse movimento seria iniciado e levado a cabo por um indivíduo. Esse indivíduo que quer "parar a corrupção" e que é grande e sábio alerta o povo sobre os perigos da violência dos nobres e chama a cidade à ação. Mais do que isso, através de suas falas, Giano teria despertado no povo a vontade de governar por si mesmo, ou seja, essa vontade não teria surgido do próprio povo, mas teria sido acesa por um cidadão de origem distinta.

Como vimos, Bruni mostra que há discórdias internas na cidade e explora algumas delas, como é o caso dos Ordenamentos. Contudo, esse conflito é bem localizado, ou seja, ele é quase um evento pessoal. Narrando dessa forma, Bruni tira o peso das discordâncias internas e, de certa forma, o transfere para a ação de uma personagem. Assim, não são os conflitos entre diversos interesses e grupos políticos que levam a cidade a formular as leis dos Ordenamentos, mas a ação de Giano, um cidadão sábio. Bruni mostra ao leitor que houve uma disputa e que sua resolução foi através dessas leis, mas o faz a partir da ação quase que solitária desse homem de afiada visão política. O leitor não precisaria, então, conhecer os grupos em disputa, suas motivações e discórdias, bastaria conhecer esse grande homem que, quase sozinho, levou a cidade a formular uma lei que controlou o poder dos nobres.

Além disso, foi Giano quem despertou o povo para as vantagens de governar a cidade por si mesmo, não o próprio povo. Os nobres já oprimiam o povo há algum tempo, como mostra a narrativa, no entanto, quem o desperta para a vontade de governar é essa personagem, com suas palavras e seu comovente discurso sobre a liberdade - como vimos há pouco. O que Bruni parece defender é que não são os conflitos e as disputas internas que importam na história da cidade, mas

sim as ações de certas personagens singulares, pois são elas que levam a cidade a formular leis e abrem os olhos do povo para melhores formas de governo, não as próprias disputas e conflitos, que produzem leis e mudanças na cidade.

Diferentemente do que narra Bruni, os dois cronistas que vimos não apresentam Giano como essa personagem tão destacada. Villani evidencia a conjuntura de conflitos e abusos dos nobres na cidade e a vontade de um grupo de cidadãos - alguns bons homens, preocupados com a cidade - de buscar uma solução para esta situação, sendo Giano della Bella um dos líderes desses homens, "entre outros" (Villani, 1834, p. 173), como ressalta o autor. No entanto, os próprios líderes do grupo são também aconselhados por outros "sábios e poderosos". Em Villani, portanto, o caráter coletivo desse movimento é destacado, seja como um grupo de cidadãos preocupados, seja como um grupo de líderes que são também aconselhados por outros sábios. Não há, em sua crônica, o destaque para a figura individual de Giano, como ocorre na *História* de Bruni. O elemento central da participação de Giano em Bruni, seu discurso fundador dos Ordenamentos, não é nem mencionado por Villani. O cronista não faz nenhuma indicação de que teria ocorrido tal discurso, tão importante na formulação dos Ordenamentos em Bruni.

O outro cronista que vimos, Dino Compagni, destaca que os poderosos de Florença passaram a agir de forma arrogante e violenta algum tempo após a vitória da cidade sobre Arezzo. Com isso, muitos cidadãos de valor começaram a defender o governo popular, entre eles, Giano della Bella. Giano, segundo Compagni, com a ajuda do povo, se tornou líder do movimento pela defesa do governo popular. Esse movimento, liderado por Giano, foi o responsável pela criação dos Ordenamentos de Justiça, em 1293. Giano, segundo o cronista, como membro do Priorado, foi um dos participantes e líderes dessa mudança na cidade, não seu único responsável. Como já vimos, fica claro esse caráter coletivo quando o cronista diz: "E *eles* [Priores] fizeram leis que foram chamadas de Ordenamentos de Justiça (...)" (Compagni, 1968, p. 14). Assim, enquanto Bruni coloca em Giano todo o protagonismo desse movimento contra os poderosos, Compagni segue linha mais próxima de Villani, em que Giano teria sido um dos líderes, mas acompanhado de um grupo e com amplo apoio popular.

Além disso, o relato de Compagni mostra um lado dos Ordenamentos que Bruni não revela. A defesa da liberdade feita por della Bella em seu discurso, na *História* de Bruni, aponta, como vimos, para a exclusão de uma parte da cidade; contudo, Bruni não destaca os efeitos práticos que a lei gerou, como faz Compagni. Uma vez excluídos os poderosos das magistraturas e submetidos

aos Ordenamentos, sem direito a defesa e apelação, vemos em Compagni a ação violenta de uma parte da cidade contra a outra para além do limite da lei¹⁵². Se, pelo discurso de Giano na *História* de Bruni, podemos apontar para esse problema, em sua narrativa, o chanceler florentino não faz qualquer menção aos desdobramentos possivelmente problemáticos dessas leis. Se a liberdade invocada por Giano em Bruni, como vimos, não está exatamente em par com o conceito republicano, a violência e autoritarismo do povo na aplicação dessas leis também as colocam fora do campo conceitual da tradição republicana.

Ainda nesse sentido, ao final do capítulo 12, Compagni descreve Giano della Bella como um "homem viril e de grande ânimo [que] era tão ousado que defendia coisas que os outros homens abandonavam e falava das coisas que os outros calavam" (Compagni, 1968, p. 16), que fazia tudo para punir os culpados e era temido pelos magistrados. O perfil descrito por Compagni tem diversas semelhanças com a descrição de Bruni¹⁵³, no entanto, as diferenças são demasiado acentuadas para passarem despercebidas. O Giano della Bella de Bruni é descrito e apresentado como uma figura próxima de uma espécie de "herói republicano", ao passo que Compagni mostra uma personagem mais complexa, ao mesmo tempo preocupada com a punição de malfeitores e pouco apegada aos limites estritos da lei. Esses elementos parecem reforçar a ideia de que a personagem de Giano criada por Bruni, forte, reta e acima de qualquer suspeita, bastaria para fazer as mudanças que ocorrem na cidade e, assim, não seria necessário explicar as intrincadas tramas dos conflitos internos em Florença; ou, talvez, elas não sejam necessárias porque não tenham "nenhuma utilidade ao leitor" - como constata Maquiavel sobre Poggio e Bruni.

Apoiado no relato dos cronistas e na *História* de Bruni, Maquiavel reforça o papel de líder de Giano della Bella na criação dos Ordenamentos de Justiça, mas como quem "estimulou os chefes das Artes a reformar a cidade" e aconselhou na criação das leis (Maquiavel, 2007, p. 96). Embora, com elas, Giano tenha granjeado muito ódio dos poderosos e tenha sido reconhecido pelo povo como seu inventor, em nenhum momento, na *História* do secretário florentino, Giano aparece como o único responsável pelos Ordenamentos, nem como o responsável por todas as mudanças na cidade. Ao contrário, Maquiavel mostra como os conflitos internos levam a cidade a diversas transformações, mesmo que muitas delas sejam prejudiciais para a república.

¹⁵² O efeito prático descrito por Compagni guarda fortes semelhanças com operações judiciais vistas no Brasil do século XXI, especialmente a partir de 2013. Assim como na Florença do século XIII, o regime político brasileiro sofreu grandes abalos por conta de tais operações.

¹⁵³ "Giano della Bella, que mostrou grandeza e sabedoria durante aquele tempo conturbado. Ele descendia de ancestrais distintos, mas era um homem de moderação e fortes simpatias populares." (Compagni, 1968, p. 5)

Ao falar sobre a liberdade da cidade, ao contrário do chanceler humanista, Maquiavel mostra como a exclusão política de uma parte da cidade é a "ruína dos nobres" e, também, por acabar com o conflito entre os dois humores, a ruína da própria república. No primeiro capítulo do livro III, Maquiavel apresenta as inimizades entre o povo e os nobres como graves e naturais, causadas pela vontade de comandar dos nobres e pela vontade de não serem comandados do povo, e compara essa inimizade e seus efeitos diversos em Roma e em Florença: na primeira, causou desunião e levou a disputas que terminaram em leis e aumentaram a *virtù* militar; na segunda, levou à divisão da cidade e a combates que terminaram em mortes e em exílio e extinguiram a *virtù* militar. Os conflitos, em Roma, levaram a leis e não, como em Florença, à exclusão de uma parte da cidade. O desejo do povo romano de não ser oprimido não levou à exclusão política dos grandes, como aconteceu em Florença. "Tal diversidade de efeitos só pode ser causada pelos diferentes fins que os dois povos tinham em mira: porque o povo de Roma desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres" (Maquiavel, 2007, p. 158). Essa vontade do povo de governar sozinho leva à desunião e, logo, à ruína da república.

"Assim como para Bruni, para Maquiavel os juízes e as leis são os fundamentos da liberdade, mas a censura que Maquiavel faz à construção da liberdade florentina (ao mesmo tempo à liberdade histórica e à do conceito humanista) diz respeito à necessidade da ampliação da liberdade e reside na avaliação que ela foi forjada pela exclusão dos nobres dos cargos públicos (desejo injurioso), criando os mecanismos de exclusão e o contínuo facciosismo florentino. Para ele, a república apenas pode existir quando a autoridade é dividida entre os que a desejam, seja por si mesma ou por garantia de segurança, e têm força para obtê-la. Se isso for alcançado, a república será livre." (Aranovich, 2014, p. 72)

A liberdade florentina, segundo Maquiavel, é baseada na exclusão de uma parte. Como avalia Aranovich, esse comportamento do povo de Florença seria faccioso e não republicano. Giano, portanto, sendo o principal responsável pelos Ordenamentos de Justiça, seria o porta-voz não da liberdade, mas do facciosismo, que levaria Florença à ruína, segundo o secretário florentino.

Assim, vemos que Maquiavel não coloca Giano della Bella como o campeão da liberdade republicana, como parece fazer Bruni. Ao invés disso, Maquiavel mostra como Giano defendeu uma liberdade excludente, ou seja, uma liberdade baseada na exclusão de uma parte da cidade, uma liberdade mais próxima da lógica das facções do que do republicanismo.

Além do papel que Giano della Bella exerce na cidade e sua participação nos Ordenamentos de Justiça, outro ponto divergente entre os autores que vimos é em relação ao desfecho de sua história. Em cada um dos autores o final da história de Giano é apresentado de uma maneira, permitindo interpretações que reforçam o papel que Giano desempenhou para Bruni e para os demais autores.

2.3.2.2 O desfecho de Giano della Bella

O desfecho da história de Giano em cada um dos autores também é significativo para entendermos o papel que essa personagem desempenha nas histórias e crônicas.

Na *História* de Bruni, a briga entre alguns nobres que levou à morte de um popular foi o ponto de partida para a ocasião que os poderosos queriam para atacar Giano. Sem entrar em detalhes sobre a briga e os nobres nela envolvidos, Bruni descreve como o julgamento do *podestà* desagradou a multidão, que queria a condenação de quem foi inocentado, e por isso correu para a casa de Giano, reputado como o defensor da liberdade, pedindo que ele interviesse na questão. Não querendo assumir a liderança desse movimento do povo comum [*plebis*], ele os aconselha a procurar os Priores e o Gonfaloneiro de Justiça, mas a multidão não lhe obedece e, como vimos, ataca a casa do *podestà*. A partir desse episódio, Giano passou a ser acusado pela nobreza e por partes do povo de incitar a revolta da multidão. Essas acusações dividiram a cidade e fizeram o povo comum [*plebis*], armado, colocar-se ao lado de Giano contra os acusadores, dizendo que, com eles, ele não deveria temer seus inimigos. Dessa forma é descrito o clima de tensão na cidade, por Bruni; clima que quase levou a um conflito interno muito violento. Nesse ponto, o chanceler humanista mostra o respeito de Giano pelas autoridades públicas e instituições e sua disposição de poupar a cidade, exilando-se voluntariamente para evitar o conflito¹⁵⁴. Giano então deixa a cidade e confia que sua inocência será provada. Como vimos, logo que deixa Florença, seus familiares são condenados e ele não retorna mais para sua cidade, que tanto teria defendido dos poderosos em favor da liberdade.

¹⁵⁴ "Eu prefiro ceder às calúnias e invejas dos meus inimigos. De minha parte, sou um advogado e defensor dos tribunais, e ninguém poderá dizer que tive intenção de agir contra eles com violência; tampouco servirei de exemplo para que qualquer cidadão pegue em armas contra as autoridades públicas. Minha inocência e os benefícios que conferi ao povo me oferecem boa esperança de que eu retorne" (Bruni, 2001, p. 383).

O próprio desfecho da história de Giano della Bella em Bruni é o de uma personagem muito consciente de seu papel como cidadão e de sua responsabilidade com a cidade. Seu autoexílio é retratado por Bruni como uma espécie de sacrifício heroico de Giano para "salvar" a cidade de um conflito muito perigoso e sua condenação como uma injustiça cometida contra ele. No entanto, pouco tempo depois de sua atitude, Florença novamente vive a iminência de um conflito armado entre suas partes. Dessa segunda vez, contudo, não há mais um patrono da liberdade que possa salvar a cidade, abrindo mão de sua posição ou deixando a cena do conflito. Esse segundo conflito também não acontece, o que poderia sugerir que Bruni está diminuindo a decisão de Giano de deixar a cidade ou que essa atitude de Giano não teria sido tão importante, uma vez que o conflito não foi desencadeado mesmo depois da tensão ressurgir após sua partida. Das duas formas, o desfecho de Giano, em Bruni, sugere, mais uma vez, a atitude excepcional de uma personagem única na cidade, não o resultado de conflitos internos. O próprio caso que dá origem a toda armação dos poderosos contra Giano é pouco explicado em Bruni, diferente do que acontece nos demais autores, como veremos.

Em Villani, no ano de 1294, após a briga entre alguns nobres que leva à morte de um popular, a condenação de Simone Galastrone, ao invés de Corso Donati, dá a oportunidade dos magnatas [*grandi*] acusarem Giano, em conluio com o Piores, de ter dirigido o povo miúdo [*popolo minuto*] contra o *podestà* responsável pela sentença. Com essa acusação, o povo miúdo vai à casa de Giano oferecer a ele proteção e dizer que combateria os grandes ao seu lado. Entretanto, Giano, "que era sábio homem, e um pouco pretensioso", vendo que a força dos poderosos era muito grande e que já estavam armados e reunidos com os Piores, "não quis se aventurar na batalha cidadina" (Villani, 1834, p. 177). Em cinco de março, Giano deixou a cidade esperando que o povo o trouxesse de volta ao governo [*istato*]. Depois de sua saída, outros cidadãos foram também condenados e exilados, e ele mesmo não retornou mais a Florença.

Villani acrescenta que Giano era o mais leal e direito popular de Florença, mesmo que fosse um tanto pretensioso e "quisesse fazer sua vingança, como fez alguma com seus vizinhos, os Abbati, com o braço da comuna" (Villani, 1834, p. 177); e que sua história pode servir de grande exemplo aos cidadãos, que não queiram ser senhores de seus concidadãos, pois em Florença quem "tentou se fazer representante do povo ou do universal [*università*] foi abatido" (Villani, 1834, p. 178). Giano é retratado, assim, como um cidadão reto e leal, mas que tem também seus próprios interesses e pretensões. Além disso, sua decisão de deixar a cidade não teria sido puramente por

respeito às instituições, mas também fruto de um cálculo das forças implicadas, dos potentes e da sua própria com o apoio do *popolo minuto*. Pela crônica de Villani, parece possível que, se fosse outra a conjuntura das forças dispostas em ambos os campos, Giano tivesse decidido pela luta contra as instituições. Com a ausência de Giano, Villani diz que a cidade ficou em poder dos potentes e do povo grande [*popolani grassi*], o que mostra que Giano realmente tinha um papel importante na defesa do povo florentino, embora não fosse essa personagem irrepreensível narrada por Bruni.

Ainda outros elementos são apresentados por Dino Compagni em sua crônica, que relata com muitos detalhes o rigor com que foram seguidos os Ordenamentos de Justiça pelo primeiro Gonfaloneiro (ele próprio) e como isso levou os poderosos a se unirem para atacar essas leis e seus defensores, entre eles, Giano della Bella. Giano é retratado por Dino, como vimos, como um homem temido pelos magistrados e que não via limites para a punição dos culpados, mesmo que, para isso, tivesse de atuar além dos limites das leis. Esse retrato, por si só, já mostra quão distante a personagem de Giano é, tanto em Dino quanto em Villani, da personagem apresentada por Bruni.

Dino Compagni relata a conspiração dos poderosos com os açougueiros para acusar Giano e sua própria intervenção em favor deste, percebendo a armadilha que se armava contra della Bella. Contudo, mesmo seguindo o conselho de Dino, Giano, "mais ousado do que sábio", se indis põs com o Conselho e abriu caminho para que o conluio contra ele prosseguisse. A ocasião para que Giano fosse finalmente culpado surgiu, como em Bruni e Villani, com o conflito entre Donati e Galastrone, em que o último foi condenado, a despeito da pressão popular. Diferente do que narra Bruni, o povo, indignado com a sentença, não procura Giano, mas vai diretamente à casa do *podestà*. Giano, ao saber do perigo que corria o magistrado, tenta dissuadir a multidão, acreditando que o povo o escutaria. No entanto, ao invés de convencer a multidão, Giano é por ela obrigado, com as lanças do povo apontadas para ele, a desmontar de seu cavalo e voltar para sua casa. Depois desse tumulto, como vimos, todos culpam Giano, que é aconselhado a deixar a cidade. Dino apresenta um desfecho muito menos honrado para Giano do que o apresentado por Bruni, em que um cidadão muito consciente decide evitar um violento conflito interno e sai voluntariamente da cidade. Em Compagni, Giano não tem muitas alternativas, cercado que estava pela raiva dos poderosos e pela inveja de uma parte do povo e desprezo de outra. Assim que deixou a cidade, Giano foi julgado culpado. Sem Giano, Compagni admite que o povo perdeu liderança e ficou sem iniciativa, atestando a importância dessa personagem para a cidade. No entanto, as divergências

em relação ao desfecho da história de Giano della Bella, mostram as diferenças entre as narrativas de Bruni, Villani e Compagni. Enquanto Bruni relata que a decisão de Giano de deixar a cidade teria sido para preservá-la de um conflito por sua causa (embora tenhamos visto, em Bruni, que a situação volta a ser de extrema tensão mesmo após sua partida), Compagni relata que Giano é aconselhado a sair da cidade por Magalotti, que tinha interesse em diminuir sua influência, e aceita sem perceber a armadilha que lhe preparavam. O grande herói republicano de Bruni não é reconhecido nem em Villani, nem em Compagni. Neste último, podemos novamente ver uma personagem mais complexa, preocupada com o cumprimento da lei, mas que é capaz de agir fora de seus limites e que não percebe a diminuição da própria influência sobre o povo.

O desfecho da personagem de Giano é também muito significativo em Maquiavel. O secretário florentino mostra, após narrar a criação dos Ordenamentos de Justiça, como esse comportamento do povo e, especificamente, de Giano della Bella, acabou em exílios. Com ódio pelo responsável por sua exclusão política, a nobreza não perdeu a chance de acusar Giano assim que a oportunidade se apresentou. Narrando o episódio da briga entre Donati e Galastrone, Maquiavel conta como o povo, logo que soube da condenação de Galastrone, correu à casa de Giano (segundo a narrativa de Bruni) e foi por ele orientado a procurar os Piores. Indignada, a multidão não seguiu seu conselho e atacou o palácio do *podestà*. Isso deu a oportunidade para que os inimigos de Giano o acusassem de guiar a população contra o magistrado. Maquiavel segue as narrativas que vimos e diz que, sabendo da acusação, o povo armou-se e ofereceu ajuda a Giano contra o Priorado. Seguindo mais uma vez a linha de Bruni, Maquiavel mostra uma personagem muito preocupada com a pátria nessa situação: "Giano não quis experimentar tais favores populares, nem pôr sua vida nas mãos dos magistrados, porque temia a maldade destes e a instabilidade daqueles; de tal modo que, para tolher aos inimigos a ocasião de ultrajá-lo e aos amigos a de ofender a pátria, decidiu partir e deixar lugar à inveja, livrando os cidadãos do temor que tinham dele (...)" (Maquiavel, 2007, p. 97). Para não correr o risco de ser ultrajado por magistrados que pareciam mal-intencionados e nem oferecer ocasião para o povo agir contra o Priorado, atentando contra a ordem institucional, Giano "escolheu o exílio voluntário". Maquiavel parece seguir a narrativa de Bruni e mostrar uma personagem muito zelosa de suas responsabilidades civis, preocupada com a república, mesmo que em prejuízo próprio. A sequência dos acontecimentos narrados pelo secretário florentino, no entanto, mostra outro lado dessa história.

Após o exílio de Giano, como narra Maquiavel, a nobreza se uniu com esperança de recuperar sua dignidade e enviou representantes ao Priorado, pedindo que as leis dos Ordenamentos fossem abrandadas. Tomando conhecimento do pedido dos nobres e com receio de que os Priores o aceitassem, o povo se armou, o que também levou os nobres às armas. Estando a cidade pronta para o combate direto, de forma ainda mais perigosa do que na ocasião que levou Giano a escolher o exílio, alguns populares, nobres e religiosos de boa fama começaram a pacificar a situação. Esses conciliadores conseguiram aquilo que Giano só conseguiu temporariamente exilando-se, e as armas foram depostas, mas não as suspeitas. Populares e nobres, com mútuas suspeitas de parte a parte, chegaram a um termo médio e, assim, "nunca o estado de nossa cidade foi melhor e mais feliz do que naqueles tempos (...); e, embora entre os nobres e o povo houvesse alguma indignação e desconfiança, tais coisas não produziam nenhum efeito maligno, e todos viviam unidos e em paz" (Maquiavel, 2007, p. 101). A saída de Giano da cidade (seu exílio voluntário) não produziu um efeito negativo em Florença, mas, ao contrário, levou a um arranjo nos Ordenamentos que não excluía completamente os nobres da participação política. Nobres e populares viviam em estado de pacífica "indignação e suspeita", que levou à união da cidade e ao melhor estado que Florença viveu. A tensão pacífica entre os dois humores não produziu os efeitos facciosos que foram produzidos pela ação do criador dos Ordenamentos e sua própria presença na cidade tornou-se dispensável.

Vemos assim que, embora siga as linhas gerais da narrativa de Bruni, Maquiavel dá outro tom ao episódio dos Ordenamentos de Justiça, contrapondo sua concepção de liberdade republicana à de Bruni. A liberdade baseada na exclusão de uma parte, em Bruni, é um comportamento faccioso, para Maquiavel. O conflito entre os humores opostos da cidade, natural a todas elas, quando gera leis, reforça a república, no entanto, quando gera combate e exílio, leva à ruína dela. O conceito de liberdade¹⁵⁵ como o desejo do povo de não opressão, em Maquiavel, não é o desejo de excluir os grandes da vida política, como defende Giano em Bruni. O povo, como ressalta Bignotto, é "a melhor guarda para a liberdade"¹⁵⁶, porque tem o desejo natural de conservá-la, não de ser ele o opressor. E como podemos ver em Maquiavel, após o exílio de Giano, o estado

¹⁵⁵ Não é o caso de discutir aqui a natureza do desejo do povo em Maquiavel. Para o debate sobre a negatividade desse desejo em Maquiavel, ver Adverse, H. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*. Marília: Trans/Form/Ação vol.30 n. 2, 2007; Ames, J. L. *Liberdade e conflito - O confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel*. Belo Horizonte: Kriterion, vol. 50, n. 119, 2009. Para uma visada mais ampla: Bignotto, N. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991, pt II e III.

¹⁵⁶ Bignotto, N. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 105.

de desconfiança mútua entre povo e grandes foi benéfico para a cidade, sem a exclusão de uma das partes.

Através da análise dos cronistas, de Bruni e de Maquiavel sobre o episódio dos Ordenamentos de Justiça, esperamos que tenha sido possível indicar algumas referências de Maquiavel e, em alguma medida, o quanto o secretário florentino explora esse episódio em uma chave distinta daquela de seus predecessores. Na sequência, investigaremos se algo semelhante ocorre também em relação às narrativas sobre o episódio dos *ciompi*.

Capítulo 3 – A revolta dos *Ciompi*

3.1 Introdução

A revolta dos *ciompi* possui documentação farta e muitos comentários e análises. A revolta desses trabalhadores ocupa parte central da *História de Florença*, de Maquiavel, e parte também importante da *História do Povo Florentino* de Bruni. O movimento dos cardadores e demais trabalhadores das camadas mais baixas da população de Florença foi um marco na história da cidade, tanto por seu caráter reivindicatório e político - o que será discutido ao longo deste capítulo -, quanto pelas grandes mudanças que provocou na constituição da cidade - mudanças temporárias, como veremos. Por sua grande importância, esse movimento tem lugar de destaque nas obras citadas e também em outro tipo de relato, relativamente comum na Florença do XIV: as crônicas. A tradição cronista da cidade, mais conhecida pelas crônicas dos Villani, tem muitos outros exemplos de relatos de momentos da vida cidadina e, entre outros temas de destaque, o movimento dos *ciompi* é bastante retratado.

As crônicas são parte importante do material usado por Bruni e Maquiavel para a escrita de suas histórias. Como veremos, muitos dos episódios narrados pelos autores estão fortemente ancorados nas crônicas que examinaremos. Para nosso propósito, escolhemos duas crônicas que relatam, entre outros temas, a revolta dos *ciompi* e são apontadas como duas das principais fontes de Bruni¹⁵⁷. É possível perceber, ao longo da leitura, o quanto essas crônicas constituem também fontes importantes para Maquiavel. Através do exame dessas narrativas, identificamos alguns elementos-chave na discussão relativa ao movimento dos *ciompi*, como sua origem e sua reivindicação por igualdade e participação política.

Como observaremos neste capítulo, a origem desse movimento dos trabalhadores é apresentada de formas diversas pelos cronistas e pelos filósofos-historiadores. Bruni destaca o papel individual de Salvestro de Medici, enquanto Stefani mostra como Salvestro estava ligado a um grupo de cidadãos que já articulava essa pauta antes mesmo de Salvestro ser Gonfaloneiro.

¹⁵⁷ Essas duas crônicas são apontadas por Hankins como duas das mais importantes fontes para Bruni. Bruni, *História*, tradução e notas de Hankins, vol 3, p. 413, nota 3 da tradução. O próprio Hankins aponta outras crônicas como importantes para Bruni e há ainda muitas outras. Para nossos propósitos, dentre aquelas a que tivemos acesso, essas são, de fato, as mais relevantes.

Alguns detalhes aparecem melhor em Bruni, outros, nos relatos dos cronistas, mas é em Maquiavel que a indicação da origem do conflito dos Oito com os guelfos explicita para o leitor a trama de algumas das divergências internas da cidade, embora o secretário florentino se baseie amplamente nos relatos dos demais autores. De forma semelhante, o segundo grande eixo temático analisado nos relatos sobre os *ciompi* – a igualdade e a participação política – procura mostrar como, em todos os relatos, o desejo dos trabalhadores é ter representação política, poder tomar parte nas decisões da cidade. Uma vez mais, é possível perceber que os elementos que permitem essa leitura estão colocados em todas as narrativas - exceção feita a Poggio Bracciolini, cuja história oferece não mais do que algumas linhas aos eventos relativos aos *ciompi* -, sendo, no entanto, mais claramente articulados e demonstrados na *História* de Maquiavel. O secretário florentino, muito baseado nas crônicas aqui destacadas, evidencia as disputas internas e os conflitos que levaram ao desenlace do tumulto.

Para que possamos analisar as distintas exposições relativas ao movimento desses trabalhadores, começaremos o capítulo com a apresentação dos ‘tumultos’ em Bruni, expondo sua narrativa sobre os fatos. Após a versão de Bruni, veremos as perspectivas de Alamanno Acciaiuoli e Marchionne di Coppo Stefani, cujas crônicas apresentam diversos elementos aproveitados por Bruni e que serão, depois, também incorporados por Maquiavel. Em seguida passaremos rapidamente pela história de Poggio, que pouco espaço dedica a esses eventos e, por fim, chegaremos à *História* de Maquiavel, que, como dissemos, articula os eventos às disputas internas e mostra ao leitor de forma clara as motivações desses conflitos internos da cidade. Após a apresentação das narrativas, retomaremos as questões centrais do capítulo: a análise sobre a origem da revolta e a reivindicação de igualdade e participação.

3.2.1. Os fatos: Bruni

Logo no início do livro IX, quando a narrativa começa a tratar do ano de 1378, Bruni aponta a importância do tema que será abordado nas próximas páginas de sua *História*: “Discórdia interna, logo depois da paz externa, levou a cidade à desordem, como nunca antes” (Bruni, 2007, p. 3). A origem dessa discórdia é apontada por Bruni na escolha dos Oito¹⁵⁸ que seriam responsáveis por

¹⁵⁸ Os chamados Oito Santos foram oito homens apontados por Florença para coordenar os negócios da guerra contra "as malícias dos clérigos", em 1375, com poderes públicos e sem necessidade de prestar contas à cidade (Bruni, *História*, p. 485 livro 8. Hankins afirma na nota 75 de sua tradução da *História* de Bruni, p. 569: "This was the famous otto di balia, an emergency commission with

supervisionar a guerra contra o papa Gregório XI. Esses representantes, escolhidos por sorteio ou designados, aparentemente eram favoráveis à plebe [*appeared to favor the plebs*]. Por isso, a escolha desses cidadãos desagradou alguns dos grandes, a princípio; mas, esta má vontade com eles cresceu à medida que suas magistraturas foram estendidas repetidamente. Além disso, a interdição da cidade pelo Papa e as injúrias sofridas pelos florentinos em diversas partes da Europa fizeram com que as críticas aos Oito crescessem muito em Florença. “Mesmo assim, a plebe e outras partes dos cidadãos apoiavam os Oito e seguiam seus feitos com inacreditável boa vontade” (Bruni, 2007, p. 3).

Para diminuir seu poder e o de seus apoiadores, os grandes começaram, através dos capitães guelfos, a reanimar a antiga querela cívica para excluir os Oito dos cargos públicos, acusando-os de terem ancestrais gibelinos. Com isso, os grandes conseguiram a simpatia da nobreza [*nobilitatis/nobility*] florentina, que estava ansiosa para tirar os homens populares do poder. Bruni adverte que, nessa ação, não tiveram nem moderação nem restrição, o que afetou muitos cidadãos, indiscriminadamente. Nesse momento da narrativa, Bruni critica também a instituição da advertência [*Admonition*], o aviso a um cidadão que ele não poderia assumir cargos públicos por não ser "confiável". Aqueles assim considerados eram designados como *ammoniti*. “É incrível como essa lei de advertência, exercida de forma arbitrária por inúmeros cidadãos imoderados, e em tempos de guerra, sacudiu a cidade e deixou sua constituição em condições precárias” (Bruni, 2007, p. 3-5).

Mesmo com a morte do Papa Gregório XI em abril de 1378, o estado de tensão pelas disputas internas continuava na cidade. Como a lei da advertência era uma grande fonte de discórdia, em maio do mesmo ano, o então Gonfaloneiro de Justiça, Salvestro de Medici, decidiu fazer uma reforma na cidade para, segundo Bruni, controlar (pôr freio a) essa lei¹⁵⁹. Contudo, quando ele propôs a sua petição – que nem todos os cidadãos pareciam aceitar –, a fúria da plebe e da multidão da cidade¹⁶⁰ [*the plebs and the city mob*], que estavam há tempos sendo hostilizadas,

full powers to oversee the war effort; the eight members of the commission became known as the "Eight Saints", hence the war against the papacy (1375-78) became known as the War of the Eight Saints." Por sua astúcia, os Oito Santos, que eram homens excepcionais e engenhosos, logo mostraram resultado. Eles não fizeram nada muito agressivo nem óbvio, mas foram, sem chamar a atenção, aos poucos, falando com as outras cidades e fazendo alianças. (Bruni, 2007, p. 485)

¹⁵⁹ "(...) Salvestro de Medici, who was the Standard-Bearer of Justice at that time, decided to reform the state and rein in the Law of Admonition". (Bruni, 2007, p. 5)

¹⁶⁰ "*plebs ac multitudo urbana*", no original em latim (Bruni, 2007, p. 4). Até a página 7 Bruni fala de plebe e multidão urbana, na página sete se refere às duas como multidão e depois, ainda na 7, volta a falar de plebe e multidão. Na página 11, volta a juntar tudo em multidão, aqueles que se opõem a Michele di Lando [no inglês *mob*, no latim *multitudo*]. Na página 13, também aparece multidão, depois multidão plebeia (*multitudo plebis*). Na página 14, aparece multidão de novo, aquela que está atacando o Palácio

explodiu e as casas daqueles que estavam usando a lei da advertência foram queimadas por eles. A multidão teria também matado esses homens se os tivesse capturado, mas eles fugiram com medo. Assim, segundo Bruni, a lei de Salvestro foi aprovada e as advertências tiveram fim. Depois de tal explosão na cidade, alguns membros da classe que havia sido expulsa pela multidão foram banidos e alguns exilados, e foram proibidos perpetuamente de participar das magistraturas da cidade; um conselho de oitenta homens foi escolhido para ouvir as reclamações dos advertidos e arrumar qualquer problema que tivesse restado.

No entanto, quando o novo Priorado assumiu e levou adiante as reformas estabelecidas pela nova lei, a multidão da cidade, “a maioria de homens pobres das classes mais baixas” (Bruni, 2007, p. 5), principalmente a ínfima plebe¹⁶¹, já despertada pela discórdia entre os Grandes, começou a fazer reuniões noturnas para discutir como poderiam reivindicar magistraturas para eles próprios. Nesse processo, “eles concordaram em buscar uma guilda própria na cidade e um lugar no Priorado” (Bruni, 2007, p. 5). Quando isso chegou ao conhecimento dos priores, eles ordenaram que quatro representantes dessa multidão fossem levados até eles para dar explicações e, depois, todos foram punidos por terem organizado reuniões privadas para discutir mudanças constitucionais. A plebe e a *multitudo* então cercaram o Palácio dos Priores e exigiram o retorno dos capturados, ameaçando os magistrados. Como isso não aconteceu, eles incendiaram a casa de Luigi Guicciardini, o então Gonfaloneiro de Justiça. Entendendo isso como uma vitória, a multidão correu pela cidade incendiando casas de ricos em vários locais. “O magistrado que havia sido escolhido pouco antes para suprimir o levante foi arrastado para a praça da Senhoria, enforcado na frente dos Priores e teve o corpo cortado em pedaços” (Bruni, 2007, p. 7).

No dia seguinte, crescendo em tamanho, a *multitudine*¹⁶² atacou e saqueou o palácio do *Podestà* e voltou ao Palácio dos Priores, forçando-os a abdicar de suas magistraturas e mandando-os para suas casas como cidadãos comuns, destituídos de sua autoridade. Na sequência:

“A própria multidão então entrou no Palácio como vitoriosa e escolheu como portador do Estandarte da Justiça Michele di Lando, homem da ínfima plebe; e queimou todas as bolsas que continham os nomes dos candidatos às magistraturas. No mesmo dia uma assembleia do povo foi chamada e passou inúmeras novas leis relativas ao governo da cidade. A principal inovação era que

a mando dos Oito de S. Maria Novella. Na página 15, Bruni diz que esse estado durou três anos, com a plebe e uma classe de homens medianos.

¹⁶¹ "(...) *multitudo urbana, egentes plerique ac ex minima plebe homines* (...)" (Bruni, 2007, p. 4)

¹⁶² A *multitudine* envolve aqui a multidão urbana (o *popolo minuto*) e a plebe (mão de obra desqualificada).

o Estandarte da Justiça deveria, em perpetuidade, ser escolhido apenas das classes mais baixas [da ínfima plebe, no latim]”. (Bruni, 2007, p. 7)

Novas guildas foram criadas na cidade e o poder de escolher novos priores foi entregue a Michele di Lando, o portador do Estandarte da Justiça, junto com representantes das guildas. Foram escolhidos representantes de toda cidade, com a prevalência da plebe e da multidão. Depois, foram refeitas as bolsas de sorteio para as magistraturas, com muito cuidado. Presentes no sorteio estavam os priores, o Gonfaloneiro de Justiça, os Estandartes das milícias populares, os Oito de Guerra e um representante de cada guilda, acompanhados por Salvestro de Medici e Benedetto de Alberti, ambos elevados a cavaleiros. Muitos opositores foram exilados e outros banidos por um determinado tempo.

Enquanto isso ocorria na cidade, novos levantes aconteciam a cada dia, como, diz Bruni, se esperaria no caso de uma cidade populosa como Florença e uma animada multidão com crescentes expectativas. Alguns aproveitaram para saquear os ricos, outros para vingar-se dos inimigos e outros ainda para adquirir poder pessoal. Sobre esse momento, Bruni comenta:

"Esse estado de coisas pode servir como um exemplo externo e aviso para os cidadãos que lideram as cidades sobre como eles não deveriam permitir agitação civil e que forças armadas sigam os caprichos da multidão. Pois, ela não pode ser freada uma vez que comece a agarrar as rédeas e perceber que é mais poderosa, sendo a mais numerosa" (Bruni, 2007, p. 9).

Para evitar isso, Bruni diz que o mais importante de tudo é estar atento às sedições que têm origem nos principais cidadãos, porque elas terminam se deslocando deles para as classes mais baixas.

"Todos admitiram que as leis de advertência eram destrutivas e odiosas. Mas quando Salvestro de Medici - um homem de uma grande família rica e nobre - quis retificar as leis, ele cometeu um erro ainda maior e causou uma corrupção ainda maior na república. Sem ele acreditar, querer ou planejar que isso ocorreria, os pobres, os trabalhadores e os homens de ínfima condição se tornaram senhores da cidade"¹⁶³. (Bruni, 2007, p. 9)

¹⁶³ "(...) the poor, the workers and men of the lowest condition made themselves lords of the city".

Para Bruni, querendo socorrer alguns homens que haviam sido advertidos, Salvestro acabou com sua posição social, sua própria família e muitos outros em situação semelhante, pois não seria possível conter os criminosos empobrecidos que pegaram em armas furiosos, desejando a riqueza dos homens ricos e honrados e cujo único objetivo era o saque, a destruição e o exílio dos cidadãos. Como o texto de Bruni indica, o chanceler acredita que o movimento dos trabalhadores e da ínfima plebe teria como únicos objetivos a pilhagem e o exílio¹⁶⁴ dos cidadãos e teria conseguido acabar com a cidade, se não fosse a atitude de Michele di Lando.

"De fato, se a virtude e constância do Gonfaloneiro de Justiça Michele di Lando não tivesse barrado seu caminho [dos empobrecidos criminosos], a cidade teria sido destruída. Eu ousou dizer que foi por providência divina que esse homem foi colocado como encarregado da cidade durante esses tempos turbulentos, apesar dele ser da classe mais baixa da plebe e descendente da classe trabalhadora. Ele sempre se opôs aos desejos indignos da multidão, restringindo-os sob seu conselho, exortação e castigo. Ele possuía uma espécie de autoridade natural e não era de aparência ignóbil; além disso, ele havia passado muito tempo na juventude no serviço militar. Assim, não sem alguma crueza em sua maneira doméstica, ele era um homem hábil graças à sua experiência fora, bem informado e astuto na condução da cidade" (Bruni, 2007, p. 9-11).

Nos últimos dias da magistratura de Michele di Lando, diz Bruni, a multidão se reuniu novamente, pegou em armas e foi ao Palácio dos Piores. Com a praça tomada por homens armados, eles exigiram aos gritos que os priores descessem para uma assembleia para aprovar algumas leis. "Mas as leis que eles queriam passar eram perniciosas e injustas (...). Os priores permaneceram firmes dentro do palácio e não deram atenção aos gritos da multidão, como fizeram seus predecessores, nem permitiriam que a multidão entrasse no palácio." (Bruni, 2007, p. 11) Ao invés disso, eles fecharam as portas e guardaram as entradas, respondendo de cima do palácio que a multidão deveria sair imediatamente e depor suas armas, que o trabalho de aprovar as leis seria dos Piores. "Apesar da multidão se dispersar dessa forma, ela começou a pensar que havia sido enganada e passou a fazer reuniões ainda maiores" (Bruni, 2007, p. 11). A multidão, então, selecionou um conselho de oito homens de ínfima condição e deu a eles notários e atendentes, como legítimos magistrados, e escolheram outros cidadãos para serem seus conselheiros. "Depois começaram a tratar das coisas da cidade, e muitas coisas foram ordenadas e providenciadas. E por

¹⁶⁴ Bruni, 2007, p. 9.

medo, sua autoridade cresceu, de forma que os Oito da guerra e outros importantes cidadãos da cidade não iam até eles sem reverência”.¹⁶⁵

A cidade passou assim a ter dois priorados, um oficial da cidade e outro formado pela multidão, o que levou a cidade, diz Bruni, a uma grande confusão e desesperança. Os novos oito priores, apoiados por uma multidão de homens armados, começaram a ser mais considerados do que os priores oficiais e chegaram a um tal grau de audácia que enviaram alguns de seus comandantes, acompanhados de notários, para exigir que os priores oficiais jurassem obediência a eles.

"Quando os atendentes dos Oito chegaram em frente aos priores, explicaram seu mandato e exigiram o juramento, o resto estava com medo e pronto para jurar, mas o Gonfaloneiro de Justiça, irado, sacou sua espada e correu para cima deles, cortando e ferindo um deles no rosto e lanceando o outro com a ponta de sua arma. Ele perseguiu os outros e os jogou escada abaixo. Os cidadãos então se juntaram e os bons homens formaram eles mesmos um corpo, enquanto Michele di Lando em pessoa foi à frente armado, portando o gonfalão de Justiça e montando um belo cavalo.” (Bruni, 2007, p. 13)

Preparado para a luta, Michele di Lando conduziu os cidadãos armados para o outro priorado, o da multidão. Mas ao chegar lá, não os encontrou. Estes, ao saberem dos insultos sofridos pelos seus emissários no Palácio dos Priores haviam ido para lá com seus homens armados. Ambos os priorados partiram pela cidade em grandes colunas, pegando cada um uma rota diferente, e não se encontraram. O Gonfaloneiro de Justiça, então, retornou ao Palácio e lá, finalmente, encontrou os Oito e a ínfima plebe [*infimam plebem*] armada. Uma enorme multidão, vinda de todos os cantos da cidade e das oficinas [*officina*], havia ocupado a praça e tomado a plataforma dos discursos¹⁶⁶. Sendo eles os responsáveis por muitos incêndios e pilhagens nos dias anteriores, tinham uma aparência aterrorizante e acreditava-se que eles tinham a república em suas mãos.

O Palácio, contudo, estava protegido em nome do Gonfaloneiro de Justiça e dos priores, Michele di Lando o havia deixado bem defendido e, quando ele retornou com seus homens armados, seus apoiadores começaram a atacar a multidão plebeia [*multitudo plebis*]:

¹⁶⁵ Bruni. *Istoria Fiorentina*. Tradução: Donato Acciaiuoli. Florença: Felice le Monnier, 1861. p. 474. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_99N_XEhMs5EC/page/n533.

¹⁶⁶ Uma plataforma de madeira feita no alto do palácio para os Priores se dirigirem à multidão na praça.

"Quando o Gonfaloneiro retornou com sua companhia, a multidão plebeia começou a ser atingida por pedras e lanças vindas dos andares mais altos, e os bons cidadãos que haviam se juntado ao Gonfaloneiro entraram em formação e atacaram a multidão. Dessa forma, sendo a multidão atingida por cima e pressionada por igual número e com grande força por baixo, ao final foi esmagada e fugiu. Os cidadãos perseguiram a multidão, que foi levada para fora da cidade, e acabaram com ela. Esse foi o fim das agitações da multidão e o limite do seu poder efetivo." (Bruni, 2007, p. 13-15)

Após esses acontecimentos, um novo grupo de Priores tomou posse. Em seu primeiro dia de magistratura, uma assembleia foi chamada e "tirou sua autoridade e mandou para casa os dois priores que pertenciam à ínfima plebe" (Bruni, 2007, p. 15). Outros cidadãos foram escolhidos para substituí-los, sendo um deles Giorgio Scala, um cavaleiro florentino de família nobre que havia sido recentemente advertido injustamente e, por isso, era hostil aos homens que fizeram uso da Lei da advertência. "Esse estado das coisas durou quase três anos na cidade, com a plebe e as classes médias controlando o governo e certos homens importantes que haviam se juntado a eles exercendo um papel quase dominante." (Bruni, 2007, p. 15)

Nessa mesma época, relata Bruni (fim do ano de 1378), o Papa romano Urbano VI retirou o interdito e ofereceu a paz ao povo florentino. Isso aliviou o clima na cidade, assim como pôs fim às violências da multidão. No entanto, grandes suspeitas continuavam contra os que comandavam a cidade, pois muitos dos que ficaram estavam insatisfeitos por não poder ocupar as magistraturas e também não havia dúvida de que os expulsos estariam conspirando para voltar. Tudo isso deixava os que comandavam a cidade nervosos e suspeitas de conspirações não paravam de surgir, de forma que muitos cidadãos foram punidos por tais suspeitas e muitos fugiram da cidade por medo.

No ano seguinte, em 1379, a situação externa de Florença estava tranquila, com exceção do medo dos exilados, que haviam reunido homens por toda parte e estavam ansiosos para voltar. No plano interno, uma conspiração foi descoberta e alguns homens foram presos. Um conselho de quatro homens foi encarregado de proteger a cidade, sendo que, desses quatro, dois eram os cavaleiros Tommaso Strozzi e Benedetto Alberti e os outros dois eram plebeus de origem desconhecida, segundo Bruni. Após as investigações apontarem que os suspeitos presos não tinham relação com a conspiração, os magistrados não queriam fazer nenhum mal a eles,

entretanto, seus inimigos e certos homens de ínfima condição ferozes, cobrando¹⁶⁷ esses magistrados, reuniram a plebe e não pararam até que todos os presos fossem executados à vista de toda multidão reunida em assembleia. Graças a esse derramamento de sangue, aponta Bruni, a cidade ficou em um estado miserável de medo e ódio. “Tendo punido homens grandes e inocentes dessa forma, a plebe baixou suas armas e cada um voltou para sua casa. Alguns dias depois, quando a assembleia se reuniu para preparar o sorteio dos novos Priores, eles se armaram novamente” (Bruni, 2007, p. 21). A plebe estaria, como deixa entender a narrativa, tentando controlar o sorteio dos cargos para manter sua dominância política.

Em 1380, a situação externa fica mais difícil após a cidade negar seu apoio às investidas do Rei Charles contra a rainha Joana, de Nápoles. Charles fica muito irritado com os florentinos e recusar-se a receber a oferta de Florença de quinze mil florins para apaziguar a situação. A entrega da senhoria da cidade de Arezzo ao rei piora ainda mais o clima com Florença. No plano interno, Bruni apenas mantém a afirmação de que a situação estava muito turbulenta.

No ano seguinte, 1381, a insegurança interna seguia enorme e os banimentos e exílios aconteciam quase todos os dias. Os homens bons que haviam ficado na cidade estavam escondidos, com medo. Para mostrar como as instituições estavam fragilizadas em Florença nesse momento, Bruni conta a história de Giovanni di Cambio, que é acusado sem nenhuma prova de estar tramando uma revolução com homens armados (Bruni, 2007, p. 45). A investigação mostrou que a acusação era completamente falsa e o acusador foi preso. Giorgio Scala e Tommaso Strozzi, dois dos mais importantes governantes da cidade e cavaleiros de famílias nobres, tentaram livrar o homem da prisão com pedidos e ameaças. Como nada disso fez efeito, juntaram um bando de homens armados e, de noite, resgataram o homem da prisão e só não mataram o magistrado que o havia condenado porque não o encontraram. O magistrado correu para o Palácio dos Priores, reclamou da violência e declarou sua vontade de deixar o cargo. Todo esse ocorrido pareceu absurdo para toda a cidade e os cidadãos ficaram horrorizados com o nível de perversidade e licença alcançado. Os priores não aceitaram a renúncia do magistrado e enviaram guardas para proteger sua casa com a promessa que a justiça seria feita. No dia seguinte, o magistrado mandou prender Giorgio Scala. Ao saber disso, Tommaso Strozzi fugiu.

Para acalmar a multidão, uma assembleia foi chamada e anunciou-se que muitas coisas na cidade precisavam de reparo e, para isso, deveriam ser escolhidos homens com autoridade pública

¹⁶⁷ Em latim: *magstrarum criminando*. (Bruni, 2007, p. 20)

para fazer o que fosse necessário. Com isso, diz Bruni, a multidão se acalmou e foram eleitos cem homens para essa função. Eles decretaram que os banimentos e exílios de cidadãos da república e as declarações de nobreza, desde o tempo em que Salvestro de Medici ocupou o cargo de Gonfaloneiro de Justiça, deveriam ser anulados e essas pessoas deveriam voltar. "O número de guildas foi reduzido para 21, e as duas recentemente criadas, compostas pelos trabalhadores mais humildes [anteriormente sem representação], foram abolidas. Pouco depois, houve um levante desses trabalhadores que haviam sido privados de suas guildas. Ele foi facilmente reprimido e a cidade ficou aguardando o retorno dos exilados." (Bruni, 2007, p. 49-51)

A confusão e o tumulto ainda continuaram na cidade, com banimentos e condenações. Novas assembleias eram convocadas e davam poder a alguns cidadãos, até que a cidade finalmente acabou com os tumultos e problemas e recuperou a ordem e a estabilidade¹⁶⁸, segundo o relato. Assim, as conquistas da plebe de 1378, já no ano de 1381 estavam perdidas. Na sequência da narrativa, Bruni diz que a situação interna ainda causava preocupação em 1382, mas, a partir do ano seguinte, o foco volta a ser a situação externa. Ainda em 1383, com a peste voltando a atacar a cidade, uma lei proibiu os cidadãos de deixarem Florença para que ela não fosse tomada pelas classes baixas. E assim termina a narrativa sobre a revolta da plebe¹⁶⁹.

3.2.2 Alamanno Acciaiuoli

A crônica de Acciaiuoli começa registrando quem eram os Priores no dia 18 de junho de 1378, magistratura relativa aos meses de maio e junho. Segundo Acciaiuoli, o Gonfaloneiro de Justiça, Salvestro de Medici, fez com que, nesse dia, tanto o Conselho do Povo quanto o Priorado se reunissem ao mesmo tempo. Na reunião dos Priores, Salvestro apresentou uma petição que continha os Ordenamentos de Justiça contra os grandes¹⁷⁰. Sua proposta, no entanto, não foi aprovada pelos Priores, que a refutaram com palavras fortes e não honestas¹⁷¹. Salvestro então

¹⁶⁸ A cidade volta ao domínio dos Guelfos, o que, para Bruni, significa a ordem e a estabilidade.

¹⁶⁹ Importante destacar que Bruni em nenhum momento usa o termo *ciompi*, os revoltosos são sempre as classes mais baixas, ou a plebe, ou os trabalhadores e homens de baixas condições, ou trabalhadores de condições mais humildes.

¹⁷⁰ "cavò fuori una petizione, nella quale si contenea gli ordini della giustizia di riporgli a dosso a' grandi." Cronache e ricordanze di pubblici Magistrati del giugno-luglio 1378 (Cronaca di Alamanno Acciaiuoli). In: Muratori, L.A. (Org.) *Rerum italicarum scriptores; raccolta degli storici italiani dal cinquecento al millecinecento*. Bologna 1917-1934, Tomo 18, vol. 3, p. 13.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 13.

deixou a sala dos Priores e, sem avisar seus companheiros, dirigiu-se à sala onde estava reunido o Conselho e disse as seguintes palavras: “Sábios do Conselho, eu queria hoje curar a cidade da malvada tirania dos homens grandes e potentes; e não me deixaram fazê-lo [*lasciato fare*], pois meus companheiros e colegas não consentiram” (Muratori, 1917, p. 14); o Gonfaloneiro ainda acrescentou que se não davam crédito a ele, não seguiria ocupando o cargo¹⁷². Após ter dito tais palavras, Salvestro saiu da sala e começou a descer as escadas. Na confusão instalada no Conselho, enquanto muitos discutiam entre si, alguns cidadãos tentavam impedi-lo de sair e abandonar o cargo. O cronista destaca que, durante essa desordem instaurada na reunião, um sapateiro chamado Benedetto da Carlone pegou Carlo degli Strozzi pelo peito e o ameaçou, ao que Carlo não respondeu; e Benedetto di Nerozzo degli Alberti foi à janela e gritou: "Viva o povo!" [*Viva il popolo!*], dizendo aos que estavam fora da sala que gritassem também. O rumor espalhou-se pela cidade e em pouco tempo as oficinas foram fechadas e as pessoas começaram a armar-se. Com o povo armado nas ruas, a petição de Salvestro foi aprovada. Ouvindo os rumores, os capitães dos guelfos, que estavam reunidos em seu Palácio com alguns Grandes e populares, voltaram para suas casas.

Na manhã seguinte, as oficinas não abriram e tudo na cidade ficou fechado, com guardas por todos os lados. No domingo, cada Arte reunida escolheu um representante. Na segunda-feira, o Colegiado se reuniu no Palácio com os representantes das Artes e o Priorado. Como as Artes começaram a sair às ruas armadas e gritando "viva o povo", o Conselho deu *Balia* aos Priores e aos representantes das Artes, junto com mais algumas magistraturas.¹⁷³ Enquanto, na Praça, o povo e os Gonfaldões das Artes gritavam "viva o povo!", alguns dos Gonfaloneiros roubaram e incendiaram a casa de Messer Lapo de Castiglionchio; depois, fizeram a mesma coisa na casa dos Buondelmonti, na de Bartolo Siminetti, na de Carlo degli Strozzi, no palácio dos Pazzi, na dos Albizi e nas casas de muitos outros. Autores dos incêndios, “*popolo minuto*” e as Artes ainda abriram a prisão da cidade¹⁷⁴. Muita confusão e muitos roubos aconteceram na cidade nesses dias,

¹⁷² "Savi del consiglio, io volevo oggi sanicare questa cittade delle malvage tirannie dei grandi e possenti uomini; e non sono lasciato fare, chè i miei compagni e collegi non lo consentono; il che sarebbe bene e buono stato dei cittadini e di tutta la nostra città, e non sono creduto, nè voluto udire come gonfaloniere di giustizia. E da che io non sono ubidito a ben fare, io' giudico non essere più priore, nè gonfaloniere di giustizia; pertanto io me ne voglio andare a casa mia, e fate un altro gonfaloniere in luogo mio, e fatevi con Dio." (Muratori, 1917, p. 14)

¹⁷³ "Allora si diè per lo consiglio balia generale a priori e loro collegi, a capitani della Parte, a dieci della libertà, agli otto della guardia e a predetti sindachi." (Muratori, 1917, p. 14)

¹⁷⁴ "E fatte le predette ruberie e arSIONI il popolo minuto e l'arti andarono e ruppono le carcere del comune e cavaronne fuori tutti i prigioni per ordinazione di Bardo di Guglielmo Altoriti;" (Muratori, 1917, p. 15). Nesse momento dos incêndios, o cronista cita o *popolo minuto* e as Artes, mas, alguns parágrafos acima, quando fala sobre quem ocupava a praça, o autor se refere a eles como o povo [*il popolo*], e os gonfaldões das Artes.

inclusive igrejas foram roubadas. Só não roubaram a câmara da cidade porque foram impedidos pelo Prior Piero di Fronte que, armado e a cavalo, afastou a multidão.

Na manhã seguinte, a *Balia* decidiu que os advertidos pelos capitães guelfos poderiam ter seus direitos políticos de volta, desde que eles e suas consortes [*sua consorti*] ficassem três anos sem ocupar cargos públicos¹⁷⁵. Anularam as leis que favoreciam os guelfos, feitas por Bartolo Siminetti e seus companheiros quando foram Priores, e fizeram muitos Grandes, populares e populares, Grandes¹⁷⁶.

Em 28 de junho, elegeram-se os novos Priores, que eram homens calmos e pacíficos. Entre eles estavam Alamanno Acciaiuoli e, como Gonfaloneiro de Justiça, Luigi Guicciardini. Na posse do novo Priorado, não foram feitos os tradicionais rituais na praça: "No primeiro dia de julho, os supracitados priores entraram no Palácio sem soar o sino, como era o costume; e nunca mais se ouviu dizer [de uma posse] que quando os priores entrassem não se tocasse o sino (...); na sala do Palácio, ou seja, na sala do Conselho, se fizeram todas as solenidades que se faziam fora" (Muratori, 1917, p. 17). Assim que o novo Priorado tomou posse, querendo pacificar a cidade [*volere pacificare la città*], deram ordem para que os cidadãos se desarmassem, os artesãos voltassem ao seu ofício e abrissem as oficinas e se retirassem todos os bloqueios das ruas e das portas da cidade. Tudo foi feito como ordenado e parecia, segundo o cronista, que nenhuma novidade teria mais lugar em Florença¹⁷⁷. A cidade passou dez dias nessa tranquilidade, sem qualquer rumor de inquietude.

Na sequência da crônica, Alamanno aponta que, ao final de dez dias, as Artes, soltando o veneno que lhes havia sobrado no corpo [*vollono sputare alcuno veleno ch'era loro rimaso in corpo*]¹⁷⁸, reuniram-se com os mercadores e "propuseram uma petição aos Priores por parte das artes e dos artesãos [*artefici*], na qual se requeria que qualquer cidadão que tivesse sido Prior, Conselheiro, Capitão do partido guelfo ou ocupado cargos de consulado a partir de 1310 não pudesse ser advertido por suspeita de ser gibelino"¹⁷⁹ (Muratori, 1917, p. 17). Muitos cidadãos

¹⁷⁵ O que é muito estranho, visto que as mulheres não participavam das magistraturas. "si veramente che qual fusse smunito e avessi le fave, non potessi avere, ne elli, nè sua consorti, ofizio, se non passati tre anni;" (Muratori, 1917, p. 16).

¹⁷⁶ Desde os Ordenamentos de Justiça, os grandes (nobres) estavam impedidos de participar das magistraturas da cidade, por isso, ser feito Grande tornava a pessoa inelegível de ocupar esses cargos, ao passo que o contrário permitia que ela os ocupasse.

¹⁷⁷ "E di tutto la signoria fu ubidita, e in pochissimi di tutto fu fatto, e parve che mai a Firenze nulla novità non fusse stata." (Muratori, 1917, p. 17)

¹⁷⁸ Muratori, 1917, p. 17.

¹⁷⁹ "vennono e proponono una pitizione a priori per parte dell'arti e delli artefici, nella quale conteneva, che qualunque cittadino fusse stato priore o collegio o capitano di Parte guelfa o avesse auto alcuno ufizio di consolato dal 1310 in qua, non potesse in alcuno modo essere amonito per ghibellino."

foram contra essa petição, mas ela foi aprovada por medo das Artes e dos mercadores, que já estavam armados em suas oficinas¹⁸⁰. Na manhã seguinte, no Conselho da Comuna, tudo que eles propuseram foi aprovado. Pediram, depois, que dois representantes de cada magistratura deveriam escutar as questões de interesse das Artes em uma reunião com seus representantes. E, para Alamanno, "enquanto essa tal prática seguia, continuava o fracasso de nossa cidade"¹⁸¹ (Muratori, 1917, p. 18).

Enquanto isso, "os rebeldes, a *gente minuta*¹⁸² e de condição vil, duvidando da punição pelas coisas feitas (incêndios e roubos) pela demora do castigo, foram muitos deles se reunir fora da Porta de San Piero Gattolino e acordaram em defender-se mutuamente de quaisquer ofensas sofridas na cidade"¹⁸³ (Muratori, 1917, p. 19). Para isso, elegeram representantes que ficariam atentos a qualquer ataque contra eles. Cada um deles deveria espalhar isso entre seus pares e buscar promessas de apoio.

Os advertidos que ainda não haviam recebido de volta seu direito de participação política andavam pela cidade dia e noite incitando o "popolo minuto" a uma revolta, dizendo que todos eles seriam enforcados pelos roubos que fizeram contra os cidadãos e contra as igrejas da cidade, e que o Priorado já estava tomando as providências para isso¹⁸⁴. Ao mesmo tempo, esses advertidos falavam aos Piores que, se eles quisessem saber o que realmente estava acontecendo na cidade, fora da Porta de San Piero Gattolino, deveriam convocar alguns cidadãos para esclarecimentos¹⁸⁵. Assim foi feito e Bugigatto Simoncino foi convocado pelo Priorado. Simoncino, ao ser interrogado, disse que, por medo dos roubos que ele e outros companheiros cometeram, eles se reuniram muitas vezes em diversos lugares para tomar partido da defesa deles mesmos, sabendo dos rumores de que eles seriam condenados e assassinados¹⁸⁶. Ao ser perguntado sobre o que eles buscavam, respondeu que os trabalhadores (tintureiros, cardadores etc.) "não querem mais ser

¹⁸⁰ Muratori, 1917, p. 18.

¹⁸¹ "E mentre questa tale pratica si teneva seguitò el guastamento della nostra città in questo modo."

¹⁸² Aparece aqui a *gente minuta*, que não apareceu explicitamente na descrição dos incêndios e roubos, mas que agora sabemos que participou também.

¹⁸³ "dubitando eglino per queste cose fatte non essere a tempo puniti e castigati, furono moltissimi di loro insieme, e ragunaronsi fuora della Porta a San Piero Gattolino, (...) difendersi contro a chi li volessi offendere;"

¹⁸⁴ Muratori, 1917, p. 19.

¹⁸⁵ Bugigatto Simoncino ou Pagolo del Bodda ou Lorenzo Ricomanni, os três supostamente envolvidos nas reuniões fora da cidade (Muratori, 1917, p. 20)

¹⁸⁶ "Signore mio, voi mi domandate, che io vi dica il vero di questo fatto, come sta ; e io ve lo dirò. Egli è il vero che per paura delle ruberie, che io e li altri abbiamo fatte, dubitando delle nostre persone, ci siamo molte volte ragunati insieme in diversi luoghi per pigliare partito dello scampo nostro, sentendo come per voi signori s'ordinava di farci impiccare, e come avete fatto venire ser Nuto da Città di Castello, e fattolo bargello per impiccarci tutti per la gola; e questo già fa assai io e li miei compagni abbiamo sentito. Di che per riparare al nostro scampo, abbiamo tutti insieme auto e ordinato questo ragunamento e datovi opera, come voi udirete." (Muratori, 1917, p. 20)

submetidos [*sottoposti*] à Arte da lã, não querem mais estar submetidos", também não queriam mais lidar com o oficial (da Arte da lã), pois ele, por qualquer pequena coisa, os maltratava e pagava muito mal pelo trabalho (se o trabalho custava doze, ele os pagava oito); além de “que querem fazer parte no regimento da cidade”¹⁸⁷ (Muratori, 1917, p. 21). Os Priores levaram a questão do trabalhador para as outras magistraturas e decidiram armar-se para que fossem fortes em seu Palácio.

Enquanto isso, estando no Palácio para participar em um dos Conselhos, um certo Nicolò degli Oriuoli percebeu como Simoncino estava sendo atormentado [*martoriato*] e foi à sua casa armar-se e convocar o povo a fazer o mesmo, gritando para que todos fossem às armas, se não todos seriam mortos. Dessa forma, toda cidade estava armada novamente.

Na manhã seguinte, o povo desceu armado para a praça gritando “viva o povo!” e os guardas e Gonfalões do Priorado não se moveram, só observavam. Mais gente ia chegando e gritando e os guardas e Gonfalões, que tinham ordens de defender os Priores, nem se moviam. Com a crescente tensão, incendiaram a casa do Gonfaloneiro de Justiça (Luigi Guicciardini). Quando os rumores chegaram aos Priores, eles pediram a Salvestro di messer Alamanno que averiguasse se Simoncino era o responsável por comandar tais atos, o que pediria grande punição. Parece que o dito popular confessou que foi aconselhado a isso, mas não ficou claro se ele foi mesmo o mandante ou não. Diante disso, o Priorado foi misericordioso e não aplicou a pena que ele merecia - do que se arrependeria mais tarde, segundo o cronista.¹⁸⁸

Vendo que a maior parte das tropas e Gonfalões continuavam não respondendo ao chamado dos Priores e não iam à praça, o “popolo minuto”¹⁸⁹ se multiplicava cada vez mais e Salvestro de Medici foi enviado a saber o que eles queriam. Por desentendimentos entre os representantes dos Priores e o povo, novos incêndios na casa de muitos cidadãos e no Palácio da Arte da lã foram provocados pelo povo. Espantados com os acontecimentos, os Priores festejaram quando dois Gonfalões surgiram na praça e, mais uma vez, convocaram os demais, mas nenhum deles apareceu. Vendo que estavam sozinhos, os dois Gonfalões voltaram às suas casas.

¹⁸⁷ "(...) che vogliono avere parte nel reggimento della città"

¹⁸⁸ Muratori, 1917, p. 23.

¹⁸⁹ Allora fu mandato Salvestro di messer Alamanno de' Medici (...) a sapere la volontade di questo popolo minuto" (Muratori, 1917, p. 23-24)

Quando os “buoni uomini”¹⁹⁰ perceberam que o Gonfaloneiro não estava defendendo o Priorado, como deveria, por medo ou por amor, começaram a seguir também o “popolo minuto” e o Gonfalone designado por eles¹⁹¹. Nesse tempo, quem tivesse sido ofendido poderia se vingar, pois bastava gritar “vamos queimar a casa de tal ou qual cidadão” e lá iam todos a fazer o mal, e tudo isso era obra, segundo o cronista, de Salvestro de Medici, de Benedetto degli Alberti, de Benedetto da Carlone e dos advertidos; tendo esses três sido enviados para acalmar os ânimos, estavam fazendo crescer mais os tumultos. Salvestro de Medici, Tommaso degli Strozzi, Benedetto degli Alberti e tantos outros cidadãos foram feitos cavaleiros, e muitos aceitavam por medo de serem queimados¹⁹².

Com a chegada da noite, o povo¹⁹³ se reuniu e deliberou por horas sobre o que fazer. Decidiram ir à casa dos Priores para queimá-la. Naquela noite, os Priores fortificaram o Palácio, levaram mantimentos para dentro e estavam dispostos a aguentar um combate; antes a morte do que abandonar o posto.

Na manhã seguinte, em 21 de julho, choveu muito; “e com toda a água, que mais forte chovia, o *popolo minuto*¹⁹⁴ mandou dizer às Artes que deviam enviar a eles dois representantes de cada Arte para fazer um juramento” (Muratori, 1917, p. 26). E, assim, as Artes “fizeram juramento de estar com o dito povo e de segui-lo naquilo que ele quisesse fazer, assim prometeram”¹⁹⁵ (Muratori, 1917, p. 27).

De súbito, decidiram tomar o Palácio do *Podestà*, e para lá foram o povo e as Artes¹⁹⁶. Depois de duas horas de combate, o *Podestà* se rendeu. Tomado o Palácio, o povo e as Artes enviaram mensagem aos Priores para que seus representantes fossem ouvir sua petição, o que foi feito. A petição pedia que a Arte da lã não tivesse mais oficial (de justiça) da Arte; que os trabalhadores não fossem mais submetidos [*sottoposti*] a essa Arte e que tivessem cônsules e direito a eleger dois Priores; falaram também sobre as condições de financiamento e de punição

¹⁹⁰ Uma espécie de ‘conselho de anciãos’, formado por 12 cidadãos, chamado de Conselho dos Bons Homens. Os Bons Homens, o conselho de oitenta cidadãos (*Credenza*) e o conselho dos 180 populares formavam o Conselho Geral, como explica Maquiavel nas *Istorie Fiorentine* (II, 10).

¹⁹¹ Muratori, 1917, p. 25.

¹⁹² Ser declarado cavaleiro significava fazer parte da nobreza, o que, após os Ordenamentos de Justiça, impedia o acesso às magistraturas. Por isso, receber essa espécie de honraria causava hesitação em muitos cidadãos, como mostra o cronista.

¹⁹³ O que o autor chama de povo aqui parece referir-se ao *popolo minuto* e à *gente minuta*, que sabemos que estava também envolvida nos incêndios.

¹⁹⁴ Aqui o termo povo parece englobar tanto *popolo minuto* quanto a *gente minuta*, inclusive suas demandas mostram isso: uns querem que a Arte não tenha mais oficial e outros querem não ser mais submetidos a essa Arte.

¹⁹⁵ “(...) fecion fare sagramento d'essere con detto popolo e di seguitare in ciò che volessi fare; e così giurarono e promisono”

¹⁹⁶ O povo seria o *popolo minuto* e a *gente minuta*, enquanto as Artes seriam representantes das Artes menores.

para esses trabalhadores; sobre a mudança de alguns cidadãos para cavaleiros e outros para populares e suas respectivas receitas; que as catorze Artes¹⁹⁷ tivessem três Priores e um terço de todas as magistraturas da cidade¹⁹⁸. Levando essa petição ao Priorado, com as Artes e o “popolo minuto” armados na praça aos gritos, por medo ou por falta de opção, ela foi aprovada. Contentes, povo e Artes disseram aos Priores que, na manhã seguinte, a petição seria submetida ao Conselho do Povo. No dia seguinte, em doze de julho, soou o sino do Conselho do Povo. O Conselho se reuniu e ouviu a petição, com o povo a gritar na praça.

“Lida a petição, foi aprovada e todos os conselheiros foram dispensados. Um dos Priores, Guerriante di Matteo Marignolli, como o conselho foi dispensado, partiu da reunião e disse a algum de seus companheiros: 'eu vou vigiar a porta, para que ninguém do *popolo minuto* entre no Palácio e para dizer ao povo como a petição foi aprovada'. Alguns de seus companheiros não o viram sair e não souberam de nada. Quando ele foi à porta, saiu do Palácio e foi para sua casa, sem dizer ou pedir para dizer nada aos seus colegas.

Quando o povo e as Artes viram Guerriante indo para sua casa, começaram a gritar em voz alta: 'saíam todos, não queremos mais que sejam priores'. A gritaria era grande, até no céu ela seria ouvida. O povo e as Artes pressionaram a porta do Palácio e não deixaram sair o conselho; porque o conselho estava quase todo no pátio do Palácio”¹⁹⁹ (Muratori, 1917, p. 30-1)

Entrando na sala de audiência, Tommaso di Marco degli Strozzi disse aos Priores que Guerriante fora embora e que o povo e as Artes queriam que todos saíssem e fossem para suas casas. Enquanto deliberavam com o Conselho e os Oito de Guerra dentro do Palácio, ouviam de fora que todos Priores deveriam sair, se não todos seriam mortos e suas casas e famílias incendiadas. Depois de muita discussão e deliberação, saíram todos do Palácio e "assim se pode dizer que foi perdido o feliz e calmo estado da cidade"²⁰⁰ (Muratori, 1917, p. 32).

¹⁹⁷ As catorze Artes menores, que tinham menos representação do que as sete Artes maiores.

¹⁹⁸ Muratori, 1917, p. 29.

¹⁹⁹ "Lette le petizioni, furono vinte di subito e i consiglieri furono licenziati. Uno dei priori, cioè fu Guerriante di Matteo Marignolli, come il consiglio fu licenziato si parti da sedere dallato de' compagni, e disse ad alcuno di quelli: 'lo voglio andare giù alla porta a guardare, che alcuno del popolo minuto non venisse dentro; e anche per significare al popolo come le petizioni sono vinte'. Alcuni de' compagni non lo viddono andare, e non seppono nulla. Quando andò giù alla porta, esso uscì di palagio e andossene a casa, senza dire o fare dire a compagni alcuna cosa.

Di che il popolo e l'arti, quando viddono Gruerriante' andarsene a casa, ad alta voce comincioro a gridare: 'Scendano tutti, che noi non vogliamo siano più priori'. Le grida eran grandi, che insino al cielo si sarebbono sentite. Il popolo e l'arti presono la porta del palazzo e non lasciarono uscire il consiglio fuora; il perchè i consiglieri erano quasi tutti nel cortile del palazzo."

²⁰⁰ "E così si può dire essere perduto el felice e quieto e buono stato della città."

Com o Palácio vazio, Alamanno narra o momento em que o povo tomou o controle da cidade:

“partidos do Palácio os Priores, a porta foi aberta e o povo entrou. E um Michele di Lando, cardador [*pettinatore*] acima dos demais cardadores, responsável pela loja de lã, estava com o Gonfalão do "popolo minuto" na mão, que ele havia tirado de casa, e estava de sapato sem meia; com esse Gonfalão na mão entrou no Palácio com todo povo que o quis seguir, subiu as escadas e andou até a sala de audiência dos Priores e ali parou. A voz do povo lhe deu a Senhoria e queria que ele fosse Gonfaloneiro de Justiça e Senhor [*signore*].”²⁰¹ (Muratori, 1917, p. 33)

Michele di Lando fez então novas orientações, chamou os representantes das Artes para reformarem a cidade e seguiu assim até o outro dia. O cardador reuniu os representantes das Artes e do “popolo minuto” para elegerem os novos Priores, que seriam três das Artes maiores, três das menores e três do “popolo minuto”. Os Oito de guerra, que acreditavam que seriam eles a reformar a cidade, após a saída dos Priores do Palácio, vendo que estavam também excluídos, sentiram-se enganados²⁰².

A crônica de Alamanno termina nesse momento. No entanto, há uma adição anônima a ela, que narra mais alguns acontecimentos na cidade. Nesse adendo anônimo, aparece pela primeira vez a palavra *ciompi*, que é estranhamente usada como referência ao "popolo minuto"²⁰³.

Durante todo mês de agosto, esse novo Priorado manteve guardas por toda cidade e nas portas dela e governou de forma reprovável e abominável a cidade, segundo o anônimo cronista. “Coisa maravilhosa era ver a casa dos nossos Priores, que no tempo anterior tão arrumada e adornada, tão honesta e bem ordenada, agora estava feia, malcheirosa, de toda desonestidade, desordenada e sem os bons costumes” (Muratori, 1917, p. 36).

Depois de queimar as bolsas do escrutínio e reorganizá-las novamente, a cidade foi ordenada de forma que as Artes maiores ficaram com sete Priores, as menores com um e o “popolo

²⁰¹ "Partiti che furono i priori di palazzo, la porta fu aperta, e il popolo entrò dentro. E uno Michele di Lando, pettinatore overo che fusse sopra i pettinatori e sopra li scardassieri, fattore di bottega di lana, avea il gonfalone del popolo minuto in mano, cioè quello che si cavò di casa lo executore, ed era in iscarpette sanza calze ; con questo gonfalone in mano entrò in palazzo con tutto il popolo che 'l volle seguitare, e su per le scale n'andò infino nella udienza de' priori, e quivi si fermò ritto. E a voce di popolo gli dierono la signoria, e vollono che fusse gonfaloniere di iustizia e signore."

²⁰² Muratori, 1917, p. 33.

²⁰³ “Quando i priori del popolo minuto, che poi volgarmente si chiamarono i Ciompi, come narreremo qui innanzi (...)” (Muratori, 1917, p. 35)

minuto ou plebe” com um²⁰⁴. Com essa ordenação, o “popolo minuto” começou a pensar que Michele di Lando estava favorecendo os Grandes. Por isso, no dia 28 de agosto armaram-se novamente e, com grande confusão, foram à praça exigir que os Priores atendessem aos seus pedidos. O prior popular (Michele di Lando) repreendeu esse ato, dizendo que isso manchava a reputação que haviam conquistado com os Priores e que eles não cederiam à força; e que depusessem as armas e fizessem uma petição dentro do regimento da cidade²⁰⁵. Com isso, muitos se afastaram e deixaram a praça, não restando nenhum homem bom entre a bruta e vil plebe. Aqueles que restaram reuniram-se em Santa Maria Novella para decidir o que fariam. Para reordenar as coisas da cidade como queriam, escolheram oito representantes seus e deram-se eles próprios a *balìa*. Anularam a *balìa* anterior e todos os seus efeitos, declararam que nenhum dos grandes poderia ter cargos na cidade, que seus atos desse dia fossem perdoados e que sua Arte teria oito homens no Palácio dos Priores a validar tudo que eles fizessem.

Feito isso, enviaram solenemente ao Palácio dos Priores representantes pedindo que estes confirmassem e aprovassem tais medidas. Com grande arrogância, reprovaram os Priores e o Gonfaloneiro de Justiça por sua ingratidão a todos os benefícios que o povo havia dado a ele; e ameaçaram pegar em armas e tomar tudo deles se não fizessem o que exigiam²⁰⁶. A essa ameaça, Michele di Lando, o Gonfaloneiro, homem de ânimo, os feriu com uma faca e os prendeu²⁰⁷. Em seguida, deixou o Palácio bem guardado e, junto com homens bons, partiu para combater os homens de Santa Maria Novella; mas estes, ao ouvirem a notícia do ataque aos seus representantes por Michele, armaram seus homens e foram ao Palácio. Cada grupo fez um caminho distinto e, portanto, não se cruzaram, mas os de Santa Maria, ao chegarem ao Palácio, atacaram-no imediatamente. Quando o Gonfaloneiro, com seus homens, voltou ao Palácio, atacou pelas costas os de Santa Maria e os venceu completamente.

No primeiro dia de setembro, quando os novos Priores assumiam seus cargos, um forte rumor tomou conta da cidade: ninguém do “popolo minuto” poderia mais assumir cargos públicos. E, segundo o cronista, foi bonito de ver as pessoas que antes defendiam as mudanças na cidade

²⁰⁴ Aparece aqui pela primeira vez o termo *plebe* na narrativa e é igualado a *popolo minuto*, reforçando a tese de que o autor anônimo parte de pontos muito distantes de Acciaiuoli.

²⁰⁵ Muratori, 1917, p. 38.

²⁰⁶ Muratori, 1917, p. 38.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 39.

agora sendo contra a plebe^{208, 209}. Assim, ficou decidido que o “popolo minuto”, exceto Michele di Lando e outros de grande qualidade, não poderia mais ter cargos na cidade e os Priores seriam divididos entre as Artes maiores e menores (4 e 5, respectivamente). E assim acabou o curto e violento tempo dos *Ciampi*.

No último parágrafo do adendo, o autor anônimo faz referências às histórias de Villani, Poggio e Bruni, o que faz dele um escritor posterior aos três historiadores e aos eventos.

3.2.3 Marchionne di Coppo Stefani²¹⁰

No proêmio da sua obra, escrita em latim vulgar, Stefani anuncia que pretende encontrar os livros e escritos sobre a história da cidade de Florença para que possa fazer um registro em que os homens consigam desfrutar das coisas antigas e, especialmente, a origem da cidade e sua história, de forma clara e pouco vaga. Nessa empreitada, diz, será exaltado o modo de vida dos cidadãos, o regimento justo da cidade e a sua astúcia; o contrário da atitude dos cidadãos perversos e suas cruéis operações para usurpar a cidade para seu próprio proveito e utilidade, gerando as divisões, seitas, batalhas e matanças. O autor considera que quem ler sua obra, tanto o leigo quanto o literato, conhecerá melhor o passado e poderá usar esses exemplos para o futuro.

Nascido com o nome de Baldassarre Buonaiuti em 1336, Stefani teria escrito sua crônica entre 1378 e 1385 (ano de sua morte). A descrição mais detalhada de Florença começa a partir de 1309 e vai até 1385²¹¹. Sua crônica é composta por 997 rubricas, separadas em três partes: a primeira tem 215 rubricas e vai do surgimento do ser humano, com Adão e Eva, até 1300; a segunda tem 419 rubricas e vai até 1348; e a última tem 362 rubricas e vai até 1385.

A revolta dos *ciampi* aparece em sua crônica a partir de 1378, na rubrica 786, cujo título é: "Como aqueles da Parte guelfa eram orgulhosos nas advertências, e como no lugar de Giovanni

²⁰⁸ Ibidem, p. 40.

²⁰⁹ Embora o adendo anônimo trate, confusamente, *popolo minuto*, plebe e *ciampi* como o mesmo grupo, é significativo que ele destaque que a plebe ficou isolada após a derrota dos Oito de Santa Maria, como é destacado também pelos demais cronistas.

²¹⁰ Marchionne di Coppo Stefani. *Cronaca fiorentina*. ed. Niccolo Rodolico In: MURATORI, Lodovico Antonio, org. Direção de Giosue Carducci e Vittorio Fiorini. Raccolta degli storici italiani. Tomo XXX, Parte I. (Città di Castello: Lapi, 1903-1913, repr. Bologna: Zanichelli, 1955). Disponível em <https://archive.org/details/rerumitalicarums301muraufft>. Digitalizado pela Universidade de Toronto.

²¹¹ Há cópias da crônica de Stefano que vão de 1309 a 1348, conforme discute Rodolico na introdução de sua edição de 1903. Uma hipótese é que Stefano teria continuado até 1385 a crônica de seu pai, Coppo, que acaba em 1348, tal como os Villani. Contudo, Rodolico acredita que essa hipótese é muito remota e que não se pode atribuir nenhuma certeza a uma suposta autoria de Coppo, pai de Stefano. Cf. p. V-XXIII.

Dini foi colocado um de sua confiança"²¹². Logo no início da rubrica, Stefani explica que "sendo advertido Giovanni Dini, um dos oficiais dos Oito, se deliberou que em seu lugar fosse colocado um homem de confiança da Parte [guelfa], e não se ousava falar contra qualquer coisa que saísse daquela casa ou de seus homens poderosos, que subitamente ou advertiam ou condenavam por haver respirado"²¹³ (Muratori, 1903, p. 314). Assim, Niccolo di Gherardino Gianni foi apontado para assumir o cargo de Dini nos Oito. Além dele, a parte guelfa tinha planos de trocar mais homens, segundo o cronista.

“Era já tanto orgulho nas advertências, que ninguém mais estava seguro na cidade”²¹⁴ (Muratori, 1903, p. 315). Para tentar frear essa situação, um grupo de “bons homens” insatisfeitos com esse regimento começou a se articular para que um Prior que defendesse essa ideia fosse escolhido e pudesse curar [*sanare*] Florença. Esses insatisfeitos e os Oito, juntos, queriam que o próximo Gonfaloneiro de Justiça defendesse essa petição, ao que se comprometeu Salvestro de Medici. A parte guelfa, suspeitando dele, tentou fazer com que um dos Doze de seu quarto [*quartiere*] fosse advertido e tivesse que ser substituído por ele, impedindo-o de assumir o cargo de Gonfaloneiro. Foi então advertido Maso di Neri, mas os Oito, percebendo a manobra, suspenderam essa advertência e Salvestro ficou liberado para assumir o cargo de Gonfaloneiro em maio, o que de fato fez²¹⁵.

Assumindo o Priorado em maio de 1378, Salvestro entrou em acordo com o Capitão guelfo para abrandar a petição contra as advertências e contra os guelfos, se eles diminuíssem o uso que faziam delas²¹⁶. No entanto, para compor o conselho dos vinte e quatro, o partido (guelfo) voltou a abusar das advertências, e, por isso, Salvestro e os "Homens bons" resolveram levar a petição adiante.

Na rubrica 790, Stefani conta que Salvestro procurou alguns cidadãos para falar sobre a situação e que, em uma reunião noturna secreta na casa do grande cidadão Luigi di Lippo Aldobrandini, acertaram os termos da petição que seria apresentada por Salvestro²¹⁷. Estando

²¹² "Come furono quelli della Parte guelfa in superbia nell'ammonire, e come in luogo di Giovanni Dini fu messo uno loro confidente a loro posto" (Muratori, 1903, p. 314)

²¹³ "essendo ammonito Giovanni Dini, uno dell'ufficio degli Otto, si diliberò che in luogo di lui fosse uomo confidente alla Parte, e non si osava favellare incontro a cosa che di quella casa uscisse o de' loro auzzetti, che subito, o ammonito, o condenato sarebbe stato chi avesse fiatato"

²¹⁴ "Era già tanta piena larga dell'orgoglio degli ammonitori, che niuno si tenea sicuro"

²¹⁵ Muratori, 1903, p. 315.

²¹⁶ Ibidem, p. 316.

²¹⁷ "(...) essendo in casa di Luigi di Lippo Aldobrandini, il quale era grande cittadino, ragunatosi di notte molta gente segretamente, sollecitarono il gonfalonieri della giustizia, e dato l'ordine" (Muratori, 1903, p. 317)

assim combinados, no dia 18 de junho de 1378, Salvestro apresentou a petição aos Priores e ao Conselho. Os populares eram favoráveis a ela, mas os grandes, percebendo que a matéria era contra eles e não contra outros, eram contrários, especialmente Lapo da Castiglionchio, Carlo degli Strozzi, Piero di Filippo degli Albizzi, Niccolò Soderini e Bartolo di Giovanni Siminetti; e, assim, a petição não foi aprovada no Priorado. Sem conseguir a aprovação dos Priores, Salvestro deixou a sala e foi ao Conselho. Na sala do Conselho, nos conta o cronista, alguém teria dito que a petição não passaria, que fosse feita em pedacinhos. Ao ouvir isso,

"alguém se aproxima da janela e começa a gritar: 'viva o povo'. O rumor se espalhou pela cidade e em muito lugares se armaram dizendo: 'viva o povo e a liberdade'. O rumor se aproximou do Palácio; e [a petição] subitamente foi aprovada, mas onde dizia 'perpétuo' [os Grandes não poderiam ocupar cargos perpetuamente], foi colocado apenas por um ano e por vinte ofícios privados, de dentro ou de fora [da cidade]"²¹⁸ (Muratori, 1903, p. 318).

Com a chegada da noite, o povo baixou as armas. Dois dias depois, em 20 de junho, foi decidido que os Priores deliberariam sobre a petição, que não se advertiria mais como se estava fazendo até então e que seria feito um novo escrutínio. No dia 22, o povo [*popolo*] ressentido, porque não tinha a participação que desejava nas magistraturas, procurou apoio entre os magistrados e os guelfos, tendo como resposta que isso não poderia ser feito. Esse rumor espalhou-se pelo povo, que se armou e foi à Praça dos Priores²¹⁹. Nesse furor, algumas casas foram queimadas e roubadas pelo povo, mas, para Stefani, por providência divina não foram muitas.²²⁰ Aproveitando-se dos distúrbios, algumas famílias atacaram seus inimigos particulares e tentaram direcionar as reformas da cidade de uma maneira que lhes favorecessem. No dia seguinte, 23, uma “*gente minuta*”, como diz Stefani, apareceu na cidade fazendo muita confusão e roubando igrejas, a casa do *Podestà* e de muitos mercadores e fazendo mal aos cidadãos. Para conter esses tumultos, foi instalada uma *balìa* com os integrantes das instituições da cidade.

No 20 de julho, a “*gente minuta*”, aqueles sem Arte, reivindicando que fosse criada uma Arte que os representasse, começou a se aglomerar na praça; queriam também que essa nova Arte,

²¹⁸ "Alcuno si levò, e fecesi alla finestra, e cominciò a gridare: "Viva il popolo". Il romore fu per la città, ed in molte luogora s'armò, come era ordinato, dicendo: "Viva il popolo e libertà". Il romore andò in palagio; subito si vinse, e dove dicea "perpetuo", furono solo posti gli ordini per uno anno e per venti privati d'ogni ufficio dentro e di fuori"

²¹⁹ Muratori, 1903, p. 319.

²²⁰ "Ma io mi credo che vero giudicio divino fosse che niuno altro che gl'infrascritti furono nè arsi, nè tocchi, nè rubati." Entre as quais estariam as de Lapo da Castiglionchio, Carlo degli Strozzi, Bartolo Siminetti, Niccolò Soderini, Piero di Filippo degli Albizzi e Maso di Luca. (Muratori, 1903, p. 319)

chamada dos *ciompi*, tivesse um Prior que a representasse²²¹. Sem resposta dos Priores, cada vez mais gente se acumulava na praça, com apoio das Artes menores e algumas das Artes maiores; e então a "gente minuta", que "chiamavansi i ciompi"²²², atacou e fez enorme dano à casa do Gonfaloneiro de Justiça, Luigi Guicciardini, e também a outras casas.

As Artes menores²²³, com a confusão e incêndios causados, principalmente, pela "gente minuta" (com o apoio justamente das Artes menores e até de algumas das maiores) começaram a querer dois Priores, Cônsules e mais coisas. Com a ajuda da "gente minuta", atacaram a casa do *Podestà* e queriam destituir os Priores. Com isso, foi feito um Conselho do Povo que, sobre todas as coisas, queria que os Priores deixassem o Palácio e fossem embora para suas casas²²⁴. O primeiro a deixar o Palácio e obedecer a multidão foi o prior Guerriante di Matteo Marignolli, depois todos os demais Priores saíram e foram para suas casas.

Com o Palácio vazio, "no dito ano, no dia 22 de julho, na nona hora, (...) os *ciompi* entraram no Palácio com seu Gonfaloneiro de Justiça, que foi um tal de Michele di Lando, cardador"²²⁵ (Muratori, 1903, p. 325). Depois da ocupação do Priorado, foram criadas três novas Artes para representar os que não tinham representação política, sendo uma a dos *ciompi*. Em agosto, o priorado foi reformado, passando a ser composto por três priores das Artes maiores, três das menores e três das novas Artes, incluindo a dos *ciompi*, e o Gonfaloneiro de Justiça se revezaria entre esses nove priores.

A cidade foi ordenada dessa forma, segundo o cronista, mas "o povo [estava] com fome, porque as lojas [*botteghe*] quase estavam fechadas, e se estavam abertas não trabalhavam, e a [Arte da] lã não queria fazer nada; esses *ciompi* queriam todos os ofícios, e não tendo o que comer, todos os dias queriam roubar"²²⁶ (Muratori, 1903, p. 325). Em 29 de agosto, os *ciompi*, armados, se

²²¹ "(...) si legarono insieme le XIV [Arti] con una maniera de gente minuta: scardassieri, pettinatori, vergheggiatori, lavatori, purgatori e riveditori ed altri membri, e sollevarono costoro, e stimarono che 'l martedì si levassero ad arme, e venissero in piazza, e domandassero di fare un'Arte, e volessero Consoli; e fatto fu' questo" (Muratori, 1903, p. 322)

²²² A origem do termo *ciompo*, que pode ser dito também *compare*, segundo Stefani, é a palavra francesa *compar* corrompida pelos florentinos para *ciompa*. (Muratori, 1903, p. 324)

²²³ A categoria de "*popolo minuto*" parece fazer referência, na maior parte das vezes, aos *ciompi*, ou seja, à "gente minuta", contudo, há passagens em que parece fazer referência às Artes menores, como no seguinte trecho: "Infra gli altri se ne feciono due dell'Arti minori, cioè del popolo minuto" (Muratori, 1903, p. 324). Na rubrica 800 e em outras passagens destacadas a seguir, a referência é aos *ciompi*: "come si levarono quelli del popolo minuto, e fecero grandi mutazioni", em que os *ciompi* vão armados à praça gritando "viva il popolo minuto", reivindicando mais participação no Conselho e no Priorado (Muratori, 1903, p. 329).

²²⁴ Muratori, 1903, p. 325.

²²⁵ "Nel detto anno a' di 22 di luglio nell'ora di nona vollono i detti Ciompi, che alla guardia di loro e consiglio fussero li Otto della balia della guerra, ed intrarono in palagio collo loro Gonfaloniere di giustizia, il quale fu uno Michele di Lando, scardassiere (...)"
²²⁶ "Ed essendo il popolo arrabiato di fame, perchè le botteghe quasi stavano serrate, e se stavano aperte non lavoravano, e la Lana non volea fare nulla, di che questi Ciompi volevano tutti gli uffici, e non avieno di che manicare, tutto di cercavano di volere rubbare."

reuniram na praça dos Piores e exigiram que um representante do Priorado fosse ouvi-los; a ele, com grande furor e confusão, deram ordens e leis que queriam para a cidade.²²⁷

Nesse ponto da crônica, Stefani conta que, como não tiveram suas ordens e leis acolhidas pelos Piores²²⁸, os *ciompi* recolheram-se na igreja de Santa Maria Novella e elegeram seu próprio Priorado, que foi chamado de os Oito de Santa Maria Novella. Esse segundo Priorado recebia pessoas de dentro e de fora da cidade para tratar de assuntos de interesse do povo e ganhou reputação na cidade. Quando o Priorado fez novos sorteios para seus postos, escolhendo três representantes de cada grupo de Artes (das sete maiores, das quatorze menores e das três novas), os Oito de S. Maria Novella enviaram suas ordens para que eles confirmassem o que haviam feito e colocassem o novo Priorado sob a autoridade dos Oito de S. Maria Novella²²⁹.

O Priorado não estava disposto a fazê-lo e Michele di Lando deu uma resposta astuta, dizendo que, nesse momento, isso não era possível, mas na semana seguinte arranjariam a condição de fazer o que eles queriam. Na semana seguinte, os de S. Maria Novella enviaram ao Palácio dos Piores dois notários a exigir o juramento de obediência a eles. Os velhos fizeram o juramento, mas, como os novos atrasaram, somente alguns deles também o fizeram. No último dia de agosto, os Oito de S. Maria Novella "se armaram e mandaram os Piores jurarem de novo e aqueles que não haviam feito o juramento. Vieram ao Palácio dois deles com seus notários, e subitamente solicitaram os Piores novos e velhos"²³⁰ (Muratori, 1903, p. 333). Então, começaram a questioná-los com tanta arrogância que pareciam seus senhores²³¹. Michele di Lando, antes de jurar, disse:

"'Esperem um pouco, já volto', e subitamente foi à sala se armar e voltou gritando: 'onde estão os traidores?'; e foi atrás deles com uma espada na mão, alcançando-os no topo da escada, com um golpe na cabeça, fez um rolar escada

²²⁷ Como já dissemos, em muitas partes da crônica, o termo *ciompi* parece ser uma das categorias do *popolo minuto*, como na rubrica 802: "Come il popolo minuto fece suoi ufficiali e ordini contra quelli, mandarono in Palagio", sobre o episódio das demandas que fizeram aos Piores. Ou nesse outro trecho, em que o autor diz que "Poi vollono che non potessero essere senza consiglio: tolsero sedici altri pure del popolo minuto, d'ogni gonfalone uuo, li quali furono questi: (...)", em que o cronista conta que os Oito de S. Maria escolheram outros do *popolo minuto* para compor seu conselho (Muratori, 1903, p. 330).

²²⁸ O cronista nos conta que o representante dos Piores que teve audiência com os *Ciompi* armados na praça não conseguiu compreender bem o que exigiam, seja pela desordem da situação, seja pela contradição das ordens que uns e outros davam.

²²⁹ "Poi' tratti, si mandarono gli Otto di S. Maria Novella in palagio de' Priori loro ordini, e vollono che' Priori sonassero a parlamento, e confermassero le loro faccende." (Muratori, 1903, p. 331)

²³⁰ "(...) gli Otto di S. Maria Novella s'armaro; armati mandarono a' Priori a farli giurare da capo, e a quelli Priori che non avieno giurato e a collegi. Venuti in palagio due di loro ed il loro notaio, subito furono richiesti li Priori nuovi e vecchi, e ciò fu il martedì mattina, a' di ultimo d'agosto 1378."

²³¹ "Essendo insieme, li cominciarono a rassegnare, e come non' rispondieno com'e' volieno, subito: "ove sei?", con tanta arroganza, che pareo loro essere signori" (Muratori, 1903, p. 333)

abaixo, e encontrou um pobre soldado que trazia vinho e o golpeou, morrendo subitamente; e atingiu o outro no braço"²³² (Muratori, 1903, p. 333)

Aqueles que conseguiram escapar correram para S. Maria Novella e contaram o ocorrido aos companheiros que lá estavam. Ao ouvir tais notícias, os *ciompi* juntaram seus homens armados e foram ao Palácio. Ao mesmo tempo, os Piores chamaram as Artes e seus gonfalões armados e foram a S. Maria Novella, mas não encontraram os *ciompi* lá. Voltaram ao Palácio e à praça, que haviam ficado protegidos, e evitaram o combate naquele mesmo dia, pois aguardavam reforços na manhã seguinte. Travando um intenso combate nos dias seguintes, os Piores conseguiram instaurar a paz na cidade e os *ciompi* se dispersaram. Pouco depois, desfizeram a Arte dos *Ciompi*, restando apenas duas das novas Artes.

Em dezembro de 1380, a Arte dos tintureiros, uma das duas que havia sobrado dos trabalhadores sem representação, era tão audaciosa e arrogante que a cidade começou a achar que ela só se prestava a sua própria utilidade e não respeitava as outras Artes. Nessa tensão com essa Arte, a cidade quase foi novamente às armas.²³³

Os *ciompi* estavam em Bolonha e Siena e de lá ameaçaram voltar a Florença armados. Alguns deles voltaram e começaram a encontrar cidadãos para fazer alguma revolta, mas alguns foram descobertos e presos e outros fugiram²³⁴.

Em 1381, uma *Balia* foi estabelecida e acabou com as Artes que haviam sido criadas em 1378, a dos Tintureiros e a dos coleiteiros (*Farsettai*), e tirou o direito desses trabalhadores de ocupar cargos, como o Priorado, que agora era composto por quatro representantes das Artes maiores e quatro das menores, mais o Gonfaloneiro, que seria mais vezes das Artes Maiores do que das Menores.²³⁵

Em março de 1381, os *ciompi* se armaram e foram à praça gritando "Viva as 24 Artes"²³⁶, querendo trazer de volta as três Artes que foram criadas para os sem representação: a Arte dos *ciompi*, que foi desfeita em setembro de 1378, e as outras duas que foram desfeitas em janeiro de 1381. Vendo essa movimentação, os mercadores, as famílias, o Capitão do povo, o Gonfaloneiro

²³² "Aspettate un poco, ch'io torno", e subito s'andò nella camera a armare, e tornò fuori gridando: 'Ove sono i traditori?'; trae drieto a costoro con una spada ignuda in mano e giunseglì in capo della scala, e dà a uno in sulla testa, e fallo tombolare giù per la scala, e trovò uno povero fante che recava vino, e percosselo in modo che il fante cadde adrieto, e subito morì; e percosse l'altro collo stocco, e credendogli dare per gli fianchi, gli diè nel braccio."

²³³ Muratori, 1903, p. 386.

²³⁴ Ibidem, p. 387.

²³⁵ Ibidem, p. 397.

²³⁶ Ibidem, p. 408.

e o *Podestà* armaram seus homens e foram à praça defender a cidade. Entretanto, não encontraram os *ciompi*, que se esconderam em suas casas e não voltaram a se reunir. No dia seguinte, alguns dos suspeitos de causar turbulência na cidade foram presos pelo *Podestà* e não houve mais tumultos causados pelos *ciompi*.

Assim termina a participação dos *ciompi* na crônica de Stefani. Como vimos, o cronista descreve a grande revolta desses trabalhadores que não tinham direitos, suas conquistas e, depois, a perda de todos os direitos conquistados.

3.2.4 Poggio Bracciolini

Publicada em 1475, a *História Florentina*²³⁷ de Poggio Bracciolini começa anunciando que contará a grande guerra vencida por Florença contra a tirania de Milão. Para isso, diz que é necessário voltar um pouco na história da cidade e começa retornando à fundação de Florença por tropas de Silla, citando a *História* de Bruni. Em duas páginas, Poggio faz essa breve introdução e depois começa a narrar os fatos a partir de 1280. A obra é dividida em oito livros, que tratam principalmente dos assuntos externos da cidade até 1455²³⁸.

A revolta dos *ciompi* aparece no final do livro II, logo depois da morte do Papa Gregório XI, em abril de 1378: "Ficando a cidade segura das guerras de fora, nasceu nessa terra uma grande discórdia civil, mais perigosa do que qualquer outra guerra que se seguiu" (Bracciolini, 1476, p. 55), uma discórdia, que, segundo Poggio, poderia causar muito dano para a cidade. Para alguns, afirma, era castigo divino por estar a cidade contra os papas romanos e, para outros, era a natural exaltação dos ânimos dos homens, que sempre foi costume na cidade de Florença.

Entre os doze anos que separam a morte de Gregório XI, em 1378, e o início da guerra com Giangaleazzo Visconti, em 1390, Poggio diz que, na cidade de Florença, raramente não havia discórdias internas, mas sobretudo "quatro anos foram de grandíssima perturbação com a morte e o exílio de muitos cidadãos, ora da nobreza, ora da plebe ínfima [*plebe infima*], ora dos artesãos,

²³⁷ Bracciolini, P. *Historia Florentina*. Traduzido por Jacopo Bracciolini. Publicado por Jacques Le Rouge em 1476. (dedicado a Federico da Montefeltro, Duque de Urbino). Digitalizado pela Biblioteca Pública de Boston (Departamento de Livros Raros). Sem página de título, sem ficha catalográfica e sem índice. Acesso generosamente disponibilizado por <https://archive.org/details/historiafiorenti00brac>. O manuscrito do texto também está disponível em <https://brbl-dl.library.yale.edu/vufind/Record/3592316>; Bracciolini, Poggio. *Historia florentina*. Traduzido por Jacopo Bracciolini. Biblioteca da Universidade de Yale, Biblioteca de Livros Raros e Manuscritos Beinecke. Manuscrito, 1475.

²³⁸ O livro primeiro começa na fundação da cidade e vai até 1375; o segundo até 1386; o terceiro até 1402; o quarto até 1417; o quinto até 1427; o sexto até 1432; o sétimo até 1440 e o oitavo até 1455.

ora da mais vil geração de homens dessa terra, os quais governaram a cidade até que o regime [stato] foi freado e reduzido a um certo modo de gerir a cidade”²³⁹ (Bracciolini, 1476, p. 55).

Nas poucas linhas que Poggio dedica ao chamado tumulto dos *ciompi*, fica claro o pouco apreço do autor pelo movimento, que mudou temporariamente a constituição da cidade e causou muitos distúrbios internos. A segurança externa é contraposta ao grande perigo que a discórdia interna representa, especialmente no período de quatro anos entre 1378 e 1390, que provavelmente é identificado por Poggio como os anos de 1378 a 1382, ou seja, o principal período do chamado tumulto dos *ciompi*. Durante esses quatro anos, Florença teria sido "governada" pela geração mais vil que a cidade conheceu, até que fossem destituídos e uma nova ordem, mais restrita, implantada.

No pouco espaço dedicado ao movimento dos trabalhadores, não é possível perceber a origem da revolta, as forças internas que estão em disputa e as motivações dos chamados "homens vis". O relato de Poggio pouco ajuda o leitor a entender a história dos *ciompi* e parece, nesse caso específico, justificar a crítica de Maquiavel à sua história: "no que se refere às discórdias civis e inimizades internas, bem como aos seus efeitos, eles calaram de todo uma parte e descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade nem prazer algum" (Maquiavel, 2007, p. 7)²⁴⁰. A história de Poggio, quando trata dos *ciompi*, é realmente tão breve que pouca utilidade tem para o leitor que procura conhecer melhor esse movimento.

3.2.5 Maquiavel

Dos vinte e nove capítulos que formam o terceiro livro de sua *História do Povo Florentino*, dez são dedicados ao tumulto dos *ciompi*. Após terminar a narrativa do livro segundo com a exclusão dos nobres das magistraturas, em 1353, o livro terceiro começa com o capítulo sobre as inimizades entre povo e grandes, causada pela vontade de dominação de uns e de não serem dominados de outros. Esses humores que mantém a cidade desunida foram, em Roma, causa de sua grandeza, enquanto em Florença, causaram mortes e exílio; na primeira aumentou a *virtù*, na segunda a extinguiu. "O desejo do povo florentino era injurioso e injusto [*ingiurioso ed ingiusto*], (...) em

²³⁹ Poggio reconhece uma mudança na organização do governo da cidade, o que indica que o tumulto dos *ciompi* poderia ser caracterizado como a 'revolução' dos *ciompi*.

²⁴⁰ A crítica de Maquiavel é dirigida também a Bruni, contudo, esperamos já ter apontado, no início desse capítulo, a leitura menos breve de Bruni sobre a revolta dos *ciompi*.

Florença, quando o povo vencia, os nobres ficavam privados das magistraturas e, para reconquistá-las, precisavam não só ser mas também parecer semelhantes ao povo no comportamento, no modo de pensar e de viver"²⁴¹ (Maquiavel, 2007, p. 158). Essas palavras parecem abrir caminho para o que se segue na narrativa.

Para começar a explicar o tumulto, Maquiavel retoma a origem da *ammunizione* em 1357, no terceiro capítulo do livro III. Como os magistrados não queriam procurar quem era gibelino, deu-se aos capitães (da Parte guelfa) autoridade para que declarassem quem eram os gibelinos, e aos poucos eles ficaram tão à vontade na cidade que declaravam quem queriam.²⁴² Esse estado de coisas durou até 1371.

Depois desse período (a data exata não é esclarecida por Maquiavel), muitos cidadãos, movidos por amor à pátria, reuniram-se para conversar sobre as desordens da cidade e procuraram os Priores. Um dos cidadãos, de maior autoridade, fez um longo discurso sobre os problemas de Florença, que estavam muito ligados às desuniões e facções formadas na cidade com vistas ao bem privado.²⁴³ Nesse longo discurso, o cidadão critica o modo da cidade e de muitos cidadãos lidarem com as ordenações e só buscarem o bem privado. Os Priores, impressionados pela fala desses homens, criaram um conselho de 56 homens para prover a salvação da república, mas eles só fizeram piorar as coisas. Eles privaram por três anos três homens da família dos Albizzi e três da família Ricci²⁴⁴ de todas as magistraturas, exceto as do partido guelfo. Sem poder ocupar outras magistraturas, a família Albizzi, especialmente, que já tinha grande autoridade no palácio dos guelfos, aumentou por sua via ainda mais seu poder e sua arrogância, aplicando ainda mais advertências aos seus inimigos (pois as advertências eram feitas pelos guelfos).

Nesse mesmo período, um fator externo trouxe mais complicações para a cidade, como explica Maquiavel. O legado do papa Gregório XI para a Toscana, aproveitando-se de uma dificuldade com a colheita nos arredores da cidade, tentou assenhorear-se da região. Florença, sem outros meios para lutar, pagou as tropas do invasor para que abandonassem a tarefa, malogrando

²⁴¹ Para participar das magistraturas, como vimos, a nobreza precisava viver como a 'burguesia', tendo um negócio, por exemplo.

²⁴² Maquiavel, 2007, p. 162.

²⁴³ Maquiavel, 2007, p. 164-9.

²⁴⁴ Os Albizzi são tradicionalmente guelfos que dominam o partido guelfo e querem participação mais restrita nas magistraturas da cidade. Os Ricci, seus opositores, assim como os Medici, defendem uma maior participação dos "novos cidadãos" na cidade. Ugucione de Ricci ajudou a fazer a voltar a lei contra os gibelinos, acreditava-se que os Albizzi, vindos de Arezzo eram gibelinos. Como Piero di Filippo Albizzi apoiou a lei, ganhou mais reputação e passou a ser favorecido pelo partido guelfo, tendo mais força do que os Ricci. Mas depois Piero foi declarado nobre e não pode mais ocupar cargos públicos na cidade. Cf. Christopher Kleinhenz (editor), *Medieval Italy: An Encyclopedia*, New York: Routledge, 2004, vol 1 e 2, p. 13; e Becker, M. The "Novi Cives" in Florentine Politics from 1343 to the End of the Century. In: *Florence in Transition: Volume Two: Studies in the Rise of the Territorial State*. Johns Hopkins University Press, 1968. p. 93-149.

temporariamente o intento do legado do papa. Com a iminência da guerra contra o papado, Florença e outras cidades aliadas prepararam-se para os combates. Para comandar as tropas da cidade, oito cidadãos foram escolhidos "com autoridade de operar sem apelação e gastar sem prestar contas" (Maquiavel, 2007, p. 171). Dada a situação de Florença (em guerra contra o papado) e a punição de algumas das principais famílias guelfas, os Oito foram escolhidos das camadas hostis aos guelfos. A guerra durou três anos e foi comandada com tanta *virtù* e satisfação do povo que os Oito tiveram sua magistratura prorrogada todos os anos,²⁴⁵ de 1375 a 1378, ano em que a disputa foi encerrada.

Feito esse panorama histórico, Maquiavel mostra os motivos que levaram o partido guelfo a forjar um plano para ocupar à força o Palácio da Senhoria, em abril de 1378: não tinham mais acesso às magistraturas, os Oito tinham cada vez mais autoridade e a inimizade contra o partido guelfo crescia na cidade; eles apenas aguardavam o melhor momento para agir.

Na eleição seguinte, em 1378, se tornou Gonfaloneiro de Justiça Salvestro de Medici, que "não suportava que o povo fosse oprimido por uns poucos poderosos" (Maquiavel, 2007, p. 174). Diferentemente de Bruni, em cuja *História* Salvestro age sozinho, Maquiavel segue a linha de Stefani e mostra Salvestro agindo em acordo com outras figuras importantes da cidade. Salvestro, segundo Maquiavel, acertou secretamente com Benedetto Alberti, Tomaso Strozzi e Giorgio Scali uma lei para pôr fim ao abuso dos guelfos. Esta lei renovava contra eles os Ordenamentos de Justiça. Para fazer passar a lei pelos Conselhos, Salvestro convocou para uma mesma manhã o Priorado e o Conselho e submeteu a lei primeiro aos Priores, que não a aprovaram. Em seguida, saiu da sala dos Priores e foi ao Conselho, dirigindo-lhes a palavra para dizer que havia sido feito Gonfaloneiro para velar pela cidade e "corrigir a insolência dos poderosos e temperar as leis, cuja vigência arruinasse a república" (Maquiavel, 2007, p. 175), mas, pela maldade de alguns, ele estava sendo privado dos meios para fazer isso. Dessa forma, não seguiria sendo Gonfaloneiro, para que pusessem em seu lugar alguém de maior *virtù* ou melhor fortuna e, ao dizer tais palavras, saiu do conselho.

Em sua narrativa dos fatos, Maquiavel não trata do conselho dos 24, como Stefani, mas sua descrição do tumulto causado por Salvestro segue a linha de Stefani e de Alamanno Acciaiuoli. Após a saída de Salvestro, com súplicas o fizeram voltar ao Conselho, onde "muitos nobres cidadãos foram ameaçados com palavras injuriosas, entre os quais Carlo Strozzi, que foi agarrado

²⁴⁵ Maquiavel, 2007, p. 171.

pelo peito por um artesão [*artefice*] que o queria matar, sendo a custo defendido pelos presentes" (Maquiavel, 2007, p. 175-6). O maior tumulto foi causado por Benedetto degli Alberti que, das janelas do Palácio, convocou aos gritos o povo a empunhar armas [*chiamò il popolo alle armi*], e logo a praça se encheu de homens armados. Pressionados, os Piores tiveram de ceder e aceitar a lei de Salvestro. Maquiavel acrescenta que quem provoca alteração na cidade não deve pensar que depois poderá detê-la ou ajeitá-la a seu modo²⁴⁶. "A intenção de Salvestro com aquela lei foi trazer paz à cidade, e ocorreu o contrário" (Maquiavel, 2007, p. 176). Depois disso, os cidadãos ficaram em suas casas e as lojas não abriram; as Artes reuniram-se e escolheram representantes e os Piores reuniram-se com seus Colégios para buscar uma solução, mas não chegaram a um consenso.

No dia seguinte, as Artes e muitos homens armados foram à praça pressionar os Piores e o Conselho. Esses, para evitar maiores tumultos, deram *balia* para os Piores, o Conselho, os Oito de guerra, os capitães de partido e os representantes das Artes para reordenar a cidade. Enquanto isso ocorria, algumas das Artes menores, desejando vingar-se das injúrias sofridas pelos guelfos, saquearam e queimaram a casa de Lapo da Castiglionchio. Depois disso, muitas outras casas foram saqueadas e roubadas, "fosse em razão do ódio geral [*universale*], fosse por inimizades privadas" (Maquiavel, 2007, p. 177). Ainda abriram as prisões e saquearam igrejas. Pela autoridade dos Senhores ou pela chegada da noite, o "furor popular" arrefeceu e, no dia seguinte, as leis criadas pelos guelfos em prejuízo dos cidadãos foram anuladas, os advertidos foram agraciados, com a condição de que não poderiam ocupar nenhuma magistratura por três anos, e foram declarados rebeldes Lapo da Castiglionchio e seus companheiros. Depois disso, o novo Priorado foi escolhido, assim como o novo Gonfaloneiro de Justiça, Luigi Guicciardini, e voltaram as esperanças de que os tumultos acabariam.

Enquanto tudo isso acontecia, diz Maquiavel, surgiu um outro tumulto que ofendeu [*offese*] muito mais a república.²⁴⁷ A "ínfima plebe", relata o autor, que havia sido a que mais incêndios e roubos havia cometido nos dias anteriores, temia que, uma vez acalmada a situação, fosse abandonada pelos que a haviam instigado e sofresse a maior punição. "A isso se somava o ódio que o povo miúdo [*popolo minuto*] nutria pelos cidadãos ricos e pelos príncipes da Artes, por não lhes parecer que eram pagos por seu trabalho conforme acreditavam merecer por justiça" (Maquiavel, 2007, p. 182). Pois, explica o secretário florentino, nos assuntos civis, o súdito era

²⁴⁶ Maquiavel, 2007, p. 176.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 182.

julgado pelo chefe da sua Arte; contudo, muitos ofícios, nos quais trabalhavam o povo miúdo e a ínfima plebe [*popolo minuto e la plebe infima*] não tinham Artes próprias e precisavam se submeter a outras. Assim, quando não achavam justo seu pagamento ou eram oprimidos pelos patrões, não tinham a quem recorrer a não ser o próprio chefe da Arte (que, em geral, não os defendia). A maior e mais poderosa de todas as Artes era a da indústria da lã, e era também a que mais "nutria e nutre [*pasce*] com sua indústria a maior parte da plebe e do povo miúdo"²⁴⁸ [*popolo minuto*]" (Maquiavel, 2007, p. 183).

A plebe, sem representação em uma Arte sua, estava cheia de indignação, além do medo da punição pelos incêndios e roubos praticados; por isso, reuniram-se diversas vezes à noite para discutir os perigos que corriam. Em uma dessas reuniões, Maquiavel diz que um dos mais ousados e de maior experiência fez um discurso para dar ânimo aos demais, o famoso discurso do *ciompo* no capítulo 13. O anônimo a quem Maquiavel atribui o discurso começa dizendo que preferiria a pobreza tranquila ao ganho perigoso, então, se pudesse escolher, não pegaria em armas agora nem incendiaria e roubaria casas, mas que, uma vez que tudo isso já havia sido feito, o melhor seria pensar em como não ser punido pelo que foi cometido. Toda cidade, diz, está preparando as condições de unir-se contra eles e prendê-los, por isso eles precisavam ter dois objetivos: um seria não serem castigados pelo que já haviam feito; o outro seria "viver com mais liberdade e mais satisfação do que no passado" (Maquiavel, 2007, p. 184). Para isso, precisavam cometer novos atos com mais companheiros, para que, sendo muitos, ninguém fosse punido. O *ciompo* conclui que aquele era o melhor momento para isso, pois a cidade ainda estava dividida. Depois do discurso do *ciompo*, (III, 14) a plebe se preparava para "ocupar a república" (Maquiavel, 2007, p. 187).

Em sua *História*, Maquiavel narra que, quando a notícia desses planos da plebe chegou à Senhoria, foi preso para averiguação Simone dalla Piazza, que contou os planos da revolta que se preparava. Reunindo-se com o Conselho, a Senhoria convocou todos os homens armados da cidade e os gonfaldões para a Praça no dia seguinte. Enquanto isso, um trabalhador que acertava o relógio do Palácio, Niccolò da San Friano, percebeu que Simone dalla Piazza estava sendo atormentado

²⁴⁸ Maquiavel destaca assim a diferença entre as categorias de plebe e de *popolo minuto*, embora sejam ambas categorias sem representação nas Artes. Essa distinção e a falta de representação de ambas fica clara no capítulo 15, quando a plebe faz suas reivindicações aos Piores: "(...) que fossem criadas três novas corporações de ofício, uma para os cardadores e tintureiros, outra para os barbeiros, coleiteiros, alfaiates e semelhantes ofícios braçais, e a terceira para o povo miúdo [*popolo minuto*] (...)" (Maquiavel, 2007, p. 190), o povo miúdo não era assim parte das Artes menores e tampouco cardadores, tintureiros ou parte desses outros ofícios braçais, o mais provável é que fossem artesãos. Os tumultos teriam sido iniciados pelas Artes menores, que logo foram acompanhadas pelo *popolo minuto*, que odiava os príncipes das Artes, e pela ínfima plebe, que foi a mais audaz nos roubos e incêndios. Ao final, temendo receber a maior punição pelos seus feitos, a plebe se organizou para reivindicar direitos.

[*si tormentava*] e voltou para casa alarmando todos os trabalhadores. Em pouco tempo, começaram a reunir-se e espalhar o rumor pelos bairros. No dia seguinte, toda essa gente armada foi pedir aos Piores que libertassem seus presos; respondendo ao chamado da Senhoria, apenas oitenta homens armados estavam na Praça do Palácio para protegê-los. Para conseguir por força o que queriam da Senhoria, a multidão incendiou a casa de Luigi Guicciardini, Gonfaloneiro de Justiça. Assim, com grande temor, os Piores atenderam a exigência da multidão. Depois disso, muitas casas ainda foram queimadas, "por razões públicas ou privadas" (Maquiavel, 2007, p. 188), muitos aproveitando a situação para vingar-se de seus inimigos; a multidão ainda tomou o Palácio do *Podestà*, vencendo em combate, e nomeou alguns cidadãos cavaleiros²⁴⁹.

Para tentar algum acordo com a multidão (III, 15), os Piores enviaram a eles quatro representantes. A plebe já havia decidido o que queria da Senhoria e, assim, enviou quatro deputados [*deputati*] pedindo aos Piores que a Arte da Lã não tivesse juiz estrangeiro, que fossem criadas três novas Artes: uma para os cardadores e tintureiros, outra para os barbeiros, coleiteiros, alfaiates e semelhantes ofício braçais, e uma para o povo miúdo [*popolo minuto*]; e que sempre houvesse dois Piores para essas três novas Artes e três para as quatorze Artes Menores²⁵⁰. Além disso, destaca Maquiavel, pediram que seus adversários fossem punidos e advertidos. Todos os pedidos, "ainda que desonrosos e onerosos para a república" (Maquiavel, 2007, p. 190), foram aceitos pelos Piores e pelo Conselho, faltando apenas a aprovação do Conselho da comuna, que se reuniria no dia seguinte para tal deliberação. As Artes pareciam contentes e a plebe satisfeita, e prometeram que, se fosse tudo aprovado pelo Conselho da comuna, os tumultos acabariam.

Na manhã seguinte, enquanto o Conselho da comuna deliberava, a multidão impaciente gritava na Praça, assustando o Conselho e os Piores. Movido mais pelo medo do que por qualquer outra paixão, conta Maquiavel, o Prior Guerriante Marignolli, saiu da sala do Conselho dizendo que iria vigiar a porta do Palácio, mas fugiu para sua casa. Ao ser reconhecido saindo, não foi atacado, mas a multidão exigiu que todos os demais Piores também deixassem o Palácio, sob ameaças de queimar suas casas e matar seus filhos. O Conselho aprovou as medidas e deixou a sala de deliberação, mas não sabia como poderia salvar a cidade da desonestidade da multidão e da maldade de alguns.²⁵¹ Nessa confusão, Tommaso Strozi e Benedetto Alberti, com a ambição de

²⁴⁹ Alguns tiveram suas casas queimadas e, na mesma tarde, foram nomeados cavaleiros (Maquiavel, 2007, p. 189).

²⁵⁰ A plebe ainda pedia que a Senhoria oferecesse casas onde essas Artes pudessem reunir-se; que nos dois anos seguintes, ninguém subordinado a essas Artes fosse obrigado a pagar dívidas inferiores a 50 ducados; que a casa de penhores não cobrasse juros; que os condenados fossem absolvidos e que os advertidos fossem reintegrados aos seus cargos. (Maquiavel, 2007, p. 190)

²⁵¹ Maquiavel, 2007, p. 191.

permanecerem como senhores do Palácio ou por acharem que era a melhor saída, convenceram os demais a ceder para a multidão e deixarem o Palácio. Os únicos a resistirem a isso foram Alamanno Acciaiuoli e Niccolò del Bene, desconfiados do conselho dos dois Priores ligados aos tumultos. Os demais Priores, aos poucos cederam e deixaram o Palácio. Vendo-se sozinhos, Alamanno e Niccolò acabaram deixando também sua magistratura. Assim, o Palácio ficou nas mãos da plebe e dos Oito de guerra.²⁵²

No décimo sexto capítulo do terceiro livro de sua *História*, Maquiavel, possivelmente baseando-se em Stefani, narra a cena da tomada do Palácio pela plebe. O cardador de lã Michele di Lando, descalço²⁵³, carregava o Gonfalão de Justiça com pouca vestimenta. Ele subiu à sala de audiência dos Priores, seguido por toda multidão e lá, voltando-se a ela, disse: "Estais vendo: este Palácio é vosso, e esta cidade está nas vossas mãos. Que achais melhor fazer agora?" (Maquiavel, 2007, p. 192-3), ao que todos responderam que queriam que ele fosse Gonfaloneiro e Senhor da cidade e a governasse como achasse melhor. Michele aceitou o cargo e, para apaziguar a cidade, disse que ninguém mais devia queimar ou roubar coisa alguma; em seguida mandou erguer uma forca na Praça. Em sua reforma da ordem institucional da cidade, trocou os representantes das Artes, destituiu os Priores e Conselheiros e queimou as bolsas de escrutínio do governo anterior. Reunido com os novos representantes das Artes, nomeou a Senhoria com quatro Priores da plebe miúda, dois para as Artes Menores e dois para as Artes Maiores²⁵⁴. Em seu novo escrutínio, dividiu a cidade em três partes, uma para as Artes Novas, uma para as Artes Menores e outra para as Maiores, e a muitos cidadãos amigos da plebe deu vantagens, não tanto para recompensá-los por seu trabalho, mas para que o defendessem da inveja a qualquer momento.

A plebe, no entanto, segundo Maquiavel (III, 17), achou que, na reforma do estado, o povo maior havia sido muito privilegiado e que eles mesmos não tinham tanta participação quanto julgavam ser necessário para se manter e se defender. Assim, empunharam armas novamente e foram para a Praça pressionar o Priorado a fazer com eles uma reunião para novas deliberações sobre suas demandas. Michele, sem ouvir as demandas, censurou o modo como as faziam e pediu que baixassem as armas. Indignada com a resposta do Palácio, a multidão reuniu-se em Santa Maria Novella, onde ordenou oito homens como chefes, com ministros e outras ordenações.

²⁵² Ibidem, p. 192.

²⁵³ Alamanno e Stefani retratam Michele di Lando calçado, mas sem meias.

²⁵⁴ "quattro della plebe minuta, due per la maggiori e due per la minori arti" (Machiavelli, 1888, p. 121). Stefani diz que essa nova Senhoria foi formada por três representantes das Artes novas, três das Maiores e três das Menores.

Decidiram que sempre deveria ter oito de seus homens no Palácio e que tudo que fosse deliberado pelos Priores deveria ser por eles confirmado. Destituíram Salvestro de Médici e Michele di Lando de suas funções e distribuíram as funções do governo entre seus homens. Dessa forma, a cidade tinha dois governos.²⁵⁵ Firmadas essas decisões, enviaram à Senhoria dois representantes, pedindo que os Conselhos confirmassem essas novas ordenações, se não pelo consentimento, pela força. Os representantes, repreendendo Michele di Lando por sua ingratidão, expuseram com grande audácia seu pedido e ameaçaram usar a força caso não aceitassem por acordo. Michele, diz Maquiavel, não conseguiu suportar tamanha arrogância e, "lembrando mais do cargo que ocupava que da sua condição ínfima, achou que deveria frear com modo extraordinário uma extraordinária insolência" (Maquiavel, 2007, p. 195), puxou a arma que trazia na cintura e os feriu gravemente. Sabendo disso, a multidão irada pegou suas armas e foi ao Palácio forçar os Senhores; Michele, por sua vez, prevendo o ataque, reuniu muitos cidadãos armados (que já estavam começando a arrepende-se de seu erro) e foi a Santa Maria Novella atacar a multidão. Contudo, cada grupo armado seguiu um caminho e não se encontraram; não os encontrando em Santa Maria, Michele voltou com seus homens e encontrou a multidão na Praça, em combate com os guardas do Palácio. Michele e seus homens entraram na luta e venceram a multidão. Restabelecida a paz na cidade, Maquiavel destaca que Michele di Lando teve naquele tempo mais prudência e bondade do que qualquer outro cidadão, pois, se tivesse intenções malignas, poderia ter estabelecido uma tirania na cidade, mas seu pensamento sempre foi para o bem de todos. (III, 17)

Quando Michele di Lando derrotou a plebe, o escrutínio para o novo Priorado já havia sido realizado e dois dos novos Priores eram de condição humilde e desprezível, o que fez crescer o desejo dos homens de livrarem-se dessa infâmia.²⁵⁶ Assim, no dia primeiro de setembro, quando os novos Priores assumiam seus mandatos, levantou-se uma voz dos homens armados dizendo que não queriam ninguém do povo miúdo²⁵⁷ na Senhoria, e os dois foram substituídos. A recém-criada Arte do povo miúdo também foi anulada e foram privados de ocupar cargos aqueles que a elas se

²⁵⁵ Maquiavel, 2007, p. 194.

²⁵⁶ Ibidem, p. 196.

²⁵⁷ Em III, 18, Maquiavel, aparentemente, se refere à plebe como *popolo minuto* ao dizer que "levò intra gli armati con tumulto una voce, come e' non volevano che del **popolo minuto** alcuno ne fusse de Signori. (...) Annullarono ancora l'arti del popolo minuto e i soggetti a quelle, eccettochè Michele di Lando e Lorenzo di Piccio ed alcuni altri di migliore qualità, degli uffici privarono. (...) Questo stato così ordinato fece per allora posare la città. E benché la Repubblica fusse stata tratta dalle mani della **plebe minuta**, restarono più potenti gli artefici di minor qualità che i nobili popolani; a che questi furono di cedere necessitati per tórre al **popolo minuto** i favori del'arti, contentando quelle." (Machiavelli. *Istorie Fiorentine*. Da Pietro Ravasio. Florença: G. Barbèra Editore, 1888. p. 123). Nesse trecho, o termo *popolo minuto* parece fazer referência à plebe, como fica claro mais adiante, quando o autor diz que, revogando a Arte do *popolo minuto*, a cidade é tirada das mãos da plebe miúda.

subordinavam, exceto Michele di Lando e outros poucos²⁵⁸. Os cargos honrosos foram divididos entre as Artes Maiores e Menores e foi estabelecido que seriam cinco Priores das Artes Menores e quatro das Maiores, revezando entre eles o cargo de Gonfaloneiro de Justiça. Assim ordenada, a cidade foi "tirada das mãos da plebe miúda" (Maquiavel, 2007, p. 197) e teve paz, ficando as Artes Menores fortalecidas em relação às Maiores.

Após esses tumultos, diz Maquiavel, os cidadãos ficaram muito desconfiados e diversas suspeitas pairavam sobre a cidade, especialmente em relação aos exilados. Por isso, quando foi descoberto um plano dos exilados para tomarem a cidade, alguns dos suspeitos tiveram sua prisão decretada, entre eles Piero degli Albizzi e Carlo Strozzi, que fugiu. E para que não houvesse novos tumultos na cidade, a Senhoria designou Tommaso Strozzi e Benedetto Alberti, com grande número de homens armados, como guardiões da cidade. Os suspeitos presos foram interrogados e nada foi comprovado contra eles, por isso o capitão não queria condená-los. Seus inimigos, porém, aproveitando-se da oportunidade, incitaram o povo contra eles com tanta fúria que os suspeitos foram condenados à morte. A execução de tais homens inocentes e honrados, tal como Piero degli Albizzi, causou grande confusão na cidade, porque todos agora temiam por suas vidas. Acrescida a esse temor geral, estava também a insolência de Tommaso Strozzi e Giorgio Scali, que, apoiados pela plebe, se sobrepunham aos magistrados, até o ponto em que ambos, para salvar um parente de Giorgio condenado por falsa acusação, invadiram e saquearam o palácio do capitão que o prendia. "Tal ato encheu a cidade de tamanho ódio contra ele que seus inimigos pensaram num modo de eliminá-lo e tirar a cidade não só de suas mãos, mas também das da plebe, que a subjugará durante três anos, graças à sua arrogância" (Maquiavel, 2007, p. 201). Com o apoio de Benedetto Alberti, o outro guardião da cidade, as Artes armaram-se e prenderam Giorgio, que foi executado, e Tommaso fugiu.

Essa execução causou grande tumulto na cidade e a cada dia um grupo diferente estava armado tramando contra outros. Após muitos combates, em 1381 foram instauradas duas *Balìas* que decidiram acabar com as duas novas Artes restantes, deixando a plebe sem representação

²⁵⁸ "*Annullarono ancora l'arti del popolo minuto*" (Machiavelli, 1888, p. 123). A Arte do povo miúdo foi anulada e seus representantes na Senhoria substituídos, assim a Senhoria ficou com cinco representantes das Artes Menores e quatro das Maiores. A primeira formação da Senhoria, feita por Michele di Lando após a tomada do Palácio, com quatro das Artes novas e quatro das Artes antigas (Maiores e Menores) foi apenas circunstancial, não configurando uma nova constituição da Senhoria. Contudo, as outras duas Artes, dos cardadores e tintureiros, e dos barbeiros, coleiteiros, alfaiates e semelhantes ofícios braçais, foram mantidas por mais alguns anos (até 1381, quando são também fechadas).

política²⁵⁹; restituíram os cargos ao Partido guelfo; privaram as Artes Menores do Gonfaloneiro de Justiça e diminuíram sua participação nos cargos de metade para um terço. “Assim, o povo nobre e os guelfos reassumiram o estado, e a plebe perdeu-o, do qual fora príncipe de 1378 a 1381, quando ocorreram essas reformas” (Maquiavel, 2007, p. 204).²⁶⁰

Assim termina a narrativa sobre os *ciompi* na *História* de Maquiavel. Em 1381, com a nova ordem na cidade, esses trabalhadores perdem suas conquistas de 1378 e voltam a ser submetidos a uma Arte que não é a sua. Com isso, perdem também a participação política que haviam conquistado e o acesso às magistraturas. Daí em diante, Florença volta a ser controlada pelos Grandes e pelo partido guelfo, deixando de fora da vida política a plebe e o *popolo minuto*.

* * *

Apresentamos aqui as versões de cada um dos autores sobre a revolta dos *ciompi*. Para que possamos explorar as semelhanças e diferenças de cada narrativa, destacamos aqui dois eixos que norteiam essa análise: a origem dos tumultos e a busca por igualdade e participação política. Começaremos pelo primeiro deles, destacando as diferentes explicações de cada autor sobre a origem dos tumultos. Nessa análise, será possível perceber a importância que cada autor atribui aos conflitos internos e suas múltiplas articulações com personagens e momentos históricos da cidade.

3.3.1 Sobre a origem da revolta: A origem dos Oito e de Salvestro de Medici

A narrativa dos *ciompi*, em Bruni, começa no livro IX com um apontamento bastante revelador da sua percepção desse movimento: uma discórdia interna que levou a cidade a uma desordem sem precedente (Bruni, 2007, p. 3). O comentário é revelador em dois sentidos: no primeiro, mostra a

²⁵⁹ Em III, 21, Maquiavel usa o termo *popolo minuto*, embora a Arte dessa categoria, como vimos, tenha sido a primeira a ser extinguida, em III, 18. Em III, 15, é possível ver que das três novas Artes criadas por Lando, uma é para os cardadores e tintureiros, outra para os barbeiros, coleiteiros, alfaiates e semelhantes ofício braçais, e uma para o povo miúdo [*popolo minuto*]. Assim, se a Arte do *popolo minuto* foi anulada em III, 18, as duas que restaram devem ser as da plebe (sendo uma delas a dos *ciompi*). Dessa forma, em III, 21, Maquiavel estaria tratando das duas Artes da plebe e não do *popolo minuto*, embora ele use o termo *popolo minuto* três vezes no referido III, 21 e apenas uma vez o termo *plebe*. (Machiavelli, 1888, p. 127)

²⁶⁰ Com isso, as reformas de 1378 foram esvaziadas e a plebe, que havia mantido suas duas Artes até aqui as perde em definitivo. O *popolo minuto* já havia perdido sua Arte logo em 1378. Haveria aqui, no III, 21, um uso cambiável dos termos *popolo minuto* e *plebe*?

importância que os assuntos internos assumem em momentos da narrativa - algo que já vimos ocorrer -, nesse caso ocupando mais da metade do livro IX e contando em detalhe alguns dos acontecimentos mais importantes dessa discórdia interna. No segundo, Bruni deixa clara sua visão do movimento dos trabalhadores, que teria levado a cidade à "desordem como nunca antes". Nesse segundo sentido, é possível perceber o pouco apreço do autor pela mobilização das classes mais baixas, classes essas que não recebem em nenhum momento o nome de *ciompi*, como acontece em Maquiavel e em alguns cronistas.

Na narrativa de Bruni, o tumulto começa com a escolha dos Oito de guerra, que, por serem mais próximos do povo do que dos Grandes, levam estes a se juntarem aos nobres contra os populares. Para enfraquecer o poder dos Oito, Grandes e nobres começaram a usar a lei da advertência indiscriminadamente contra eles, enfraquecendo, para Bruni, a constituição da cidade.

Nessas condições, Salvestro de Medici, um homem de família nobre e rica [*casa nobile e rica*], que é próximo do povo, decide sozinho fazer uma reforma na cidade que acabasse com o uso abusivo da *ammunzione*, o que, para Bruni, foi um grande erro, apesar da boa intenção, pois levou homens da ínfima plebe a se tornarem senhores da cidade.²⁶¹ Salvestro propôs a lei que acabava com a advertência e, apoiado pelo povo, que saiu às ruas armado e queimou algumas casas, conseguiu que fosse aprovada. Desta maneira, no relato de Bruni, Salvestro aparece como uma figura que não está implicada nas disputas internas da cidade e cujas motivações não são claras. Na comparação com outros relatos, vemos então algumas divergências importantes, tanto na origem do conflito, quanto no papel de Salvestro.

Na crônica de Alamanno Acciaiuoli, Salvestro, que era o Gonfaloneiro de Justiça pelos meses de maio e junho, fez o Conselho do povo e o Priorado se reunirem no mesmo dia com a intenção de aprovar essa lei. No entanto, sua petição, que recolocava os Ordenamentos de Justiça contra os Grandes, foi negada pelos Priores. Ele então dirigiu-se à sala do Conselho e disse que, se não confiavam nele, não mais seria Gonfaloneiro e deixou a reunião²⁶². Na confusão provocada no Conselho, Carlo degli Strozzi foi ameaçado por um sapateiro, o que mostra o ânimo popular contra os grandes, e Benedetto di Nerozzo degli Alberti foi à janela gritar para o povo. Isso fez o povo se armar e ir pressionar o Conselho, segundo Acciaiuoli.

²⁶¹ Bruni, 2007, p. 9.

²⁶² Suas palavras: "Sábios do Conselho, eu queria hoje curar a cidade da malvada tirania dos homens grandes e potentes; e não me deixaram fazê-lo [*lasciato fare*], pois meus companheiros e colegas não consentiram". (Muratori, 1917, p. 14)

Ainda outros elementos aparecem na crônica de Marchionne di Coppo Stefani, que conta o início do conflito entre os Oito e os Grandes e nobres. A parte guelfa, diz o cronista, querendo ter poder entre os Oito, advertiu um deles para colocar em seu lugar alguém de seu próprio partido, contando poder fazer isso também a outros dos Oito. Com isso, os "bons homens" se articularam para mobilizar um Prior que defendesse a cidade. Salvestro se comprometeu com esse grupo, em conjunto com os Oito, a fazer uma petição com essa finalidade, como vimos. A parte guelfa tentou uma manobra para que Salvestro não fosse eleito, mas os Oito conseguiram anular essa tentativa e Salvestro levou a petição adiante, conforme combinado com alguns cidadãos em reunião secreta. Assim, segundo Stefani, Salvestro não agiu sozinho, como conta Bruni. Ele fez parte de uma articulação que envolveu os "bons homens" e uma história de conflitos e disputas entre o partido guelfo e os Oito. Por que Salvestro aparece agindo sozinho em Bruni? Por que esse histórico do conflito e suas motivações não aparecem?

Já Poggio Bracciolini, em sua *História Florentina*, dá pouca importância à revolta dos *ciompi* e não analisa as origens do conflito nem o papel de Salvestro de Medici. Em seus poucos parágrafos dedicados ao episódio, Poggio se limita a dizer que o movimento levou grandes perigos para a cidade e que foi um movimento feito por covardes. Em suas breves palavras sobre os *ciompi*, não é possível ao leitor, como diz Maquiavel, encontrar "utilidade" nem "prazer" algum, já que não explica suas causas, seus agentes e as disputas que estavam envolvidas. Maquiavel critica Poggio e Bruni por isso, como vimos, e apresenta, diferentemente de seus predecessores, um panorama mais complexo e mais completo de tais eventos.

Em sua versão do episódio, Maquiavel recua ainda mais e explica a advertência desde 1357, com a prerrogativa dos capitães da Parte Guelfa de declararem quem eram os gibelinos, que não poderiam ocupar os cargos públicos. Com isso, mostra ao leitor o início da discórdia na cidade causada pelo abuso dessa instituição pelos guelfos. Como Bruni, Maquiavel aponta os Oito como parte da origem do conflito, no entanto, diferentemente do chanceler, Maquiavel mostra que os Oito não poderiam ter sido escolhidos pelo partido guelfo justamente porque a guerra que comandariam seria travada contra o papado. Além disso, Bruni não deixa claro ao leitor esse histórico e sua implicação na própria composição do conselho dos Oito, nem a intolerância dos guelfos em relação à autonomia dos Oito para agir e gastar sem prestar contas à cidade. Stefani, em sua crônica, mostra que o conflito ficou mais agudo quando os guelfos tentaram afastar um dos Oito para substituí-lo por alguém favorável a eles. No entanto, nenhum dos dois autores deixa clara

essa disputa como faz Maquiavel. Os elementos adicionados pelo secretário florentino mostram a motivação para essas ações de maneira clara, como veremos.

Em suas *Histórias*, o secretário florentino narra como muitos cidadãos percebiam o problema que causavam à cidade as desavenças das chamadas facções. Essa dimensão das divisões internas, explorada ao longo de boa parte de suas *Histórias*, se destaca em relação às outras crônicas aqui expostas. O próprio conflito em torno da *ammunizione*, que começa em 1357, é ele mesmo fruto já da discórdia entre as partes da cidade. O autor mostra que o conflito entre facções em Florença é explícito e muitos cidadãos percebem o quanto ele afeta a vida da cidade. Quando, no quinto capítulo, um grupo de cidadãos busca os Piores para pedir providências que diminuam essas disputas internas, fica claro ao leitor a abrangência desses conflitos e como eles afetam a vida política da cidade, a ponto de um grupo de cidadãos se reunir para pedir providências ao Priorado. O próprio grupo explica que essas brigas entre as facções estão prejudicando a cidade. A partir dessa iniciativa de cidadãos preocupados com a política da cidade, os Piores tomam uma decisão que, embora bem-intencionada, explica o secretário florentino, levaria a mais distúrbios.

O afastamento de algumas pessoas das tradicionais famílias dos Albizzi e dos Ricci levou os primeiros justamente a aumentarem seu poder (visto se beneficiarem do poder do partido guelfo, um poder de que não dispunham os Ricci) e a abusarem ainda mais das *ammunizioni*, aumentando também a tensão interna da cidade contra o partido. É nesse contexto, como mostra Maquiavel, que ocorre a tentativa do legado do Papa Gregório XI de dominar a cidade. Assim, fica claro que, para combater o legado do Papa, não seria possível escolher partidários guelfos e, por isso, os Oito são seus inimigos. Essa escolha fica clara em Maquiavel, e isso leva o leitor a compreender por que o partido guelfo começa a tramar, a partir de então, um golpe para tomar o Palácio: não apenas estavam em situação difícil na cidade pela exclusão das magistraturas, mas viam o prestígio e o poder dos Oito, seus inimigos, crescerem ano após ano. Por isso, intensificam as *ammunizioni* e tramam a tomada do poder. Ao mesmo tempo, essa disputa deixa claro por que os Oito eram contra os guelfos. Em Bruni, a origem da revolta dos *ciompi*, como vimos, é a discórdia na escolha dos Oito, contudo, ao contrário de Maquiavel, o chanceler não esclarece as circunstâncias em que se deu essa escolha e seus motivos. Em sua *História*, Bruni diz apenas que os Oito eram "aparentemente" favoráveis à plebe e não aos guelfos e, por isso, essa escolha causou tantas discórdias. Sem conhecer os acontecimentos anteriores e os agentes envolvidos, o leitor de Bruni pode ser levado a pensar que a escolha dos Oito foi apenas casual e muito injusta com os guelfos.

Além disso, a guerra teria levado os cidadãos florentinos que estavam fora da cidade a sofrerem injúrias e mesmo assim "a plebe e outras partes dos cidadãos apoiavam os Oito e seguiam seus feitos com inacreditável boa vontade" (Bruni, 2007, p. 3). O chanceler florentino, expondo assim os acontecimentos, faz parecer que o apoio da plebe aos Oito é uma espécie de desvario ou confusão política, ao passo que, em Maquiavel, os antecedentes e o contexto da disputa entre guelfos e os Oito mostram ao leitor as intenções de cada um dos agentes e permitem uma análise mais complexa da disputa entre eles.

Na sequência da exposição do plano dos guelfos de tomar o poder, Maquiavel narra a ação de Salvestro de Medici, que age para impedir que os grandes ligados à Parte guelfa voltem a controlar a cidade. Como vimos, Maquiavel segue a linha de Stefani, em contraposição à de Bruni, e retrata Salvestro agindo em acordo com Benedetto Alberti, Tomaso Strozzi e Giorgio Scali. Com esse pano de fundo, o secretário florentino conta, então, que Salvestro de Medici acertou secretamente com cidadãos de grande prestígio uma lei para acabar com o abuso dos guelfos e, com tudo planejado, marcou a reunião do Priorado e do Conselho para a mesma manhã, como já vimos em Alamanno e Stefani.

Mais uma vez, portanto, é possível perceber que há, em Maquiavel, um contexto político e uma disputa, há um conflito na cidade e a ação de Salvestro está intimamente ligada a esse conflito e seu histórico; não se trata de uma ação isolada de uma personagem guiada por um desígnio superior qualquer. Neste sentido, o caso de Salvestro, em Bruni, guarda semelhanças com o caso de Giano della Bella com os Ordenamentos de Justiça, pois Salvestro aparece como uma personagem que está fora das disputas políticas, cuja ação parece estar ancorada em motivações pessoais e não no conflito interno da cidade. Uma hipótese para explicar tal tratamento é que Bruni apresente desta forma a ação de Salvestro para tirar a ênfase da disputa política interna e torná-la mais personalista, deslocando ao segundo plano os conflitos que levam a determinadas ações, como mostra Maquiavel, para que, assim, a cidade pareça mais harmoniosa e dotada de cidadãos de alto senso comunitário.

Por meio desta retomada, então, é possível perceber que os dois cronistas e Bruni narram diversos fatos importantes da cidade para que o leitor compreenda a origem da disputa entre os Oito e os grandes. Contudo, pela análise acima, fica claro que é Maquiavel quem apresenta ao leitor o quadro mais completo da disputa, com as motivações das personagens, o contexto histórico dos conflitos e as implicações de cada ação para essas disputas internas. Nesse sentido, pode-se

compreender com mais clareza a crítica que tal autor faz a Bruni e a Poggio no prólogo da sua *História*, dizendo que ambos narraram com diligência as guerras externas de Florença, mas "no que se refere às discórdias civis, e às inimizades internas, bem como aos seus efeitos, eles calaram de todo uma parte e descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade nem prazer algum" (Maquiavel, 2007, p. 7). Se Maquiavel não traz tantos elementos historiográficos novos em sua *História*, no que concerne aos *ciompi*, as análises que deles faz conduzem o leitor ao centro das disputas políticas dentro da cidade, sendo inegável a enorme utilidade de sua *História* para o leitor atento.

3.3.2 Igualdade e participação

Na *História* de Bruni, a aprovação da petição de Salvestro, com toda confusão que vimos, despertou a plebe para pensar em sua própria situação e em suas próprias reivindicações. O autor relata que a plebe começou a fazer reuniões noturnas para discutir como eles também poderiam reivindicar magistraturas para si próprios: "eles concordaram em buscar uma guilda própria na cidade e um lugar no Priorado" (Bruni, 2007, p. 5). Esse relato de Bruni apresenta o movimento da plebe como uma busca por representação e participação política. A plebe, marginalizada até então das instâncias de representação política da cidade, começa a reivindicar uma corporação de ofício própria, que lhe permita participação ativa na vida política, e também um assento no Priorado, para que a classe dos trabalhadores ínfimos possa ter voz nas negociações com as Artes maiores e menores. O movimento da plebe surge, como mostra Bruni, do desejo de participação política, não de tomada do poder ou da busca por benefícios econômicos. Por organizarem essas reuniões dos trabalhadores, alguns de seus participantes são presos a mando do Priorado e isso causa grande revolta entre a plebe. A partir da reação dos dirigentes da cidade, a plebe começa o movimento de incendiar casas até tomar o próprio Palácio, um símbolo da tomada do poder pelos trabalhadores sem direitos e sem participação política. Com a tomada do Palácio, Michele di Lando é feito Gonfaloneiro de Justiça e logo dá vazão ao desejo político do povo com a criação de novas guildas e a escolha de novos Priores, com representantes da plebe e do *popolo minuto*.

Ao passo que essas mudanças institucionais aconteciam na cidade, Bruni relata que outras revoltas não paravam de aparecer, pois a multidão agora tinha expectativas cada vez mais altas e

começava a perceber seu poder, não se contentando mais com o que recebia. Nesse cenário de caos, os empobrecidos criminosos aproveitaram-se para saquear, roubar e causar destruição na cidade. Estes, contudo, não seriam a totalidade da plebe, mas uma parte dela, como aparece em Bruni. Esse movimento de destruição teria acabado com a cidade, segundo o autor, não fosse a virtude e constância de Michele di Lando, que se opunha aos desejos indignos dessa multidão. A narrativa de Bruni, dessa forma, permite a interpretação de que os desejos indignos pertenciam a uma minoria e estavam ligados ao desejo de destruição da cidade e de suas instituições, e não ao desejo de participação política, o desejo da maioria da plebe.

Depois disso, Bruni narra que a multidão reuniu-se para pedir novas medidas que a favorecessem, o que não foi aceito por Michele di Lando. Daí em diante, a multidão plebeia instituiu seu próprio Priorado e começou a tomar decisões em nome da cidade, desconsiderando o Priorado recém-eleito. Bruni relata que a atitude dessa multidão causou grande confusão e desesperança na cidade, que já havia aprovado medidas de participação política para a plebe. O desejo de participação e direitos políticos da plebe parece se transformar em desejo de dominação política da multidão plebeia. A plebe, no início do movimento, buscava igualdade política, mas essa multidão plebeia, quando entra em cena, passa a buscar o monopólio da ação política, já não mais amparada na busca pela igualdade²⁶³. Assim, vemos que o desejo inicial da plebe é de participação e busca pela igualdade, no entanto, a multidão plebeia não é pautada pelo mesmo desejo, ou, ao menos, passa a desejar o poder todo para si uma vez inserida no processo político.²⁶⁴

Depois da derrota dos Oito de Santa Maria Novella pelo Priorado dirigido por Michele di Lando, os direitos conquistados pela plebe começam a ser perdidos. Na eleição seguinte à derrota, perdem os Priores plebeus e pouco depois a sua própria Arte e, em poucos anos mais, perdem todas as conquistas que haviam conseguido. Apesar do trágico desfecho do movimento para a plebe, é possível perceber na narrativa de Bruni indícios claros de desejo da plebe por participação política.

Traços desse desejo por participação podem ser vistos também em outros cronistas, como Alamanno. Em sua crônica, após a confusão causada por Salvestro de Médici nos dois Conselhos,

²⁶³ Esse desejo fica bastante manifesto na exigência que os representantes dos Oito de Santa Maria fazem aos Priores oficiais: “Os Oito [de Santa Maria] (...) chegaram a tal ponto de audácia que enviaram alguns de seus representantes, acompanhados por um notário, para exigir que os Priores jurassem obediência aos seus decretos e estatutos.” (Bruni, 2007, p. 13). Fica clara, assim, a tentativa de não mais participar das magistraturas, mas controlá-las de forma exclusiva.

²⁶⁴ Na passagem em que Bruni relata a criação dos Oito de Santa Maria, fica clara a tentativa deles de tomar o controle da cidade subordinando o priorado oficial a eles próprios: “They gave them notaries and attendants just like legitimate magistrates and chose citizens to give them counsel. Then they began to discuss matters of state, passing numerous decrees and statutes. (...) Since there were now two heads in the city, and what one decreed the other made null, a confusing and hopeless state of affairs ensued” (Bruni, 2007, p. 11 e 13).

o *popolo minuto* e a gente de condição vil, armados nas ruas, saquearam as casas de alguns grandes, como Carlo Strozzi, igrejas e só não saquearam a câmara da cidade porque foram impedidos por um Prior armado (Piero di Fronte). Depois disso, outro Priorado é eleito, mas o *popolo minuto* e a gente de condição vil, autores dos incêndios, começaram a reunir-se para conversar sobre sua proteção das punições por esses atos. Ao saberem dessas reuniões os Piores prenderam alguns de seus representantes. O cronista descreve, assim, a motivação da multidão para rebelar-se contra o Priorado.

Alamanno conta que um desses presos, Simoncino, ao ser interrogado sobre o que queriam os trabalhadores que se reuniam, revela que eles "não querem mais ser submetidos [*sottoposti*] à Arte da lã" (Muratori, 1917, p. 21). Esses trabalhadores não querem mais ser submetidos às decisões de uma Arte que eles não podem participar, uma vez que não têm direitos. Esses trabalhadores, escreve Alamanno, "querem ter participação no regimento da cidade" (Muratori, 1917, p. 21). Parece, assim, ficar claro o desejo de participação política e igualdade de direitos desses trabalhadores que provocam esses tumultos na cidade. Na crônica de Alamanno, assim como na *História* de Bruni, o desejo desses trabalhadores está diretamente relacionado ao conceito de participação política, tão importante para o republicanismo renascentista, como afirma Bignotto²⁶⁵.

Mais adiante na crônica, Alamanno conta o episódio da tomada do palácio do *podestà* pelos trabalhadores revoltados. Dominado o palácio, o povo pede aos Piores que enviem representantes para ouvir suas demandas que, mais uma vez, mostram o desejo por participação política na cidade. Os trabalhadores pedem para não serem submetidos à Arte da lã e que tenham cônsules e direito a eleger dois Piores (Muratori, 1917, p. 29). Não resta dúvida, portanto, sobre a vontade de participação e reconhecimento político que esses trabalhadores têm na crônica de Alamanno. Contudo, antes mesmo que as exigências pudessem ser implementadas, a multidão, reunida na Praça do Palácio, exigiu a saída dos Piores e tomou para si o Palácio, fazendo de Michele di Lando, um cardador de origem pobre, o Gonfaloneiro de Justiça.

Alamanno inclui em seu relato a união temporária do *popolo minuto* com a gente vil, algo que não fica claro na narrativa de Bruni. Essa aproximação, que não é mais desenvolvida em

²⁶⁵ Bignotto, N. *O humanismo e a linguagem política do renascimento: o uso das Pratiche como fonte para o estudo da formação do pensamento político moderno*. UFB, Cadernos CRH, Salvador, 2012.

Alamanno²⁶⁶, deixaria mais clara a dissensão posterior entre a própria multidão revoltosa. Outro cronista, Stefani mostra essa divisão, mas também não a explora tanto quanto outros historiadores o farão, como é o caso de Maquiavel.

Stefani narra que, depois de Salvestro propor a lei que afastava os grandes ligados à Parte guelfa das magistraturas, o povo procurou apoio entre os Priores para aumentar sua própria participação, mas sem sucesso. Não restando outra saída, armou-se e foi à praça. Com a multidão armada na praça, muitas casas foram queimadas e roubadas. Nessa confusão, surge uma certa "*gente minuta*" [a plebe], que também reivindica participação política através da criação de uma Arte sua, a dos *ciompi*. Assim, é possível perceber em sua crônica o importante papel que o desejo de participação política desempenha tanto no povo, quanto na plebe.

Com o aumento dos tumultos na cidade, as Artes menores aproveitaram para pedir ainda mais participação, querendo também eleger dois Priores e Cônsules. A partir desse momento, na crônica de Stefani, o povo e a "*gente minuta*" passaram a atuar em conjunto, ambos os grupos exigindo participação política. Atacaram juntos o palácio do *podestà* e pressionaram os Priores até que eles deixassem o Palácio. Com a saída dos Priores, no dia 22 de julho, a "*gente minuta*" tomou o Palácio e tornou Michele di Lando o Gonfaloneiro de Justiça. Assim, três novas Artes foram criadas para os que não tinham representação política, sendo uma delas para os *ciompi*. A *gente minuta* conseguiu à força a participação política que tanto desejava e, ao menos no primeiro momento, não retirou as demais partes da cidade do poder. O Priorado foi então reformado e passou a ter três Priores das Artes maiores, três das menores e três das novas Artes, revezando entre elas o cargo de Gonfaloneiro de Justiça. A participação política em igualdade, em números absolutos, com as demais Artes no Priorado, foi conseguida à força pela plebe, no entanto, essa situação não durou muito.

Essa narrativa de Stefani aponta diversos elementos que não aparecem em Bruni e alguns que tampouco ficam claros em Alamanno: a busca do povo²⁶⁷ por participação política, pedindo apoio dos Grandes e dos Priores, sua revolta com as negativas e, afinal, sua aproximação com a plebe (entre eles os *ciompi*), que também passou a buscar participação na cidade. Após o êxito dessa espécie de união entre povo e "*gente minuta*", Stefani adiciona alguns elementos de sua

²⁶⁶ Sua crônica termina nesse momento, quando Michele di Lando assume a Senhoria. Há uma adição anônima que segue narrando mais alguns fatos, contudo, o tom da narrativa não é o mesmo, a hostilidade em relação ao movimento é visível e a data da composição é muito posterior à crônica original, por isso não a incluímos na análise.

²⁶⁷ O *popolo*, em Stefani, é a categoria dos que não têm participação política, embora algumas vezes ele se refira ao *popolo minuto* como às Artes menores.

discórdia. Segundo o cronista, a partir dessa nova formação da cidade, os *ciompi* buscavam todos os ofícios para eles e exigiam do novo Priorado que suas demandas fossem atendidas. Armados, passaram a dar as ordens que queriam para a cidade e, como não foram atendidos, elegeram em Santa Maria Novella seu próprio Priorado. Stefani mostra, assim, como a "gente minuta" (os *ciompi*) tentou sobrepor-se ao povo e tomar as instituições da cidade para si. Isso levou à dissensão entre eles e o povo, tornando-os agora adversários. Daí para frente, a crônica de Stefani segue um caminho próximo à *História* de Bruni: Michele di Lando não aceita a ameaça dos *ciompi* e vai enfrentá-los em Santa Maria, ao passo que esses vão ao Palácio atacar o Gonfaloneiro e há o desencontro das tropas. Di Lando e seus homens regressam ao Palácio e lá combatem e derrotam os *ciompi*. Essa derrota marca o final da participação política dos *ciompi*. Contudo, como vimos, em Stefani, a motivação inicial deles é por participação política, eles buscavam direitos e representação no Priorado.

Os relatos de Bruni e Stefani, como vimos, são divergentes, no entanto ambos apontam a busca por participação política como motivação do movimento dos trabalhadores. Maquiavel apresenta também divergências, mas acentua o desejo de representação desses trabalhadores marginalizados politicamente.

Na *História de Florença* de Maquiavel, após o tumulto causado por Salvestro e os incêndios liderados pelas Artes menores, surgiu um outro tumulto que causaria muito mais danos à cidade, a revolta da ínfima plebe. Essa plebe, sem participação e representação política, sem a possibilidade de recorrer a ninguém quando seu pagamento não era justo ou quando eram oprimidos pelos patrões, temia o castigo que sofreria pela participação nos incêndios na cidade. Pensando em como evitar a punição e ter representação política, passam a reunir-se à noite. Em uma dessas reuniões, Maquiavel narra o discurso de um *ciompo* anônimo.

O caráter de liberdade do discurso do trabalhador fica claro logo de saída, quando o *ciompo* experiente e audaz enuncia os dois objetivos que lhe parecem principais para a plebe: não serem "castigados pelas coisas que fizemos nos últimos dias; (...) [e] viver com mais liberdade e mais satisfação do que no passado" (Maquiavel, 2007, p. 184). O trabalhador sabe que as punições serão decididas entre aqueles que participam da política da cidade, ou seja, entre aqueles que têm representação política. A plebe não tem representação e não tem voz nas decisões do Priorado, portanto, caberá a ela apenas aceitar o que for decidido pelas instâncias de poder. O *ciompo* explicita em seu discurso que a ausência de representação política da plebe levaria, como já

estavam acostumados, a uma punição que desconsiderava as posições e necessidades da plebe. A segunda preocupação que o orador anônimo aponta é precisamente sobre a liberdade e a satisfação da plebe. O discurso, assim, mostra o caráter político do movimento da plebe, reivindicando participação política na cidade, liberdade e igualdade, três pilares do republicanismo renascentista. O discurso que Maquiavel atribuiu ao experiente trabalhador anônimo não poderia ser mais claro: "não deve assustar-vos a antiguidade do sangue que eles nos jogam ao rosto; porque todos os homens tiveram o mesmo princípio e são, por isso, igualmente antigos, e foram feitos de um mesmo modo pela natureza. Fiquemos todos nus, e vereis que somos semelhantes; (...) porque somente a pobreza e a riqueza nos desigualam" (Maquiavel, 2007, p. 185). O trabalhador anônimo reivindica igualdade com base na condição humana, defendendo que a diferença que separava os Grandes da plebe era a riqueza e a pobreza, não o sangue; se as roupas fossem trocadas, diz o *ciompo*, eles pareceriam nobres e os nobres ignóbeis. Logo depois de defender a igualdade e a participação, contudo, o discurso do *ciompo* defende que eles busquem a riqueza, que só pode ser alcançada através de fraudes e da força; e aqueles que evitam agir assim "afundam na servidão e na pobreza" (Maquiavel, 2007, p. 185). Assim, essa seria a melhor ocasião para, através da força, tomar a cidade e governar sozinhos ou tornarem-se tão importantes que poderiam ameaçar os outros. Essa seria a oportunidade para se libertarem dos magistrados que os oprimiam e inverter a situação, oprimindo-os.

Com esse discurso, Maquiavel deixa claro que o ponto central da reivindicação dos *ciompi* não era o acesso aos bens, embora isso também apareça no discurso. O desejo de participação e igualdade se manifesta no temor que a plebe tem de ser punida pelos Grandes, uma vez que não poderia defender politicamente seus membros e sua atuação.

Alguns comentadores²⁶⁸ apontam na fala do *ciompo* experiente e audaz um desejo de bens e poder econômico, no entanto, esses elementos, embora estejam também presentes, parecem secundários em relação ao desejo de liberdade, igualdade e participação. Cumpre ressaltar que o discurso se dá em um momento em que é preciso ser enfático para convencer a massa a não retroceder, ou seja, há nele elementos retóricos do calor da ação que não podem ser desconsiderados. Além disso, quando o discurso aponta na direção da tomada do poder, pode também ser lido pela perspectiva de que, com essa revolta, a plebe passaria a representar uma parte

²⁶⁸ Cf. AMES, J.L. Transformações do significado de conflito na "História de Florença" de Maquiavel. *Kriterion*, Belo Horizonte:, n. 129, jun/2014, p. 265-286; BOCK, G. "Civil discord in Machiavelli's *Istorie Fiorentine*". In: G. Bock, Q. Skinner, M. Viroli. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp. 181-201.

tão importante da cidade que seus erros seriam perdoados e eles teriam grande autoridade. Essa perspectiva aproxima muito mais a revolta de um caráter político do que de um caráter econômico. O discurso também apresenta a necessidade de agir dessa forma quando as outras vias não são mais possíveis, quando a fome é a alternativa à ação.

Na sequência dos acontecimentos, quando os trabalhadores se armaram para exigir a soltura de Simone dalla Piazza, preso para averiguação e atormentado, e incendiaram a casa do Gonfaloneiro Luigi Guicciardini, foram enviados representantes do Priorado para negociar com os revoltados. O pedido da plebe a esses representantes não deixa dúvida sobre o desejo de participação política: os trabalhadores pedem que sejam criadas três novas Artes e que tenham dois Piores, além dos três das Artes menores. O caráter político dos desejos desses trabalhadores é inequívoco nesse pedido à senhoria.

Depois desse episódio, a plebe vai à praça exigir a saída dos Piores e acaba tomando o Palácio e nomeando Michele di Lando como seu Gonfaloneiro. Este fez uma reforma na cidade que deu participação para a plebe com quatro assentos no Priorado, contudo, a plebe não ficou satisfeita e foi mais uma vez empunhar armas na Praça do Palácio. Daí em diante, já sabemos como acaba, a plebe forma um Priorado só seu em Santa Maria Novella e tenta tomar o controle da cidade. A partir desse ponto, como aponta Maquiavel, é inegável que uma parte da plebe deseja governar a cidade sozinha.

Após a derrota dos oito de Santa Maria, a plebe perde a recém conquistada participação política. A Arte dos *ciompi* é extinta e os Piores da plebe são substituídos. Em poucos anos mais, todas as vitórias da revolta dos *ciompi* são revogadas.

Como vemos, em Maquiavel, a reivindicação dos *ciompi* tem como fundamento a participação política e o desejo de ser parte ativa nas decisões da cidade. Contudo, a plebe, ao começar a ter participação junto com as Artes Maiores e Menores não se contenta e busca tomar o controle da cidade para si.

Pelas distintas perspectivas que pudemos ver acima, um traço que acompanha cada uma delas é o desejo de participação da plebe, mesmo que esse desejo depois seja transformado em desejo de governar sozinho em maior ou menor grau. As crônicas que servem como fonte para Bruni e Maquiavel já apontam para essa característica, mas pudemos ver como os autores retratam isso em suas histórias. Bruni aponta o caráter político do movimento dos *ciompi*, mostra a busca por participação política e igualdade; a liberdade também aparece ao fundo. Entretanto, ele

apresenta tudo isso com cores menos fortes do que Maquiavel, que, não apenas retrata estas questões, como mostra também os "bastidores" das disputas, as motivações mais internas. Maquiavel não traz nenhum elemento novo em sua narrativa, mas mostra essa articulação interna como nenhum outro historiador ou cronista. Na *História* de Maquiavel, é possível perceber com clareza os movimentos dos distintos grupos nas disputas internas de Florença. Assim, embora possamos ver parte das influências e fontes a que Maquiavel certamente recorreu para escrever sua *História*, fica evidente como ele articula de tal forma sua narrativa que a ação das personagens e suas motivações permitem ao leitor compreender muito melhor as disputas internas da cidade do que em Bruni. Da mesma forma, fica mais claro, em Maquiavel, o trabalho com os conceitos de igualdade e participação política.

Considerações finais

Com base em nossa pesquisa, pudemos perceber, pelo que foi exposto até aqui, o quanto o trabalho de investigação com as fontes e comparação entre os relatos dos autores e cronistas pode nos ajudar a compreender de maneira mais completa os sentidos dos textos e suas motivações ligadas aos seus contextos políticos. É muito significativo, nesse sentido, perceber os sinais sobre aquilo que escolheram falar ou silenciar nossos autores. Há, contudo, um vasto horizonte de pesquisa e de fontes a serem conhecidas e exploradas por pesquisas vindouras. Abordamos aqui apenas pequenos aspectos dessas relações; há muito ainda a ser explorado.

Através das exposições e análises acima, pudemos perceber como alguns conceitos fundamentais do republicanismo são articulados em Bruni – liberdade e participação política – e algumas das suas diferenças em relação ao trabalho conceitual de Maquiavel. Além disso, considerando os episódios dos Ordenamentos de Justiça e da revolta dos *ciompi* é possível perceber que Bruni escreve sobre as discórdias internas da cidade – ao contrário do que afirma Maquiavel –, embora o faça de maneira que os acontecimentos não apareçam como consequências diretas dessas discórdias, mas, muitas vezes, como consequências da ação de poucos indivíduos. Vimos como Giano della Bella e Salvestro de Medici, principalmente, agem na cidade como se não estivessem vinculados a grupos políticos específicos e até mesmo como se tivessem poucos laços com seus estratos sociais. Enquanto Maquiavel, tratando dos mesmos episódios, mostra a trama de disputas internas que leva a alguns desses acontecimentos, de forma que o leitor consiga compreender as discórdias e suas implicações políticas de forma mais clara.

Sobre o secretário florentino, vale reforçar que, embora fique evidente que sua *História* tome como base algumas das crônicas aqui analisadas – inclusive em passagens das mais destacadas de sua *História*, como a entrada dos *ciompi* no Palácio liderados por Michele di Lando –, a forma como o secretário narra os fatos e apresenta as disputas que levaram a tais acontecimentos mostra ao leitor atento a trama política da cidade. Maquiavel, especialmente nos dois episódios analisados, se não apresenta fatos novos em sua narrativa, apresenta os fatos já

conhecidos, através das crônicas, de maneira a desvelar o jogo político por trás deles. Nesse sentido, o caráter instrutivo de seu texto para a formação dos cidadãos é inegável.

Uma questão que ainda precisa ser mais investigada é a definição dos estratos em disputa em todas essas narrativas. Se em Maquiavel há uma preocupação mais clara em especificar quem são cada um dos grupos envolvidos nas ações, a mesma precisão não pode ser apontada nos cronistas e, principalmente, em Bruni. Não fica claro quem é o povo florentino, que muitas vezes aparece como autor das ações na *História* de Bruni. O termo povo não designa a camada mais baixa de trabalhadores, como fica claro na revolta dos *ciompi*, que são tratados como a ínfima plebe. Seria preciso, portanto, uma pesquisa mais detida nesse aspecto da *História* para que essa questão fosse esclarecida.

Por fim, vimos acima a importância da revolta dos *ciompi* para a cidade e o seu grande impacto nas instituições florentinas, embora não tenham sido duradouros. Um dos aspectos que atestam a importância do movimento para a cidade e para o seu imaginário político é a grande quantidade de relatos, crônicas e histórias que falam sobre a revolta. Pudemos aqui explorar poucos deles, mas há ainda muitas fontes a serem estudadas e analisadas que podem nos ajudar a compreender o significado desse movimento não apenas para Florença, mas para todo o pensamento político moderno - construído em intenso diálogo com a tradição humanista italiana.

Bibliografia

FONTES PRIMÁRIAS

- ACCIAIUOLI, A. Cronaca di Alamanno Acciaiuoli. In: MURATORI, L.A. (Org.) *Rerum italicarum scriptores; raccolta degli storici italiani dal cinquecento al millecinquecento*. Bologna 1917-1934, Tomo 18, vol. 3.
- BRACCIOLINI, P. *Historia Florentina*. Traduzido por Jacopo Bracciolini. Publicado por Jacques Le Rouge em 1476. (Sem página de título, sem ficha catalográfica e sem índice. Acesso disponibilizado por <https://archive.org/details/historiafiorenti00brac>)
- BRUNI, L. *History fo the Florentine people*. Cambridge: Harvard University Press, 2001. Trad. James Hankins. (Volume 1).
- _____. *History fo the Florentine people*. Cambridge: Harvard University Press, 2004. Trad. James Hankins. (Volume 2).
- _____. *History fo the Florentine people*. Cambridge: Harvard University Press, 2007. Trad. James Hankins. (Volume 3).
- _____. *Istoria Florentina*. Tradução: Donato Acciaiuoli. Florença: Felice le Monnier, 1861.
- _____. *Lettres Familières*. Tome II. Édition, traduction et notes de Laurence Pradelle. Presses Universitaires de la Méditerranée, 2014.
- _____. *Elogio da cidade de Florença* (trad. De Alexander de Carvalho e Fabrina Magalhães Pinto). In: Magalhães Pinto, F. *O Elogio da cidade de Florença (Laudatio Florentinae Urbis)*, de Leonardo Bruni. *Revista Morus*, São Paulo, Unicamp, v. 11, n. 2, 2016.
- _____. *Diálogo para Pier Paolo Vergerio* (trad. Bignotto). In: BIGNOTTO, N. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- COMPAGNI, D. *Cronica delle cose occorrenti ne' tempi suoi*. A cura di G. Luzzatto. Turim: Giulio Einaudi editore, 1968.
- MACHIAVELLI, N. *Istorie Fiorentine*. Da Pietro Ravasio. Florença: G. Barbèra Editore, 1888.
- _____. *Opere di Niccolò Machiavelli*. Torino: UTET, v. 2, 1996.
- MAQUIAVEL, N. *História de Florença*. Martins Fontes, 2007.

STEFANI, Marchionne di Coppo. *Cronaca fiorentina*. ed. Niccolo Rodolico In: MURATORI, Lodovico Antonio, org. Direção de Giosue Carducci e Vittorio Fiorini. Raccolta degli storici italiani. Tomo XXX, Parte I. (Città di Castello: Lapi, 1903-1913, repr. Bologna: Zanichelli, 1955). Disponível em <https://archive.org/details/rerumitalicarums301murauft>.

VILLANI, G. *Istorie Fiorentine*. In: *Biblioteca Enciclopedica Italiana*, vol. VIII. Milano, per Nicolò Bettoni e comp., 1834.

FONTES SECUNDÁRIAS

ADVERSE, H. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*. Marília: Trans/Form/Ação vol.30 n. 2, 2007.

AMBROSIO, R. *Política e retórica no humanismo florentino entre os séculos XIV e XV: em torno do humanismo cívico*. FFLCH-USP, 2014. (Doutorado).

AMES, J.L. Transformações do significado de conflito na “*História de Florença*” de Maquiavel. *Kriterion*, Belo Horizonte:, n. 129, jun/2014, p. 265-286.

_____. *Liberdade e conflito - O confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel*. Belo Horizonte: Kriterion, vol. 50, n. 119, 2009.

ARANOVICH, P. F. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

_____. Maquiavel, retórica e política. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 2014, v. 1, n. 24.

BARON, H. *From Petrarch to Bruni, studies in humanist and political literature*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

_____. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

_____. *En busca del humanismo cívico florentino, ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BECKER, M. The “*Novi Cives*” in Florentine Politics from 1343 to the End of the Century. In: *Florence in Transition: Volume Two: Studies in the Rise of the Territorial State*. Johns Hopkins University Press, 1968. p. 93-149.

BIGNOTTO, N. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991..

_____. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

- _____. Humanismo cívico hoje. In: Bignotto, N. (org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BIGNOTTO, N. Problemas atuais da teoria republicana. In: Cardoso, S. (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- _____. *O humanismo e a linguagem política do renascimento: o uso das Pratiche como fonte para o estudo da formação do pensamento político moderno*. UFB, Cadernos CRH, Salvador, 2012.
- BOCK, G. "Civil discord in Machiavelli's *Istorie Fiorentine*". In: G. Bock, Q. Skinner, M. Viroli. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp. 181-201.
- CARDOSO, S. *Paradigmas republicanos: figuras greco-romanas do regime misto e a ruptura maquiaveliana*. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- _____. (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- COCHRANE, E. *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1981.
- FUBINI, R. "Osservazioni sugli *Historiarum Florentini Populi Libri XII* di Leonardo Bruni". In: *Studi di Storia Medievale e Moderna per Ernesto Sestan*. v. 1, Firenze: Leo S Olschki Editore, 1980. p. 403-448.
- GABBA, E. (org.). *Polybe*. Entretiens sur l'antiquité classique, Tomo 20. Geneva: Vandoeuvres, 1973 (Fondation Hardt, 1974).
- HOWELL, F. A. In: *The chronicle of Dino Compagni*. Tradução: Else C. M. Benecke e A.G. Ferrers Howell. Apêndice I. Nabu Press, 2010.
- HANKINS, J. Rhetoric, history and ideology: the civic panegyrics of Leonardo Bruni. In: _____. *Renaissance civic humanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. Preface. In: BRUNI, Leonardo. *History fo the Florentine people*. Cambridge: Harvard University Press, 2001. Trad. James Hankins. (3 volumes).
- _____. *The "Baron Thesis" after Forty Years and Some Recent Studies of Leonardo Bruni*. University of Pennsylvania Press. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 56, No. 2 (Apr., 1995), pp. 309-338.

- IANZITI, G. *Writing History in Renaissance Italy: Leonardo Bruni and the Uses of the Past*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012.
- KELLEY, D. "Humanism and history", in Rabil, Albert (org), *Renaissance Humanism*. University of Pennsylvania Press, 1988. v. 3, p. 236-270.
- KLEINHENZ, C. (org.). *Medieval Italy: An Encyclopedia*, New York: Routledge, vol 1 e 2, 2004.
- KRISTELLER. *Studies in renaissance thought and letters*. Edizioni do Storia e Letteratura, 1956.
- LEFORT, C. *Le travail de l'oeuvre, Machiavel*. Paris: Gallimard, 1986.
- _____. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *As sedes do republicanismo*. In: *Desafios da escrita política*, São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- LUISO, F. P. *Studi su l'epistolario di Leonardo Bruni*. Istituto storico italiano per il Medio Evo, 1980.
- MAQUIAVEL. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Martins Fontes, 2007(b).
- NAJEMY, J. Civic humanism and florentine politics, In: Hankins, J. (org), *Renaissance Civic Humanism: Reappraisals and Reflections*. Cambridge University Press, 2000.
- _____. *History of Florence 1200-1500*. Oxford, Blackwell Publishing, 2006.
- OLIVER, J. H. *The civilizing powerf, A Study of the Panathenaic Discourse of Aelius Aristides Against the Background of Literature and Cultural Conflict, with Text, Translation, and Commentary*. The American Philosophical Society, 1968.
- PINTO, F. M. A cidade ideal de Leonardo Bruni. *Morus (UNICAMP)*, v. 10, p. 367-388, 2016.
- _____. *O Elogio da cidade de Florença (Laudatio Florentinae Urbis), de Leonardo Bruni*. São Paulo, Unicamp, Revista Morus, v 11, n 2, 2016.
- PIRES, F. M. *Leonardo Bruni e Tucídides: história e retórica*. Revista Politeia: História e Soc., Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, 2006. pp. 57-84.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- STRUEVER, N. *The language of history in the Renaissance: rhetoric and historical consciousness in the florentine humanism*. Princeton University Press, 1970.
- ULLMAN, B. L. Leonardo Bruni and humanistic historiography, In *Studies in Italian Renaissance*. (Publicado originalmente em *medievalia et humanistica*, 4, 1946, p. 45-61). LUIISO, F. P. *Studi su l'epistolario di Leonardo Bruni*, 1980.

LUIZ, Vânia V. *Fórum de verdade e ficção: a Crônica de Giovanni Villani na Florença medieval*.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGH, Centro de
Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio
de Janeiro, 2014.

VITI, P. *Leonardo Bruni e Firenze: Studi sulle lettere pubbliche e private* (Florence, 1992).